

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

A QUESTÃO AMBIENTAL NO FILME *UMA VERDADE INCONVENIENTE: UM
AVISO GLOBAL*

WAGNER MIQUÉIAS FÉLIX DAMASCENO

RIO DE JANEIRO

2011

WAGNER MIQUÉIAS FÉLIX DAMASCENO

LINHA DE PESQUISA: NATUREZA, CIÊNCIA E SABERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Orientador: Dr. Roberto José Moreira

RIO DE JANEIRO

2011

333.7

Damasceno, Wagner Miquéias Felix

D155q

A questão ambiental no filme *Uma verdade inconveniente: um aviso global* / Wagner Miquéias Felix Damasceno, 2011.

T

143 f.

Orientador: Roberto José Moreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 134-138

1. Meio ambiente - Teses. 2. Aquecimento global - Teses. 3. Documentário - Teses. 4. Questão ambiental - Teses. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

WAGNER MIQUÉIAS FÉLIX DAMASCENO

A QUESTÃO AMBIENTAL NO FILME *UMA VERDADE INCONVENIENTE: UM AVISO GLOBAL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto José Moreira – Orientador

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ-CPDA

Prof. Dr. Héctor Alimonda

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ-CPDA

Profa. Dra. Carmen Irene Correia de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO-CCH

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, e com carinho e gratidão a meu pai Dionísio, o primeiro Mestre da família, a Apolônia, Julio Cesar, Márcia, Raphaela e a Julia.

AGRADECIMENTOS

Tenho orgulho de fazer parte da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que completou 100 anos de educação. A Rural, expressa no CPDA, me ensinou muito ao longo desses dois anos de mestrado, obrigado professores, técnicos, funcionários e camaradas de turma! Retribuo modestamente a esta instituição com o melhor dos meus esforços e de minha paixão. Sou grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que neste ano completa 60 anos de atividades compromissadas com o país, pela bolsa-auxílio nesses dois anos de mestrado. Devo gratidão também à Prefeitura de Macaé, que, através de seu programa de Transporte Social Universitário (TSU) permitiu que eu viesse ao Rio de Janeiro estudar, e retornasse à Macaé toda semana, minha terra querida. Agradeço ao meu pai Dionísio Damasceno – meu grande incentivador – minha mãe Apolônia Damasceno, meu irmão Julio Cesar e minha irmã Márcia Lucélia por todos os esforços para que eu concluísse esta jornada. Como o fruto cai sempre perto da árvore, eu concluo este trabalho onde minha trajetória universitária começou: com a minha família na Pavuna. Não posso deixar de lembrar, também, a ajuda do meu amigo Thiago Garcia e sua família para que eu fosse aprovado na seleção deste programa. Sou grato ao professor Carlos Frederico pela gentileza de indicar leituras e caminhos. Agradeço ao meu orientador, Roberto Moreira pela rica orientação ao longo desses dois anos, meu principal interlocutor nesta jornada acadêmica, sempre disponível e sensível às minhas demandas. Sou muito grato aos meus amigos de Macaé, em especial a Carla Farias e Rodrigo Reduzino (que me incentivaram a prosseguir com ânimo nos estudos) e a Rodrigo Leite, pela compreensão e por sua inestimável contribuição intelectual a este trabalho. À minha amada Raphaela Peixoto, bióloga e professora, por fazer a minha vida mais plena.

Opor à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as idéias que permitam mudar o mundo (Milton Santos).

A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdadeira face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem (Karl Marx).

RESUMO

Este estudo faz uma análise da questão ambiental na narrativa do filme *Uma verdade inconveniente: um aviso global* de 2006 protagonizado pelo político norte-americano Al Gore. Procuo localizar a perspectiva ambiental de Al Gore a partir das diferentes correntes ambientalistas para, noutro momento, identificar as matrizes discursivas presentes ao longo da narrativa fílmica. A partir disso estabeleço uma crítica aos *discursos competentes* que sentenciam verdades científicas e políticas ao passo em que desqualificam os discursos contra-hegemônicos. Analiso também o que denomino *discurso ambiental dominante*, um discurso lacunar que versa sobre a relação entre sociedade e natureza ocultando, nesse caso específico, a hegemonia do capitalismo como modelo político-econômico e as assimetrias de poder globais.

Palavras-chave: meio ambiente; aquecimento global; documentário; questão ambiental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study is an analysis of environmental issues in the narrative of the film *An Inconvenient truth: a global warning* (2006) played by the american politician Al Gore. Trying to find Al Gore's environmental perspective from different environmentalists ideas for in another time, identify their discursive matrices present throughout the film narrative. From these, I establish a critique of *competent discourses*. I analyse also, what I call the *dominant environmental discourse*, a flawed discourse that focuses on relationship between society and nature hiding, in that particular case, the hegemony of capitalism as a political-economic model and imbalances in global power.

Keywords: environment; global warming; documentary; environmental issues; sustanaible development.

RESUMEN

Este estudio hace un análisis de la cuestión ambiental en la narrativa de la película *Una verdad inconveniente: un aviso global* de 2006 protagonizado por el político estadounidense Al Gore. Procuero localizar la perspectiva ambiental de Al Gore a partir de las distintas corrientes ambientales para, en otro momento, identificar sus matrices discursivas presentes a lo largo de la narrativa de la película. A partir de eso establezco una crítica a los *discursos competentes* que sentencian verdades científicas y políticas a la vez en que descalifican los discursos contrahegemónicos. Analizo también lo que denomino *discurso ambiental dominante*, un discurso lagunoso que discurre sobre la relación entre sociedad y naturaleza ocultando, en ese caso específico, la hegemonía del capitalismo como modelo político-económico y las asimetrías de poder globales.

Palabras clave: medio ambiente; calentamiento global; cuestión ambiental; documentario; desarrollo sostenible.

Lista de figuras e quadros

Figura 1: Emissões globais antropogênicas de GEEs	26
Figura 2: Funcionamento do IPCC e sua estrutura	73
Figura 3: Projeto Sócio-cultural da Modernidade	80
Figura 4: Cartaz de divulgação do filme	92
Figura 5: Imagem via satélite do Furacão Katrina	92
Figura 6: Mudança percentual no Mercado de Capitalização para 2003-2004	109
Figura 7: Expectativa de vida ao nascer: mundo e regiões desenvolvidas, 1950-2050	114
Figura 8: Taxa total de fertilidade e expectativa de vida ao nascer: 1950-2050.....	115
Figura 9: Adestramento ambiental	124
Quadro 1: Tipologia dos movimentos ambientalistas em Castells	33
Quadro 2: Tipologia dos movimentos ambientalistas em Martinez Alier	41
Quadro 3: Fatores necessários para a construção bem-sucedida de um problema ambiental.....	126

Lista de sequências fílmicas

Sequência 1: Natureza intocada (neomito)	39
Sequência 2: Metáfora do sapo	68
Sequência 3: Al Gore tece seu argumento acerca da crença da hipótese do aquecimento global	91
Sequência 4: O furacão Katrina	93
Sequência 5: Degelo da Groelândia e efeitos globais.....	95-97
Sequência 6: O registro	101
Sequência 7: Nomeando de verdade.....	103
Sequência 8: Economia e meio ambiente.....	105
Sequência 9: Os fatores para colisão entre nossa civilização e a Terra	112
Sequência 10: As atitudes	121-122

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – Questão(ões) ambientais no debate das causas	22
1.1. – Surgimento e correntes do Ambientalismo	27
1.2. – Ecologia Política e Ecologismo dos Pobres	40
1.3. – Ecosocialismo e Sócio-ambientalismo	45
CAPÍTULO 2 – Documentário, Ideologia e discurso competente	54
2.1. – Ideologia e dominação	59
2.2. – Discurso competente e discurso ambiental dominante	64
CAPÍTULO 3 – Sociogênese de Al Gore e IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas)	69
3.1. – Modernidade	79
3.2. – Globalização e capitalismo	82
CAPÍTULO 4 – Análise de Uma verdade inconveniente e crítica ao discurso ambiental dominante	89
4.1. – Matrizes discursivas no discurso ambiental do filme	98
4.2. – Capitalismo, hegemonia e o discurso político de Al Gore	99
4.2.1. – Política, economia e meio ambiente	104
4.3. – <i>Neomalthusianismo</i> e a pressão sobre a Terra	110
4.4. – Evangelho da ecoeficiência e adestramento ambiental	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	137
REFERÊNCIA FÍLMICA	140

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a discutir as dimensões da questão ambiental na abordagem do filme documentário *Uma verdade inconveniente: um aviso global* (*An inconvenient truth: a global warning*) protagonizado pelo político estadunidense Al Gore no ano de 2006. Considerando o texto fílmico como uma produção socioistórica, com uma lógica interna – códigos cinematográficos – mas, também contextual – contexto de produção – empreenderei uma análise fílmica que valorize as dimensões “intrínsecas” (gênero documentário, discurso) e “extrínsecas” (contexto sociopolítico, econômico, cultural) do filme. Sinalizando, desde já, para a proeminência deste filme – *Uma verdade inconveniente*¹ – no debate ambiental contemporâneo²

Documentário premiado internacionalmente³, *Uma verdade inconveniente: um aviso global* trata da “luta” do ex-candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Al Gore, contra os impactos ambientais negativos da ação do homem. Recheado de dados, o filme narra uma série de palestras que Al Gore faz pelo mundo que versam sobre o aquecimento global, efeito estufa e o os riscos para o planeta e para a humanidade se esses fenômenos não forem controlados. O filme mescla palestras e histórias da vida do político e de sua família. Bastante aclamado pela crítica, *Uma verdade inconveniente* soou para muitos como um alerta sobre os danos da ação do homem no planeta. Sua influência gerou shows e ações *greens*⁴ de alerta pelo mundo inteiro.

Em determinado momento da pesquisa privilegiarei uma reflexão crítica sobre o estatuto de verdade que o documentário traz consigo já que a escolha desse gênero e suas características trazem implicações e conformam a própria produção da narrativa fílmica. Os argumentos de um filme documentário são revestidos por um

¹ Por questões de praticidade me referirei, ao longo da dissertação, ao filme como *Uma verdade inconveniente* e suprimirei seu subtítulo em português: *um aviso global*.

² É considerável a importância deste filme para a projeção de Al Gore no cenário ambiental e político contemporâneo, inclusive pelo agraciamento do Prêmio Nobel da Paz no ano de 2007 conferido a ele e ao grupo de pesquisadores do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC).

³ Vencedor de mais de 20 prêmios internacionais, incluindo 2 Oscar (Melhor Documentário e Melhor Canção original para a música *I need to wake up* de Melissa Etheridge) no ano de 2006.

⁴ Termo utilizado de forma recorrente pela mídia norte-americana para designar ações ecológicas como essas. Por exemplo, os shows do *Live Earth* organizados por Al Gore, ver: <http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2007/05/12/295738000.asp>.

efeito de “veracidade” e de credibilidade, sendo, ainda, considerado uma forma realista de representação do mundo já que seu comprometimento com a verdade é praticamente implícito, o que parece lhe garantir o estatuto de “documento histórico neutro”.

É possível também observar a proximidade estabelecida entre documentário e o discurso jornalístico. Constantemente utilizado no telejornalismo e em programas de grandes reportagens, o documentário tem aí a função de confirmar a fala do repórter, de ilustrar o que já foi afirmado por uma narração em *off*.

Jornalista profissional, Al Gore faz em *Uma verdade inconveniente* uma simbiose entre jornalismo e documentário, o que por um lado reforça o tom denunciativo do filme, e confere às suas mensagens um enorme sentido de verdade – não perdendo de vista a força explicativa do próprio título: *uma verdade inconveniente*. Sistematizando essas duas considerações, vejo que tanto a identidade de Al Gore, quanto o gênero do filme são relevantes para esta análise e se co-determinam gerando uma narrativa fílmica específica que produzirá, por sua vez, um discurso específico sobre a questão ambiental.

Deixo claro que o objetivo deste estudo é compreender a representação da questão ambiental proposta pelo filme *Uma verdade inconveniente* e identificar as bases que sustentam seu discurso ambiental. Neste sentido, não trabalharei com críticas específicas ao filme ou à figura de Al Gore – quer sejam internacionais ou nacionais – já que o presente estudo não versa sobre *recepção* – embora seja sempre um caminho interessante – e fugiria aos objetivos deste trabalho. Na consecução de minhas análises utilizarei uma literatura acadêmica que versa sobre sociologia, sociologia ambiental, sociologia cultural, geografia, cinema e análise fílmica.

Recentemente, muitos estudos têm surgido acerca da emergência de uma crise ambiental planetária. Nunca houve tanto espaço na mídia para as questões relativas ao meio ambiente e aos problemas ambientais como tem ocorrido nos últimos anos, configurando-se também em foco de atenções e modismos, a chamada questão ambiental torna-se um tema bastante recorrente. Cientistas alertam para o perigo das emissões de gases poluentes na camada de ozônio que aumentam a cada ano, e sobre os efeitos de agressões deste tipo que já podem ser percebidas a partir do aquecimento global – um fenômeno de geração de calor em

escala global a partir do “aprisionamento” de gases de efeito estufas –, assunto corrente no meio acadêmico e nos meios de comunicação de massa, hoje representado como *mudanças climáticas*.

Refletindo sobre meu esforço posto nesta pesquisa posso dizer que de certa maneira, a ampla discussão acerca da crise ambiental no circuito midiático começou a exercer nos últimos dois anos uma atração em mim. Ingressei no curso de Museologia⁵ na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2004, nos anos de minha iniciação científica – 2005 a 2007 – trabalhei com a representação da pós-modernidade a partir de filmes contemporâneos, um exercício que me obrigava a dialogar com áreas como a filosofia, epistemologia, história e sociologia, por exemplo. No entanto, considero dois marcos importantes para uma “virada” em minhas pesquisas. O primeiro foi a palestra proferida pelo professor Aziz Ab Saber na Reunião Anual da SBPC em 2006, *(Re) Pensando o Futuro do Brasil*, onde o geógrafo expunha uma crítica à idéia de progresso a partir de uma visão sobre a Amazônia e a questão ambiental. O segundo marco, para mim, foi o livro da professora Paula Brügger intitulado *Educação ou adestramento ambiental?*. Como o próprio título sugere, Brügger faz uma dura crítica à dita educação ambiental atual que não promove uma reflexão radical sobre a sociedade capitalista, reificando os indivíduos e adestrando suas relações com a natureza.

Se a palestra do professor Aziz Ab Saber abriu-me uma nova perspectiva ao trazer a Amazônia para o centro do debate sobre o Brasil, o livro de Paula Brügger forneceu os substratos essenciais para que eu pudesse fundamentar uma crítica ao tratamento – dominante – da questão ambiental amplamente divulgado pelo circuito midiático nacional e internacional. Neste sentido, aliei minha experiência metodológica na iniciação científica⁶ no trabalho com textos fílmicos, com a formação de um quadro teórico de base marxista que discute a questão ambiental sob uma perspectiva crítica, entendendo a dita crise ambiental como uma interface das contradições do capitalismo.

⁵ A característica interdisciplinar da Museologia me possibilitou estudar disciplinas como *Ecologia Geral*, *Paleontologia* e *Biogeografia*. A minha monografia, *Pós-modernidade e pós-modernismo: implicações para a cultura*, foi uma espécie de síntese das problematizações levantadas ao longo de minha iniciação científica.

⁶ Bolsista IC/UNIRIO no período de 2005-2006 e PIBIC/CNPq de 2006-2007, sendo agraciado com a Menção Honrosa na categoria de melhores trabalhos de Ciências Humanas no *XIII Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo* em 2005 com o trabalho *A condição pós-moderna e seu olhar no futuro*.

Ao ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ) na linha de pesquisa *Natureza, Ciência e Saberes*, sob a orientação do Professor Roberto Moreira pude ampliar minha análise tendo contato com uma nova literatura e com disciplinas que primavam pela interdisciplinaridade na compreensão das questões rurais e ambientais, em especial as disciplinas *Natureza e Sociedade*, *História Agroambiental Comparada* e *Possibilidades Interpretativas da Complexidade*. Na primeira disciplina trabalhamos com diversos autores que problematizavam a relação entre a sociedade e natureza a partir da crítica à ciência moderna e no paradigma científico de separação entre homem e natureza, cultura e meio ambiente. Na segunda, nos foram apresentados diferentes processos históricos de ocupação e uso do espaço na América, e interpretações ambientais de diferentes pensadores, em especial acerca do processo de *modernidade e colonialidade*. E na terceira disciplina nos foram apresentadas *chaves interpretativas* de alguns teóricos sobre a dinâmica sociedade e natureza, valorizando uma perspectiva interdisciplinar nas análises dos projetos de pesquisa dos alunos.

A receptividade do professor Roberto Moreira ao tema proposto e a metodologia de trabalho, aliada à sua produção sobre a temática ambiental, contribuiu grandemente para a consecução deste projeto. Saliendo, dentre outras, talvez a sua principal consideração: a interpretação do discurso ambiental de Al Gore em *Uma verdade inconveniente* a partir de um contexto de disputa por hegemonia, onde seu discurso contra-hegemônico situa-se na tentativa de incorporação da questão ambiental sem mudanças na base do sistema político-econômico dominante, o que impõe a necessidade da discussão sobre a biodiversidade também via Economia Política.

Diante do exposto, pretendo desenvolver uma crítica a partir da seleção do texto fílmico⁷ *Uma Verdade Inconveniente* (2006) do ex-candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Al Gore, pois entendo que esta produção cinematográfica incorpora em sua narrativa um discurso relevante sobre a questão e a crise ambiental na contemporaneidade. Considerando-o meu principal documento

⁷ A percepção estruturada no Projeto *Texto Fílmico, Informação e Memória*, sob a coordenação da Dr. Leila B. Ribeiro, é a do texto fílmico como o produto cinematográfico final como película, capaz de possibilitar leituras/interpretações a partir de seu estatuto de documento. Nele as concepções de texto, discurso e leitura se interconectam para desenhar este objeto deflagrador de sentidos.

de análise, e como todo documento, possui um caráter de seleção e representação de um dado momento histórico e de uma sociedade.

Os documentos são *constructos* que se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos, é representação uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural (DODEBEI, 1997, p. 08).

Acredito assim, que esse texto fílmico – longe de representar a totalidade de qualquer segmento ambiental – pode dinamizar questionamentos acerca da questão ambiental, permitindo que de forma analítica possamos ir além do que é “visível” nesse filme, construindo, assim, uma crítica sociológica.

O filme *Uma verdade inconveniente* tornou-se a maior bilheteria no cinema para filmes documentários no ano de 2006 (IMDB, 2009). A imagem de Al Gore como um ativista ambiental proporcionou a ele e ao Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) o prêmio Nobel da Paz no ano de 2007.

Parece-me que certos discursos e representações da natureza, e da crise ambiental, amplamente disseminados pelo mundo, conferem a este filme um suposto consenso sobre a natureza e a crise ambiental global que devem ser problematizados aqui. Dessa forma, minha proposta de estudo concentra-se na identificação e análise dos *discursos ambientais dominantes* presentes no texto fílmico *Uma verdade inconveniente*, ao supor que a retórica ambiental apresentada no filme a partir desses discursos tende a ser consensual não só sobre as consequências da crise ambiental, mas principalmente sobre as suas causas.

Identifico esse discurso como um discurso dominante entre alguns ecologistas e ambientalistas, constatado por Carlos Walter Porto Gonçalves⁸ (2008); que é semelhante ao *discurso competente* de que nos fala Marilena Chaui (2007), colocando-se no conjunto de verdades auto-evidentes que servem para explicar os fatos que ocorrem, sem, no entanto, precisarem ser interrogadas.

Para Carlos Frederico Loureiro (2006a), a naturalização desse discurso dominante faz parte da tendência mundial de tratar discussões relativas a modelos de sociedade e alternativas sustentáveis dentro do capitalismo como algo

⁸ As referências bibliográficas a Gonçalves e Porto-Gonçalves referem-se ao geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, seus dois livros *Paixão da Terra* (1984) e *Os (des)caminhos do meio ambiente* (2008) são assinados como autoria de “Gonçalves”, apenas.

estritamente abstrato. De forma combinada, ele dilui o caráter político no tratamento da questão ambiental e joga para o plano individual a responsabilidade que deveria ser problematizada e encarada coletivamente. Contribuindo, conforme Loureiro (2006), para uma despolitização do debate ambiental incitando de forma genérica atitudes e valores morais a indivíduos distintos, cada vez mais descrentes na *política* como elemento fundamental na busca de soluções na vida social.

Ressalto então, que a visão sobre a questão ambiental a partir do texto fílmico documentário *Uma verdade inconveniente* possibilita uma excelente oportunidade para elaboração de algumas reflexões relevantes sobre este tema, que espero aqui desenvolver. Em relação à metodologia de análise fílmica, pretendo empreender uma análise do texto fílmico, compreendida através de dois níveis de informação (*intra* e *extra-discursiva*), que proporcionam, por sua vez, dois tipos de análise (técnica e contextual). Quero deixar claro que ambos os níveis são importantes para a análise fílmica e a desconsideração, por exemplo, de alguns aspectos técnicos do filme podem corresponder a um prejuízo para a análise do texto. Da mesma forma, a falta de reflexão sobre o contexto socioistórico do documento inviabiliza uma compreensão mais ampla do texto fílmico como um *constructo* social.

Uso sequências fílmicas, enumeradas, demonstrando determinados momentos do filme. Essas sequências contêm, algumas vezes, figuras que ilustram uma dada cena e contêm, prioritariamente, transcrição da fala de Al Gore. Ao final de cada trecho transcrito faço uma citação onde consta o tempo (hora, minuto e segundos) em que a cena ocorre caso o leitor queira localizá-las eventualmente. As sequências elucidam, no filme, aspectos que coincidem com minha interpretação, ao mesmo tempo em que forneço ao leitor, com mais clareza, os pontos na narrativa em que concentro minha análise.

Utilizo como principal instrumento para a análise fílmica a *ficha descritivo-analítica* que foi desenvolvida no projeto *Texto Fílmico, Informação e Memória* da UNIRIO sob a coordenação da Professora Doutora Leila Beatriz Ribeiro, na área de Ciência da Informação. Este instrumento opera com dois níveis de informação: *intra* e *extra-discursiva*. Reitero, o texto fílmico é uma produção socioistórica que possui uma lógica interna – códigos cinematográficos – mas, também contextual – contexto de produção. Pensando em termos empíricos, o texto tem começo, meio e fim, é delimitável como objeto. Tendo em vista sua discursividade ele pode ser

considerado incompleto, pois sua *leitura e compreensão* remetem a outros textos (outras discursividades). Sendo assim, ele pode ser entendido como uma materialidade discursiva que significa, possuindo especificidade socioistórica, condições próprias de produção e remetendo-se a um discurso efetivamente realizado.

O primeiro campo da ficha (1A) dá conta das informações técnicas do filme (direção, estúdio, elenco, cor, duração etc.), o segundo campo (1B) opera com as informações extra-discursivas (contexto político do país de produção, econômico, escola, movimento etc.). O segundo eixo da ficha (Campo 2) constitui-se num campo mais descritivo, composto por indicadores informacionais que mesclam os dois níveis (1A e 1B), o que torna possível a inserção na ficha de elementos analisados à luz do quadro teórico trabalhado. A partir da proposição hipotética de que a narrativa fílmica em *Uma verdade inconveniente* fundamenta-se em três matrizes discursivas – economia de mercado/capitalismo; perspectiva *neomalthusiana* e *credo* ou *evangelho da ecoeficiência* – formulei três *indicadores conceituais* no Campo 2 da ficha descritivo-analítica: *indicadores conceituais da matriz discursiva capitalista, neomalthusiana e do evangelho da ecoeficiência*. Esses indicadores só poderão ser descritos e trabalhados partindo da literatura selecionada para este estudo, em outras palavras, a partir das possibilidades dadas pelo meu quadro teórico.

A *ficha descritivo-analítica* está anexada a esta dissertação e o leitor poderá visualizar o processo de inserção de informações sobre o filme e entender o trajeto analítico que percorri. As informações técnicas do filme e algumas contextuais, em geral, foram colhidas no site do *The Internet Movie Data Base* (IMDB), uma reconhecida base de dados acerca de filmes internacionais. Optei por – no decorrer da dissertação – fazer sucintas menções à *ficha*, pois acredito que isso tornaria as análises fílmicas, propriamente ditas, um pouco mais “rígidas” por se tratar de um instrumento de catalogação e sistematização de informações.

A análise da questão ambiental no filme requer a conjugação da literatura do campo ambiental e sociológico e é esse processo, particularmente, que quero privilegiar. Entretanto, em vários momentos que analiso sequências do filme fica claro que parti de informações sistematizadas na *ficha descritivo-analítica*.

No primeiro capítulo apresentarei uma definição do termo *aquecimento global* e a perspectiva científica que o compreende como um fenômeno acelerado pela

ação do homem (antrópicas, antropogênicas) na emissão de gases de efeito estufa. O intuito é apresentar ao leitor algumas considerações sobre as mudanças climáticas – em especial o aquecimento global – já que este é o *tema gerador* da narrativa fílmica *Uma verdade inconveniente*. Cabe ressaltar que não entrarei na controvérsia com aqueles que questionam a relevância da ação humana nas mudanças no clima do planeta, e que negam o aquecimento global, apesar desta controvérsia ser uma das dimensões da exposição fílmica do documentário analisado. No entanto, isso *não significa* que a hipótese do aquecimento global, como alguns pesquisadores salientam, é um ponto consensual, – e espero mostrar aqui – muito menos da forma apresentada pelo documentário estudado.

Nesse mesmo capítulo farei uma exposição sobre as diferentes correntes do movimento ambientalista do séc. XX e suas diferentes perspectivas na compreensão da relação entre *natureza* e *sociedade* com o objetivo de situar a análise da perspectiva ambiental de Al Gore em sua narrativa fílmica.

No segundo capítulo problematizarei a relação entre documentário e verdade, e apresentarei meu marco teórico acerca da ideologia, do discurso competente e do discurso ambiental dominante.

No terceiro capítulo discorrerei sobre a *identidade* do político norte-americano Al Gore e do Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC), tentando compreender os papéis de ambos como *tipos ideais* nas esferas políticas e científicas na ordem ambiental internacional. Em seguida, abordarei aspectos da modernidade e da globalização para situar as ações de Al Gore e IPCC no cenário ambiental internacional.

No quarto capítulo empreenderei a análise fílmica propriamente dita e desenvolverei uma crítica ao discurso ambiental dominante ressaltando as matrizes discursivas presentes no filme protagonizado por Al Gore.

Por último, farei as considerações sobre o estudo “fechando” algumas questões sobre os significados da questão ambiental no filme *Uma verdade inconveniente*, e “abrindo” para novos questionamentos acerca da questão ambiental dentro da relação sociedade-natureza.

CAPÍTULO 1 – Questão(ões) ambientais no debate das causas

O termo aquecimento global passa a tomar grande vulto a partir dos anos de 1990 como um processo de aumento médio na temperatura dos oceanos e do ar perto da superfície da Terra devido à concentração de gases de efeito estufa que

impedem a expulsão do calor para o espaço. É importante salientar que o efeito estufa é responsável pela retenção do calor originado pela radiação solar e emitido pela Terra; a ausência desse mecanismo alteraria a temperatura média do planeta em cerca de 30 graus centígrados abaixo dos níveis atuais (FBMC, 2010).

O aquecimento global seria, portanto, a elevação da temperatura média anual do planeta Terra causada pelo aumento das concentrações na atmosfera de gases de efeito estufa dos últimos 100 anos. A concentração desses gases altera a temperatura média do planeta na medida em que sua concentração impede a emissão do calor para o espaço (FBMC, 2010). O aumento da emissão de gases poluentes tais como dióxido de carbono e metano, para muitos cientistas e atores sociais, possui uma forte causa antrópica. Em outras palavras, há fortes indícios de que o aumento da temperatura global é uma resultante da emissão de gases para atmosfera pela ação do homem. É ilustrativa a lista contida no *Protocolo de Quioto* com seis gases de efeito estufa (GEE) que devem ter suas emissões reduzidas: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs), hexafluoreto de enxofre (SF₆).

Realizado em 1997 na cidade de Quioto, no Japão, o Protocolo foi aberto para assinaturas em 11 de dezembro daquele ano e ratificado em 15 de março de 1999. Entrando em vigor em 16 de fevereiro de 2005 após a entrada da Rússia, já que era preciso que 55% dos países que juntos emitem 55% dos GEEs participassem do acordo, os Estados Unidos não ratificaram o protocolo.

As Partes incluídas no Anexo I⁹ devem, individual ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões descritos no Anexo B e de acordo com as disposições deste Artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012 (PROTOCOLO DE QUIOTO, 2010, p. 03).

As medidas trabalhadas no *Protocolo de Quioto* foram estabelecidas em consonância à idéia de que as mudanças climáticas no planeta são oriundas de

⁹ Alemanha, Austrália, Áustria, Bielo-Rússia, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, EUA, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Mônaco, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino-Unido e Irlanda do Norte, República do Norte, República Checa, Romênia, Rússia, Suíça, Turquia e Ucrânia. O Brasil ratificou em 29 de abril de 1998 e não está incluído na lista dos países que devem reduzir suas emissões de GEEs.

atividades humanas, reconhecidamente com maior grau, dos chamados países desenvolvidos. Nesse sentido, a ação antrópica – ou antropogênica –, sobre o clima do globo é matéria preponderante no *Protocolo*.

Contudo, como salienta José Conti (2005), a elevação da temperatura global vem, efetivamente, ocorrendo, mas é indispensável avaliar as causas com base numa investigação abrangente, levando-se em conta, não só a ação antrópica com a emissão intensa de GEEs, derrubada de florestas tropicais, superexploração da natureza, mas também, os processos naturais de macro-escala, incluindo os da esfera geológica e astronômica. Reforçando que

[...] a questão das mudanças climáticas precisa, portanto, passar por uma apreciação mais refinada a fim de que se possa determinar, com maior consistência, o papel da natureza e o da ação humana no processo, mesmo porque as duas esferas podem atuar de forma solidária e intercambiar influências (CONTI, 2005, p. 05).

Não se trata aqui de confrontar as perspectivas antrópicas e não-antrópicas (naturais) sobre as determinantes do aquecimento global de uma forma pura e simples, mas antes, reconhecer a possibilidade da co-determinação dessas perspectivas e incidir particularmente aqui o olhar sobre as ações antrópicas no meio ambiente. Tentarei deixar claro que a idéia de causas antrópicas *em si*, pouco diz. Em outras palavras: é no aprofundamento e diferenciação dos modelos sociais, do tipo de homem e de ação humana que podemos compreender melhor a crise ambiental.

Na *Convenção sobre Mudança do Clima O Brasil e a Convenção - Quadro das Nações Unidas* de 1992, as partes da convenção reconhecem que

[...] a mudança do clima da Terra e seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade, [...] Preocupadas com que atividades humanas estão aumentando substancialmente as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, com que esse aumento de concentrações está intensificando o efeito estufa natural e com que disso resulte, em média, aquecimento adicional da superfície e da atmosfera da Terra e com que isso possa afetar negativamente os ecossistemas naturais e a humanidade (2011, p. 03).

Há de se ressaltar ainda que a maior parte das emissões globais, em termos históricos e atuais de gases de efeito estufa, são produzidas pelos países desenvolvidos, e que as emissões *per capita* dos países em desenvolvimento ainda são relativamente baixas e que há uma tendência de crescimento das emissões

globais destes países em desenvolvimento para o crescimento de suas economias (CONVENÇÃO, 2011).

Conforme Carlos Joly ressalta, o processo de aquecimento e resfriamento da Terra, que no passado geológico ocorria gradativamente, adquire um ritmo mais acelerado nos últimos séculos:

No passado geológico o aquecimento e o resfriamento do planeta se deram de forma gradativa no decorrer de milhares de anos, dando tempo para que ao longo de centenas de gerações de plantas e animais os mecanismos do processo evolutivo atuassem. O homem, entretanto, modificou completamente este cenário. Os povos que habitavam a região antes do descobrimento [da América] caçaram algumas espécies à extinção, alteraram em pequena escala regiões costeiras e fluviais, implantaram sistemas de cultivo e ocuparam áreas de floresta, de cerrado, de caatinga bem como de paramos e savanas. Com a chegada dos europeus a velocidade dos processos de alteração começa a aumentar, passando da escala de milhares de anos para a escala secular. Quinhentos anos depois estamos vivenciando uma nova mudança de escala. A referência agora são décadas, e há uma crescente discrepância entre a velocidade das mudanças climáticas e a do processo evolutivo. Espécies longevas - como o jatobá e o jequitibá que podem viver mais de 200 anos – não terão condições de responder evolutivamente as estas mudanças ou migrar para novas áreas, tendendo a desaparecer. O resultado é um aumento exponencial nas taxas de extinção de espécies, particularmente na região Neotropical¹⁰ (2007, p. 169-170).

A aceleração dos processos industriais promoveu um grande incremento no nível de emissões de poluentes, que passam agora a ser contabilizadas em décadas. Paula Brügger (2004) faz alusão a essa aceleração lembrando um panfleto do grupo *Greenpeace* de julho de 1990 (*Against all odds*) que fazia uma “compactação” dos 4,6 bilhões de anos da Terra em 46 anos:

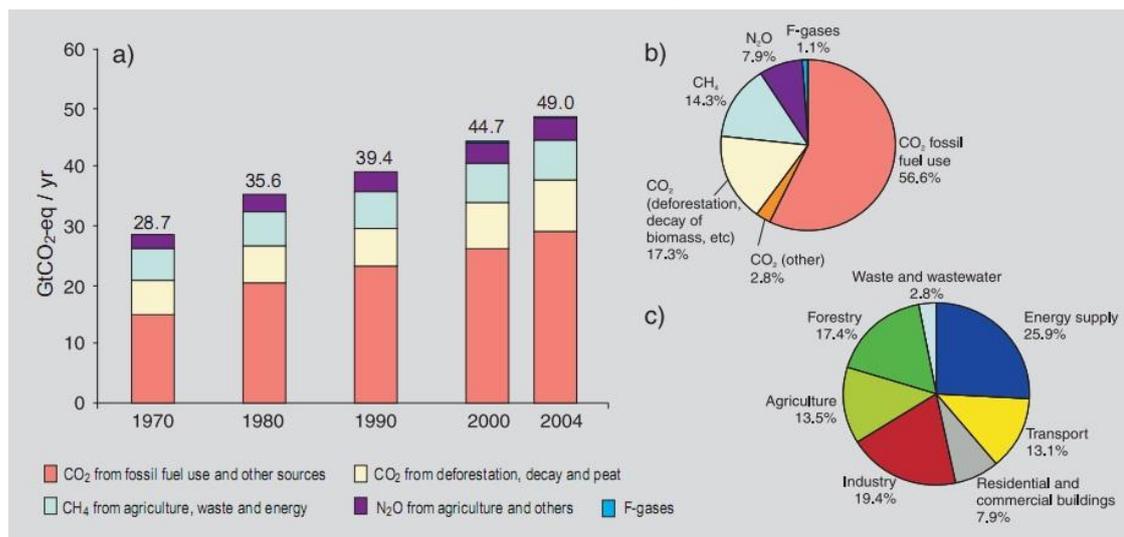
[...] Vejamos: até os primeiros sete anos não se tem nenhuma informação sobre o planeta. Os longínquos e extintos dinossauros só teriam aparecido após decorridos 45 anos. Os mamíferos só teriam surgido há oito meses. No meio da última semana desses 46 anos apareceram os primatas; e o homem moderno só teria aparecido nas últimas quatro horas desse tempo. Durante a última hora, o homem “descobriu” a agricultura; e a Revolução Industrial só teria começado no último minuto (BRÜGGER, 2004, p. 16).

Observando a *figura 1*, que trata das emissões antrópicas de gases poluentes, nota-se que: em 34 anos o nível de emissão de gases de efeito estufa aumentou em 1,7 vezes (b); o percentual de emissão de CO₂ por queima de

¹⁰ A região neotropical compreende a América Central, o sul do México e península da Baja Califórnia, o sul do Estado da Flórida, Caribe e a América do Sul.

combustível fóssil é de 56,6%, significativamente maior do que outros tipos de emissão (c); os setores com maiores níveis de emissão de gases de efeito estufa são o de fornecimento de energia com 25,9%, indústria com 19,4%, o desmatamento com 17,4% e agricultura com 13,5%.

Figura 1: Emissões globais antropogênicas de GEEs



(a) Emissões globais antropogênicas (GEEs) de 1970 a 2004. (b) Fração de diferentes GEEs antropogênicos no total de emissões em 2004 nos termos de CO₂ -eq. (c) Fração de diferentes setores no total de emissões de GEEs antropogênicos em 2004, nos termos de CO₂ -eq.

Fonte: Mudanças climáticas 2007: Relatório Síntese do IPCC (IPCC, 2010a).

Embora muitos estudos apontem um incremento sem precedentes nos níveis de emissão de gases de efeito estufa e de degradação do meio ambiente a partir da Revolução Industrial do séc. XVIII há de se ressaltar – e esse é um ponto importante dessa dissertação – que as mudanças climáticas não podem ser resolvidas simplesmente por meios técnicos e científicos. Tanto Joly (2007) quanto Brügger (2004) sinalizam para uma espécie de “desencaixe” entre os “tempos geológicos” da Terra e o “tempo” que corresponderia à presença do *homem* no planeta. Mais ainda, indicam um impacto significativo da ação humana em um curto tempo histórico, que, para Joly e Porto-Gonçalves (2006), contaria a partir do período das “descobertas” na América:

[...] É que com o uso generalizado dos combustíveis fósseis se está devolvendo a atmosfera substâncias químicas que o próprio petróleo e carvão, enquanto fósseis, abrigam em seus corpos. Assim, o carbono, que com a ajuda da fotossíntese havia sido feito corpo vivo, depositado a grandes profundidades, submetido a enormes pressões e temperaturas durante um tempo que se conta em milhões de anos

(tempo geológico), tornou-se carvão e petróleo que, hoje, explodimos (motor a explosão) e, assim, devolvemos à atmosfera aquilo que dela havia sido retirado [...] A devolução dessas substâncias à atmosfera faz aumentar novamente o efeito estufa alterando as condições da vida. Eis a situação atual (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 328).

Ao longo dessa dissertação esses pontos ficarão mais claros, especialmente quando discorrermos sobre as particularidades da *modernidade* e da *globalização* na relação entre sociedades e natureza.

Apresentei, de forma sucinta, algumas questões que estão presentes neste trabalho, como a definição de aquecimento global e a perspectiva antrópica-antropogênica, sobre as mudanças climáticas. Pretendo ampliar algumas considerações acerca das assimetrias de poder entre os países do globo terrestre e da dominância de uma diretriz sócio-econômica mundial, temas presentes na narrativa fílmica de *Uma verdade inconveniente* (2006).

Penso que é necessário, a partir daqui, desenvolver uma exposição acerca do surgimento do ambientalismo e suas diferentes correntes. Além de “situar” o leitor – que por ventura não conheça – nesse debate, será com a apresentação de diferentes perspectivas que localizarei o discurso ambiental de Al Gore, malgrado sua retórica pareça arrogar-se simplesmente *ambiental* (homogênea e genérica).

1.1. – Surgimento e correntes do Ambientalismo

Dentro do que chamamos *movimento ambiental* é possível verificar diferentes correntes que produzem perspectivas distintas sobre a relação entre natureza e sociedade, quero indicar com isso a heterogeneidade do ambientalismo. Para tanto, trabalharei a partir das análises feitas por alguns autores que pensam a origem do ambientalismo e seus desdobramentos contemporâneos, tais como: Antonio Diegues, Héctor Leis, Manuel Castells, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Carlos Frederico Loureiro.

Primeiramente apresentarei uma pequena trajetória de formação do pensamento ambiental ocidental, em seguida apresentarei uma breve perspectiva do movimento ambientalista contemporâneo, depois da ecologia política e do ecologismo dos pobres, e por último, apresentarei a perspectiva ecossocialista que se alinha de forma mais “forte” à teoria marxista na crítica ao capitalismo e na

proposição de uma nova epistemologia para dar conta dos novos desafios postos pela crise sócio-ambiental.

As origens do ambientalismo, para Héctor Leis (1999), remontam a um conjunto de idéias e sensibilidades sobre a relação do homem e a natureza que se configuram numa primeira fase estética, um espaço complexo de criação intelectual, combinadas a visões de artistas, cientistas e políticos.

Para Leis (1999) a modernidade é marcada pela visão dualista entre *natureza* e *sociedade* instaurada pelo paradigma cartesiano que separa o homem (possuidor de alma) e o restante da criação (matéria inerte, desprovida da dimensão espiritual), justificando no plano da razão a dominação do homem sobre a natureza. Contudo, como ressalta, tal dominação – característica da modernidade – passa a ser questionada:

[...] Embora o predomínio do homem sobre a natureza deva ser a marca civilizatória indelével de nossa época, por volta do século XVIII esse objetivo deixara de ser incontestado. A essa altura começaram a surgir dúvidas sobre o lugar do homem na natureza e o caráter de seu relacionamento com as outras espécies. O estudo cuidadoso da história natural em muito contribuiu para diminuir o antropocentrismo herdado, à medida que introduzia um senso de afinidade com a criação e debilitava as crenças no homem como um ser “único”. Mas o interesse pela história natural era unicamente um aspecto de uma mudança muito mais ampla e complexa que envolvia não apenas novos conhecimentos, senão também novas idéias e sensibilidades que se situavam na contramão da corrente civilizatória (LEIS, 1999, p. 58).

Tanto Leis (1999) como Diegues (2001) afirmam que as origens do pensamento e ações ecológicas surgem no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, muito embora, para Leis, os estudos de Gilbert White e Carolus Linnaeus tenham contribuído a partir do final do século XVIII para a compreensão do ambiente natural, afetando significativamente a relação do homem com a natureza. Segundo Leis (1999), a *estética ambientalista* surge apenas no século XIX na junção da preocupação dos naturalistas em conhecer mais profundamente a natureza com a preocupação democrático-revolucionária pelos direitos do homem.

Nesse sentido, as campanhas contra a crueldade com os animais serão indícios das raízes ambientalistas. Na Inglaterra funda-se pioneiramente a *Society for the Protection of Animals* em 1824 e 1867 a *East Riding Association for the*

Protection of the Sea Birds, uma das primeiras organizações fundadas para a proteção da vida selvagem (LEIS, 1999).

[...] no final do século XIX encontraremos numerosas lutas e organizações na Europa em favor não apenas dos animais domésticos senão também dos selvagens [...] É interessante observar, como um indicador do surgimento de uma estética ambientalista, que a oposição à matança de pássaros para a utilização de sua plumagem com fins decorativos foi dirigida por organizações onde as mulheres eram maioria (LEIS, 1999, p. 61).

A crescente expansão da *estética ambientalista*, para Leis (1999) é compreensível a partir da desconfiança no desenvolvimento social e da saúde humana, agravada pela depressão econômica de 1880. Nesse contexto, a idéia de *wilderness* (vida natural/selvagem), subjacente à luta pela preservação de áreas virgens e da vida selvagem será o eixo central da constituição dessa estética ambiental. Embora os antecedentes do ambientalismo sejam tipicamente europeus, os Estados Unidos serão protagonistas na difusão do ideal preservacionista presente na estética *wilderness*, justificado, entre outras coisas, pela grande extensão de terras novas passíveis à colonização, diferentemente da Europa (LEIS, 1999).

A criação do Parque Yellowstone (1872) e Yosemite (1890) nos Estados Unidos é ilustrativa desse novo momento na relação entre natureza e sociedade. Para Diegues (2001) uma das principais características dessa noção de *wilderness* é a idéia de *vazio*, ou seja, grandes áreas não-habitadas, desconsiderando claramente a ocupação indígena em vastas áreas do território estadunidense.

[...] A noção de “*wilderness*” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 2001, p. 24).

No entanto, o Parque Yellowstone não foi criado em uma região vazia, mas sim em território indígena Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. A idéia de parque como uma área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas estadunidenses, possui raízes nos mitos do “paraíso terrestre” do cristianismo. Tal concepção de paraíso já existia no final da Idade Média e preconizava uma região

natural de grande beleza e desabitada devido à expulsão após o pecado original. Esse mito do paraíso perdido é fundamental para a ideologia dos primeiros conservacionistas estadunidenses, composta de elementos religiosos, em especial, cristãos (DIEGUES, 2001).

Nos Estados Unidos da América do século XIX havia duas visões de conservação do “mundo natural”, expressas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir, respectivamente: “conservacionistas” e “preservacionistas”. Pinchot era um engenheiro florestal treinado na Alemanha e criou um movimento de conservação dos recursos apregoando o seu uso racional, dentro de um contexto que transformava a natureza em mercadoria (DIEGUES, 2001). Para Pinchot,

[...] a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício, e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos [...] **Essas idéias foram precursoras do que hoje se chama de “desenvolvimento sustentável”** (DIEGUES, 2001, p. 29 grifo nosso)

A influência de Pinchot no debate entre “desenvolvimentistas” – adeptos do desenvolvimento a qualquer custo – e “conservacionistas” foi grande e suas idéias foram importantes e influentes para os enfoques posteriores de *ecodesenvolvimento* na década de 1970 e em documentos produzidos posteriormente (*Limites do crescimento*, *Agenda 21* e *Nosso futuro Comum*). O uso adequado e com critérios dos recursos naturais é o eixo da idéia de *conservação dos recursos*, em contrapartida, a *corrente preservacionista* é a reverência à natureza no que tange ao apelo estético e espiritual da vida selvagem (*wilderness*):

[a corrente preservacionista] pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental norte-americana, o conflito entre Gifford Pinchot e John Muir é usualmente analisado como um exemplo arquetípico das diferenças entre a conservação dos recursos e a preservação pura da natureza (DIEGUES, 2001, p. 30).

John Muir foi o teórico mais importante da corrente preservacionista estadunidense fundamentando-a a partir da inserção do homem na natureza. Suas idéias de que o homem não poderia ter direitos superiores aos animais – já que também pertencia a natureza como animais – tiveram um reforço científico da

História Natural, particularmente no que tange a Teoria da Evolução de Darwin e da ecologia em Haeckel (DIEGUES, 2001):

É no segundo volume da *Generelle Morphologie der Organismen* que Haeckel dá à ecologia sua definição mais célebre: Por *ecologia* entendemos a totalidade da *ciência das relações do organismo com o meio ambiente*, compreendendo, no sentido lato, todas as “condições de existência” (ACOT, 1990, p. 27).

Por ecologia, entendemos o corpo do saber concernente à economia da natureza – o estudo de todas as relações do animal com seu meio ambiente inorgânico e orgânico; isso inclui, antes de mais nada, as relações amigáveis ou hostis com os animais e as plantas com os quais entra, direta ou indiretamente, em contato – numa palavra, a ecologia é o estudo dessas inter-relações complexas às quais Darwin se refere pela expressão de condições de luta pela existência (HAECKEL apud ACOT, 1990, p. 28).

No início do século XX, a corrente preservacionista continuaria a influir no pensamento ambiental estadunidense com os estudos de Aldo Leopold, graduado em Ciências Florestais, em 1907, e administrador de parques nacionais já em 1909.

Essa visão abrangente e ética de Leopold que segue o enfoque de uma história natural, foi abandonada pela maioria dos ecólogos do pós-guerra nos Estados Unidos, que se voltaram para a modelagem do ecossistema, tornando a ecologia uma ciência mais abstrata, quantitativa e reducionista (NASH apud DIEGUES, 2001, p. 32).

A bióloga Rachel Carson foi uma importante seguidora da escola de Aldo Leopold, escrevendo dois livros sobre o mundo natural: *O mar que nos cerca* (*The Sea around us*) e *Primavera silenciosa* (*Silent Spring*). Após concluir este último, Carson constatou que o domínio sobre a natureza é pautado na arrogância, nascido na idade “primitiva” da filosofia e da biologia, ao supor que a natureza existia para atender a todas as conveniências do homem.

Ao constatar que a sociedade contemporânea construiu um novo paradigma nas formas de interação – o paradigma das redes – Castells (1999) faz uma ampla investigação sobre os novos tipos de constituição identitária que emergem na contemporaneidade e elege o movimento ambientalista como principal representante da interação pautada nesse paradigma. A tese de Castells (1999) é que o *informacionalismo* emergiu a partir da década de 80 do séc. XX como uma nova base material e tecnológica, da atividade econômica e da organização social; uma revolução tecnológica moldada pela lógica e interesse do capitalismo avançado.

Essa nova estrutura social, para Castells, está diretamente associada “[...] ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (1999, p. 51). Para ele, o *informacionalismo* é grande devedor do processo de reestruturação do capitalismo, iniciado a partir de 1980, logo após o período de crescimento capitalista pós-guerra, a partir das diretrizes político-econômicas *keynesianas* aplicadas à maior parte das economias de mercado. Quando a crise, de 1974 a 1979, deflagrou uma onda inflacionária incontrolável, governos e empresas empenharam-se em um processo de reestruturação, em suma, uma série de reformas em instituições e no gerenciamento de empresas, visando quatro objetivos principais: intensificação da lógica capitalista de maximização de lucros nas relações capital/trabalho; aumento da produtividade do trabalho e do capital; globalização da produção, circulação e de mercados; e apoio estatal para ganhos de produtividade e competição das economias nacionais, ao passo em que relega, assim, a proteção social e normas de interesse público a segundo plano.

Essas novas diretrizes político-econômicas arregimentaram o desenvolvimento tecnológico dos anos 80, que, por conseguinte, nas palavras de Castells, transformaram nossa cultura material organizada, agora, “[...] em torno da tecnologia da informação” (1999, p. 67). Segundo ele, este é um evento histórico com um grau de importância similar ao da Revolução Industrial do séc. XVIII, embora ele mesmo afirme que o *informacionalismo* se singulariza das demais revoluções – principalmente em relação à primeira – por seu caráter abrangente e não-colonial.

Para o sociólogo espanhol, uma das características desta revolução é a configuração de um ciclo retro-alimentado pelo conhecimento e informação, que, por sua vez geram dispositivos e informações numa constante inovação, uma imagem que se assemelha ao conceito de Schumpeter (1961) de *destruição criadora*.

De acordo com este paradigma desenhado por Castells (1999), se nos propuséssemos a avaliar os movimentos sociais através de sua produtividade histórica, constataríamos que o movimento ambientalista do último quarto do século XX conquistou uma posição de destaque no cenário internacional, pois, a dissonância entre teoria e prática caracteriza o ambientalismo como uma nova forma

de movimento social, descentralizado, de múltiplas formas, orientado à formação de redes e com um alto grau de penetração; diferindo, assim, *ambientalismo* de *ecologia*:

[...] Por *ambientalismo* refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por *ecologia* do ponto de vista sociológico, entendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária (1999, p. 144).

Segundo Castells, o *ambientalismo* é a ecologia na prática, e a ecologia seria o ambientalismo na teoria e, por sua multiplicidade, poderia ser classificado em cinco tipos distintos, que, segundo ele, foram manifestados por meio de práticas observadas, cada uma obedecendo a três características determinantes de um movimento social:

Quadro 1: Tipologia dos movimentos ambientalistas em Castells

Tipologia dos movimentos ambientalistas			
Tipo (exemplo)	Identidade	Adversário	Objetivo
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não-controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i> , ecofeminismo)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
<i>Save the planet</i>	Internacionalistas na luta pela causa ambiental	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“Política verde” (<i>Die Grunen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Quadro 3.1 (CASTELLS, M. O “**verdejar**” do Ser. In: O poder da identidade (volume II).

O *ambientalismo*¹¹ surge como um movimento que propõe outra forma de se viver em sociedade e outro modo de se relacionar com a natureza à medida que

¹¹ Na medida em que aceitamos a caracterização de Castells sobre a teoria e a prática, para os fins desta dissertação utilizarei *ambientalismo* e *ecologismo* – assim como movimento ambiental e ecológico – como sinônimos.

questiona antigos valores assentados na oposição moderno-ocidental entre homem-natureza (LEIS, 1999; GONÇALVES, 2008; LOUREIRO, 2006a).

Para Gonçalves (2008), o movimento ecológico tem as raízes histórico-culturais fincadas nas experiências de luta, no plano político, de movimentos sociais que colocavam em questão o modo de vida partindo da situação concreta, do cotidiano. Diferentemente de outros movimentos, o ecologismo não possuiria uma *condição social*. Em suas palavras:

[...] Há um corpo operário, camponês, indígena, mulher, negro, homossexual e jovem, por exemplo. Não há, para o movimento ecológico, essa base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas. Essa é uma diferença extremamente significativa: o movimento ecológico é mais difuso, não apreensível do mesmo modo que os demais corpos que se movimentam social e politicamente (GONÇALVES, 2008, p. 21).

A difusão, assim como o dinamismo, são características do movimento ecológico, não à toa, seria o movimento mais “afinado” à lógica da *rede* e ao paradigma informacional, para Castells (1999). Provém desse caráter, para Gonçalves (2008), a fonte de riqueza e de problemas do movimento na instância política e cultural, de modo que tal difusão permite o engajamento de ecologistas em mais variadas temáticas, muitas vezes diferentes.

De acordo com Leis (1999), o amplo espectro de teorias e práticas ambientalistas dão forma a um projeto que pode ser caracterizado como *realista-utópico* que só poderá se concretizar via construção de pontes e aproximações entre fenômenos experienciados como opostos.

[...] Em outras palavras, a força do ambientalismo reside na sua capacidade para produzir um encontro entre Dalai Lama, Madonna, Ilya Prigogine e Bill Gates para conversar sobre o estado do Planeta. O que obviamente não era possível nos tempos de Buda nem na época das feiras mundiais de Londres, Paris ou Nova York, constitui a eventualidade mais auspiciosa de nossos dias (LEIS, 1999, p. 47).

Discorrerei com mais acuidade acerca do mecanismo ideológico por trás da retórica ambiental, capaz de unir figuras díspares em torno de uma mesma causa (salvar “a nave-mãe terra”) e seus desdobramentos no campo da luta política no terceiro capítulo.

Leis (1999) classifica o ambientalismo como um movimento *realista-utópico*, pois, segundo ele, sua missão define um projeto em aberto, ao contrário da tradição

moderna marcada pela unidimensionalidade das forças atuantes na história. Para o autor, há três abordagens tradicionais que enxergam o ambientalismo em três formas diferentes: como grupo de pressão ou interesse, como novo movimento social e como movimento histórico. A primeira perspectiva é marcada pela construção de um *lobby* que objetiva exercer suas demandas no interior do sistema político. Tais demandas ambientais não representam questionamentos e nem colocam em xeque o modo de vida dominante. São exemplos disso as ações, muitas vezes efêmeras, de organismos ou associações que realizam coletas de lixos em torno de praias ou rios, ou “abraçam” lagoas etc. As ações globais como o *Dia da Terra* que – entre outras coisas – incentivam as pessoas a apagarem todas as luzes de suas residências por um minuto e o *Dia mundial sem carro* que incentiva as pessoas no mundo todo – utilizando múltiplas mídias como a internet, rádio, celulares etc. e sem “centro” decisório definido – a evitarem o uso do carro ao se locomoverem por um dia são também exemplos de formação de grupos de pressão. Embora motivem os indivíduos a tomarem ações que diminuam o consumo de energia e de emissão gases de efeito estufa, esses atos organizados não ultrapassam a linha da superficialidade quando se trata de refletir sobre as raízes dos problemas ambientais. As demandas, ou *lobbys* dessas ações, estão sempre circunscritas no âmbito de um modelo social hegemônico, que, por sua vez, nunca é questionado.

No segundo caso o ambientalismo é entendido como um movimento crítico e alternativo em relação à ordem capitalista hegemônica. Associa-se à emergência de partidos com bandeiras verdes e tendências à institucionalização, como é o caso da criação de Partidos Verdes no mundo e da atuação de organizações não-governamentais como a *WWF* e o *Greenpeace*,

[...] tendo em suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, nesse sentido, dos movimentos pacifista e feminista). Esta visão dá um destaque especial aos setores radicais do ambientalismo (auto-identificados normalmente como ecologistas) e associa seu desenvolvimento político à emergência dos partidos verdes (LEIS, 1999, p. 54).

No terceiro caso, o ambientalismo é tratado como um movimento histórico que sinaliza para a insustentabilidade a médio e longo prazo da atual sociedade:

[...] Isto significa que não apenas se considera insustentável o modelo de desenvolvimento econômico, mas também as instituições e valores predominantes (especialmente aqueles que propiciam o

consumismo e o crescimento econômico sem limites). De acordo com este enfoque, o ambientalismo aponta na direção de mudanças em várias dimensões da vida social (LEIS, 1999, p. 54).

Leis (1999) entende o ambientalismo como um movimento histórico-vital que se desenvolve em feixes de correntes sinérgicas correndo em várias direções, capaz de compor um quadro de grande riqueza cultural e de força histórica. O ambientalismo como um movimento histórico consegue romper a membrana que envolve/protege o núcleo duro da sociedade contemporânea, não nega sua inserção no tempo e no espaço, mas antes, qualifica sua ação através dela. Essa perspectiva está presente no pensamento ecossocialista e na ecologia dos pobres.

[...] Precisamente, o enfoque do ambientalismo como grupo de interesse dá mais relevância às instituições de caráter técnico, embora com capacidade para influir no sistema político, assim como o conceito de novo movimento social dá mais relevância aos grupos ideologicamente radicais, dos setores técnicos e dos políticos, dos não-governamentais e governamentais, dos cientistas como dos empresários, etc. Do mesmo modo, a perspectiva histórico-vital supõe perceber que o ambientalismo não estimula a cooperação por cima do conflito na relação entre os diversos setores e atores sociais (como no caso da literatura dos grupos de interesse), nem o conflito por cima da cooperação (como no caso da literatura dos novos movimentos sociais), senão que concebe a ambos (conflito e cooperação) atravessando e redefinindo o comportamento dos diversos setores e atores sociais em termos de suas orientações favoráveis ou contrárias a uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza (LEIS, 1999, p. 55).

Loureiro (2006a) também define o ambientalismo como um projeto *realista* e *utópico*, com múltiplas orientações, e que se inscreve na política mundial de forma simultânea, como um posicionamento de apropriação de ordem material e simbólica, que vai de proposições civilizatórias passando pelo questionamento da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das leis de mercado, à iniciativas comportamentais *ecologicamente corretas*, tendo como eixo analítico o processo de atuação humana no ambiente e a discussão acerca da relação sociedade-natureza, visando alcançar uma nova base civilizacional. “[...] Partindo desta definição, evitamos usar terminologias dualistas do tipo ecologistas e ambientalistas, optando por um termo mais genérico que evidencia as múltiplas compreensões inseridas no campo da *questão ambiental*” (2006a, p. 17).

É importante ressaltar que a categoria *ambiente* é uma construção social, mas essa percepção é obliterada por uma atual tendência teórica que a trata como

categoria universalizante e única, sobre a qual o conhecimento científico positivo incide. Em decorrência, urge como necessária a crítica ao discurso majoritário de que sob a “bandeira” ambientalista assentar-se-ia a solução para a melhoria na qualidade de vida da população e das gerações futuras (LOUREIRO, 2006a).

Segundo Loureiro (2006a), o movimento ambientalista possui historicamente quatro grandes categorias interconectadas de discussão e reflexão que são fundamentais para a sociedade contemporânea.

O primeiro eixo trata da crítica à tradição religiosa judaico-cristã e ao seu processo de dominação e expansão (expansionismo religioso) sobre as demais formas de crenças espirituais, expressa também na concepção da espécie humana como dominadora das demais espécies e do monoteísmo na negação de outros deuses e religiões.

Neste escopo, a relação com a natureza é profana: quanto mais próximo desta, mais imperfeito e bruto. Para transcendê-la, institui-se o primado da “razão fria e calculista”, reforçando a lógica capitalista moderna, da relação sujeito-objeto, da fragmentação do ambiente, inibindo-se o sensível e o natural. Para Lipietz (2000) esta construção de *senhor da natureza* caracteriza a tradição judaico-cristã, que, juntamente com o iluminismo, marcam o pensamento ocidental (2006a, p. 22).

O segundo eixo está relacionado à revolução científica e a consolidação do paradigma cartesiano que moldou os valores culturais modernos e o projeto de ciência positivista e de tecnologia. Tal paradigma de ciência só pode ser compreendido nos marcos do desenvolvimento de um novo modo de produção, o capitalista.

A ênfase na ciência analítica cartesiana conduz a fragmentação ilimitada do objeto, perdendo-se a noção do todo, e ao entendimento do processo causa-efeito sem historicidade, ou seja, ao nosso desligamento do ambiente. Cria-se então o primado do racionalismo instrumental, do reducionismo e do mecanicismo [...] (2006a, p. 23).

Tanto a tradição religiosa judaico-cristã, quanto o paradigma científico moderno instaurado a partir da revolução científica sustentam o terceiro eixo da crítica ambientalista: a orientação individualista-antropocêntrica.

A sensação de poder, seja de origem divina ou derivada do domínio científico potencializado pelo capitalismo, fundamenta não só a noção de que a humanidade pode ir além dos limites biológicos, mas numa ação eminentemente individualista descolada dos determinantes sociais. É característico do pensamento moderno liberal-burguês que os seres humanos não dependem de adequação

a uma ordem transcendente a si próprio para se realizarem, posto que a dimensão ética fica reduzida a vida privada, sendo a natureza apenas o meio para satisfazer as necessidades humanas (LOUREIRO, 2006a, p. 24).

O último eixo concentra-se na crítica à sociedade industrial e o uso tecnológico como meio de dominação e exploração.

Todo ser vivo, e especialmente os seres humanos, sempre atuaram no ambiente em um movimento de transformações e busca do equilíbrio em sentido dinâmico. O que ocorre após a Revolução Industrial capitalista é um aumento da intensidade e velocidade da ação antropocêntrica, além da afirmação de um sistema político-econômico individualista mundial, pautado na reprodução do capital, que, para isto, precisa de crescente consumo de matéria e energia (LOUREIRO, 2006, p. 24).

Acredito que muitos aspectos apresentados por esses autores, acerca do ambientalismo, são pertinentes à análise da questão ambiental no filme *Uma verdade inconveniente*. Identifico preliminarmente elementos preservacionistas na concepção de natureza de Al Gore, ou ainda – valendo-me da tipologia desenvolvida por Castells (1999) – como um *amante da natureza*, compreendida como harmônica e bela. Essa concepção pode ser vista, mais precisamente nas passagens do filme que remetem à fazenda da família Gore em Carthage, Tennessee, tipificando a idéia originária do pensamento preservacionista de paraíso perdido que veremos em Diegues (2001) como um *neomito*.

O filme *Uma verdade inconveniente* (2006) começa com uma imagem de natureza intocada: um rio correndo tranquilo, muitas árvores, som de passarinhos; logo, a voz em *off* de Al Gore nos fala:

Sequência 1: Natureza intocada (neomito)



Al Gore: Vocês vêem um rio correndo suavemente, repare nas folhas balançando ao vento, vocês ouvem os pássaros, ouvem os ruídos dos sapos, ao longe, vocês ouvem a vaca mugindo. Sentem a grama, a lama cede um pouco na margem do rio; faz silêncio. Há uma sensação de paz, e de repente há uma mudança dentro de vocês. E aí é como respirar fundo e dizer: Ah! Eu esqueci totalmente (00h02min17seg¹²).

É com esta imagem da natureza, condensada na fazenda de sua família, contemplativa e harmônica – agora ameaçada – que Al Gore sustenta parte de sua retórica ambiental. Essa imagem é realçada através das técnicas de fotografia do diretor Guggenheim¹³ – usando filmes 8 mm em Kodachrome – que conferem um “ar” mais íntimo e familiar às passagens na fazenda em Carthage, fazendo com que o espectador compartilhasse, de certa forma, as lembranças contadas pelo político estadunidense.

Não obstante, embora o movimento ambientalista surja como uma forte crítica à racionalidade técnico-científica instaurada na modernidade e ao individualismo-antropocêntrico (LOUREIRO, 2006a) estes elementos permeiam fortemente o discurso ambiental de Al Gore, o individualismo como elemento ideológico do

¹² Usarei na citação direta uma forma em que enuncio a hora, o minuto e os segundos aproximados do trecho citado.

¹³ No *Campo 2* da *Ficha Descritivo-Analítica* esta informação está destacada como usos diferentes da câmera no filme.

capitalismo (que coloca no plano individual, ações e decisões de cunho coletivo) e o *discurso competente* como discurso de autoridade sobre uma determinada questão. Estes aspectos começarão a ser vistos com mais acuidade no segundo capítulo.

1.2. – Ecologia Política e Ecologismo dos Pobres

O termo *ecologia política* surge pela primeira vez com Eric Wolf e tem inspiração nas obras de André Gorz, Arturo Escobar, Enrique Leff e Joan Martínez Alier. Centrada – mas não exclusiva – na América Latina, cuja marca integradora dos países que a compõem é a *conquista européia* e suas consequências ao longo de todos esses anos. Há a percepção de que os problemas latino-americanos se vinculam estreitamente com a Europa a partir das grandes navegações do século XVI, um vínculo de caráter negativo, mas que também surge como uma potencialidade (ALIMONDA, 2006).

De acordo com Joan Martínez Alier (2009), a ecologia política é um novo campo de conhecimento que estuda os conflitos ecológicos distributivos, analisado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais. Esquivando da retórica do *novo* no campo do conhecimento, Héctor Alimonda (2006) concebe a ecologia política como um espaço de confluência, de questionamento e mútua nutrição entre diferentes campos do conhecimento, reconhecendo o atual estágio parcelar do conhecimento científico e tecnológico. Embora esse conhecimento seja socialmente produzido¹⁴, seu parcelamento é efeito de relações de poder social.

Para Alimonda, as origens da ecologia política vinculam-se à preocupação pública crescente diante das evidências dos impactos do modelo de desenvolvimento seguido pela humanidade nos dois últimos séculos:

A Ecologia Política forma parte da mesma constelação político cultural dos movimentos ambientalistas, que se afincaram nos movimentos anti-nucleares, pacifistas, de crítica à sociedade de consumo, de proteção da natureza, etc., nos países desenvolvidos, e com os movimentos populares de países periféricos que defendem frente ao Capital, ao Mercado e ao Estado suas formas tradicionais de vinculação com os recursos naturais, frequentemente re-significadas para formar parte de modelos alternativos de organização social (o que Joan Martinez Alier – 2004 – denomina “o ecologismo dos pobres”) (ALIMONDA, 2006, p. 48).

¹⁴ Idéia fortemente presente também nos escritos nos textos de Moreira (2007) acerca da propriedade privada da terra por capitalistas e nas vantagens em termos de concorrência na apropriação privada de tecnologias e conhecimentos socialmente produzidos.

Alier (2009) buscará explicações para o enfrentamento entre a economia e o meio ambiente, com suas peculiaridades, urgências e incertezas (economia ecológica) distinguindo três grandes correntes no movimento ambientalista (ecologia política): “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. Segundo ele, tais vertentes são como canais de um único rio, e embora possuam uma mesma origem (uma reação ao crescimento econômico), elas possuem atuações e diretrizes distintas.

Quadro 2: Tipologia dos movimentos ambientalistas em Martinez Alier

<i>Tipologia dos movimentos ambientalistas segundo Martinez Alier</i>			
Tipo (exemplo)	Identidade	Adversário	Objetivo
“O culto ao silvestre” ou “à vida selvagem”	Amantes da natureza	Crescimento populacional	Preservação da natureza silvestre
“O credo da ecoeficiência”	Crença na ciência e novas tecnologias	Riscos ambientais, escassez e desastres industriais	Manejo sustentável e “uso prudente” dos recursos naturais
“O ecologismo dos pobres”	Indivíduos do terceiro mundo, pobres e “não-ambientalistas”	Crescimento econômico e desigualdade social	Justiça sócio-ambiental.

Tipologia inspirada no Quadro 3.1 de Castells (**O “verdejar” do Ser**. In: O poder da identidade (volume II) e elaborada a partir da distinção do ambientalismo em três correntes feita por Alier em **Ecologismo dos pobres**. (2009, p. 38).

Alier esclarece, ainda, que existem pontos de contato e de divergências entre essas três correntes ambientais, contudo: “[...] uma coisa une todos os ambientalistas: é a existência de um poderoso *lobby* antiecológico, possivelmente mais forte no Sul do que no Norte (2009, p. 39).

Assim como Diegues (2001), Alier (2009) remonta “o culto ao silvestre” a partir das obras de John Muir e do *Sierra Club* dos Estados Unidos. De forma característica, esse movimento não ataca o crescimento econômico de forma clara, mas focaliza sua preocupação em uma ação de preservação e manutenção dos espaços da natureza original ainda não atingidos pelo mercado. Contudo, Alier esclarece que a sacralidade da natureza possui um papel relevante por duas

funções: primeiramente pelo papel real da esfera do sagrado em algumas culturas, e em segundo lugar, porque traz consigo um ponto central para a própria economia ecológica: a incomensurabilidade dos valores.

De encontro à corrente do “culto ao silvestre” há uma corrente caracterizada por uma preocupação constante com os efeitos dos impactos ambientais na economia em sua totalidade: o “evangelho da ecoeficiência”. Esta corrente é marcada por uma crença no “desenvolvimento sustentável”, na “modernização ecológica”, em defesa do crescimento econômico, embora não a qualquer custo (ALIER, 2009).

‘Faz um século, em meio a uma tormenta nas alturas de Serra Nevada, um homem fraco e barbudo subiu até a copa de uma conífera que oscilava fortemente para, segundo explicou, desfrutar do prazer de cavalgar o vento. Uns poucos anos mais tarde, o primeiro chefe do serviço florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, um aristocrático engenheiro florestal formado na Europa, andava a cavalo pelo parque Rock Creek, de Washington D.C., quando repentinamente lhe ocorreu uma idéia. Considerou que a saúde e a vitalidade da nação dependiam da saúde e vitalidade dos recursos naturais’ (SHABECOFF, 2000, p.01). É fácil adivinhar que os dois personagens descritos são John Muir e Gifford Pinchot (ALIER, 2009, p. 29).

É importante ressaltar que, para Alier (2009), as duas correntes ecologistas dominantes, não só nos Estados Unidos, mas no cenário mundial, são “o culto ao silvestre” e “o evangelho da ecoeficiência”, e independente da primazia de uma em relação à outra há um convívio entre ambas, por vezes, se entrecruzando:

[...] observamos que se a procura utilitarista da eficiência no manejo florestal poderia confrontar-se com os direitos dos animais, num sentido oposto os mercados reais ou fictícios de recursos genéticos ou de paisagens naturais, poderiam ser entendidos como instrumentos eficientes visando à sua preservação [...] A Convenção da Biodiversidade de 1992 propõe o acesso mercantil aos recursos genéticos como o principal instrumento para a conservação [...] Contudo, a comercialização da biodiversidade constitui um instrumento perigoso para a conservação (ALIER, 2009).

Alier (2009) aponta para uma terceira corrente ambientalista que confronta as duas anteriores: o *ecologismo dos pobres*, também chamado de *ecologismo popular* ou ainda, *movimento de justiça ambiental*. Segundo ele, o eixo principal dessa corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas um interesse material pelo meio ambiente como fonte de subsistência e uma preocupação com os seres humanos pobres de hoje. Seu crescimento mundial deve-se ao aumento dos

conflitos ecológicos distributivos¹⁵ resultantes da expansão de atividades econômicas, e o comprometimento de sistemas naturais de países e regiões pobres.

Nesse sentido, o ecologismo dos pobres ganha dimensão à medida que entra em conflito com o crescimento econômico, malgrado o paradigma social seja postulado como *informacional*, ou mesmo, *pós-industrial*:

[...] Alguns grupos da geração atual são privados do acesso aos recursos e serviços ambientais, e sofrem muito mais com a contaminação. As novas tecnologias talvez possam reduzir a intensidade da utilização de energia e de matérias-primas por parte da economia. Mas somente depois de já terem causado muita destruição [...] Não fosse suficiente, as novas tecnologias implicam muitas vezes “surpresas” [...] Da forma como o problema está colocado, as novas tecnologias não representam necessariamente uma solução para o conflito entre a economia e o meio ambiente. Pelo contrário, perigos desconhecidos incorporados às novas tecnologias engendram em muitos momentos conflitos de incineradores – cujo funcionamento pode gerar dioxinas –, como de áreas voltadas para armazenar resíduos radioativos ou, ainda, do uso das sementes transgênicas (ALIER, 2009, p. 36).

É um tanto quanto difícil sustentar a argumentação de Castells sobre a singularidade do *informacionalismo* (terceira revolução) à medida que as chamadas NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) – como pode ser inferido em seu estudo – são produzidas (e também controladas) por países que possuem quase sempre relevância político-econômica no cenário mundial.

De fato, experienciamos muitas transformações, – o que Harvey (2005) denominou, por exemplo, como *compressão do espaço-tempo* – a partir da chamada revolução informacional, que operam transformações subseqüentes nos modos de vida da sociedade. Mas as bases da diferenciação dessa terceira revolução, não são tão diferentes de suas antecessoras tecnológicas, já que o *informacionalismo* está assentado sobre o mesmo sistema político econômico que, na lógica schumpeteriana, da qual bebe – funciona como uma espécie de mutação industrial “que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos” (1961, p. 105).

Autores como Alier (2009), Porto-Gonçalves (2006) e Dupas (2008) ressaltam que sob o signo da *imaterialidade* das novas tecnologias esconde-se uma dura

¹⁵ Em relação ao foco de Martinez Alier (2009), Alimonda argumenta: “[...] talvez sua definição de Ecologia Política deveria colocar mais ênfase na apropriação, pressuposto da produção, antes que na distribuição” (2006, p. 53).

materialidade expressa nos conflitos distributivos e no uso de recursos naturais que muitas vezes não entram na contabilidade das transações econômicas. Nas palavras de Dupas, – ao se referir à quantidade de água necessária para a produção monocultora de soja, arroz e aves – “[...] a importação de grãos é a maneira mais eficiente para os países com *déficit* hídrico importarem água em larga escala” (DUPAS, 2008, p. 62-63).

Sob o signo de novas tecnologias, paradigmas sociológicos são construídos e acabam se constituindo em *ideologias* que *ocultam* o processo de produção e *mostram* a mercadoria (celulares, notebooks, microchips, nano robôs etc.) como prova cabal de tempos imateriais.

Ora, assim como a produção de um quilo de cereais envolve, em média, um consumo de mil litros de água (DUPAS, 2008), a produção de cobre, metais e minerais raros (elementos necessários em celulares, notebooks, microchips, nano robôs etc.) envolve, não só, um altíssimo consumo de água e energia, como produz muitos rejeitos:

[...] a separação do minério de cobre numa jazida implica abandonar cerca de 99,5% da matéria revolvida como rejeito. Relembremos que, cada vez mais, trabalha-se com *minerais raros*, e o nome traz em si mesmo a proporção do que é útil e do que é rejeito. Separar os minerais raros exige água e energia em proporções enormes e, assim, a revolução nas relações sociais e de poder implicada na nanotecnologia com sua desmaterialização e transmaterialização [...] implica mais água e energia por todo lado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 426).

Em um mundo globalizado onde o cenário de iniquidade desponta a partir da oportunidade à vida dos indivíduos propriamente dita¹⁶, o *ecologismo dos pobres* se constitui em uma resposta dos pobres do terceiro mundo às diretrizes ambientais oriundas dos ricos do primeiro e do terceiro mundo¹⁷. Esses, em geral, encontram-se

¹⁶Segundo o Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial do ano de 2006, intitulado *Equidade e Desenvolvimento*, “[...] enquanto 7 em cada 1.000 bebês norte-americanos morrem no primeiro ano de vida, de cada 1.000 bebês malineses, 126 morrem no primeiro ano. Os que sobrevivem, não apenas em Mali, mas na maior parte da África e nos países mais pobres da Ásia e América Latina, correm um risco nutricional muito maior do que seus correspondentes nos países ricos. E se freqüentarem a escola – mais de 400 milhões de adultos nunca o fizeram – suas escolas são substancialmente piores do que aquelas freqüentadas pelas crianças na Europa, Japão, ou Estados Unidos”.

¹⁷ Alier ressalta que o *ecologismo popular* ou *ecologismo dos pobres* constituem denominações aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que enfrentam os impactos ambientais que ameaçam os pobres, maioria da população em muitos países do globo. Estariam incluídos aí, portanto, movimentos de base camponesa, pescadores etc. Embora eu aprecie este termo e utilize-o, algumas

geográfica e economicamente vulneráveis às ações de grandes empresas e empreendimentos gestados pelo Estado, tornando-se grupos suscetíveis aos impactos ambientais negativos ocasionados pelas ações econômicas de empresas e sem amparo do Estado.

1.3. – Ecosocialismo e Sócio-ambientalismo

É possível dizer que a complexidade identitária da América Latina já se manifesta no próprio termo *América* – em honra ao explorador italiano Américo Vespúcio –, os limites da América Latina e a América de origem anglo-saxão, ao passo em que os povos originários indígenas têm o direito de não se reconhecerem com a denominação de latino-americanos, termo originário de um hibridismo europeu e americano.

También debemos considerar que tras la conquista llegaron contingentes inmigratorios muy grandes de diversos lugares, y se produjo la implantación de una base social diferente, don las culturas ya eran heterogéneas por la presencia indígena y de los conquistadores. [...] Cuando hablamos de heterogeneidad hablamos también de los latinoamericanos no necesariamente indígenas que se articulan con las prácticas indígenas. Al continente se han transportado las culturas, los individuos, la flora e la fauna (ALIMONDA; VALLEJO, 2007, p. 05).

O debate sobre *modernidade-colonialidade* iniciado por Arturo Escobar, Edgardo Lander, Fernando Coronil, Aníbal Quijano e Enrique Dussel coloca a indissociabilidade desses dois conceitos à medida que o eurocentrismo discursivo não relaciona a modernidade europeia com a prática colonial na América Latina. A própria *globalização* é, sustentada por alguns autores, como um fenômeno que se origina com a conquista ibérica e anglo-saxão das Américas há 500 anos¹⁸.

Após a Segunda Guerra Mundial a ideologia do *desenvolvimento* tomada pelos países hegemônicos via no mundo *subdesenvolvido* um espaço indefinido, e que seus problemas se resolveriam adotando o seu modelo de crescimento e desenvolvimento econômico. Em verdade, as teorias do desenvolvimento se constituíram numa espécie de continuidade da modernidade no tempo colonial, não

vezes a definição de *pobreza* parece às vezes eclipsar determinados elementos no debate ambiental, embora traga à baila, necessariamente, a discussão acerca da riqueza e do consumo de bens.

¹⁸ Ver o primeiro capítulo de Porto-Gonçalves (2006) sobre a construção do sistema-mundo moderno-colonial numa perspectiva ambiental.

considerando as especificidades históricas e culturais de cada país, e não respeitando o meio-ambiente, pautados numa clara oposição: desenvolvimento vs meio ambiente¹⁹.

Contudo, o processo de colonialidade e dominação não coube apenas aos exploradores europeus, mas também as elites dos países latino-americanos. A conquista da Patagônia, a conquista dos pampas... A idéia de invisibilidade dos povos tradicionais que ali viviam e a dominação desses ecossistemas pautava as ações de genocídio e a expulsão dessas terras (ALIMONDA; VALLEJO, 2007).

É notável a perspectiva do imperialismo ecológico em Alfred Crosby (1993) ao analisar a colonização da América pautada, não só, nas armas, e mais no que ele chama de invasão européia por uma “biota portátil”, com animais, espécimes vegetais e microorganismos transladados para um meio-ambiente estranho (mesmo que, em muitos casos, de forma inadvertida). Na interação entre flora e faunas diferentes, e nos novos germes trazidos da Europa para o “novo” continente, populações inteiras foram devastadas em poucos anos.

Arturo Escobar nos fala dos regimes de natureza, ou seja, mosaicos de diferentes regimes numa dada paisagem. Seriam três: o *regime orgânico/modernidade/capitalista* e o regime de integração da natureza a partir da valoração. O primeiro consiste numa relação orgânica entre a humanidade e natureza, onde não há diferenças estritas entre as formas sociais e naturais; o segundo regime tem como principal característica a produção para a troca, nesse sentido, a natureza é tida como um objeto de trabalho e a relação homem-natureza é mediada pelo conhecimento científico, de matriz capitalista. Esta idéia contempla o discurso de Alier (2009) sobre dívida ecológica, na medida em que a natureza aparece como uma *externalidade* no sistema político-econômico; o terceiro regime trata da valorização da natureza, observando os saberes dos povos originários e científicos possibilitados pela natureza (ALIMONDA; VALLEJO, 2007).

Para Alimonda, o que diferencia a ecologia de outras espécies da ecologia humana é organização política desta e sua mediação por relações de poder:

[...] El poder sobre la naturaleza sirve para excluir a otros humanos y así ejercer poder. Quienes se aproprian de la naturaleza, y sus recursos lo hacen porque otros humanos trabajan para ellos. El

¹⁹ Ver em Callinicos (2007) o fracasso das práticas desenvolvimentistas no pós-guerra, em especial, no que tange ao Consenso de Washington, a despeito da alusão à crescente liberalização dos mercados e aumento dos ganhos dos pobres.

poder sobre la naturaleza, y el poder sobre La naturaleza ayuda a dominar más a la sociedad humana²⁰ (ALIMONDA; VALLEJO, 2007, p. 09).

Para Enrique Leff, ecologia política seria o campo no qual se está construindo uma história ambiental cujas origens remontam a uma história de resistências anticoloniais e antiimperialistas. A ecologia política da América Latina é de diferença, e de oposição aos projetos hegemônicos eurocêntricos.

Nesse sentido, os movimentos ambientalistas, para Leff (2002), seriam caleidoscópios de onde há vários registros, propondo a construção de uma nova epistemologia, capaz de perceber a ciência e produção tecnológica inseridas na sociedade; suas ações devem se remeter à uma realidade concreta formulando um novo paradigma que ultrapasse a cisão moderna entre homem e natureza e que possa promover diálogos entre as disciplinas, numa ação reflexiva interdisciplinar e integradora.

O ecossocialismo surge, então, como fruto da tradição teórica marxista na reflexão acerca da dinâmica das relações sociais no capitalismo moderno com a natureza. Apresenta-se, como possibilidade contra-hegemônica no atual panorama, uma força capaz de oferecer resistências às investidas do capital, ao passo em que colabora para uma transformação estrutural da sociedade por via de uma renovação do socialismo para o séc. XXI.

Como Elmar Altvater (2007) afirma, o conceito marxista de relação natureza-homem é mais adequado do que outros conceitos para compreender as contradições e a dinâmica da relação social entre o ser humano e natureza, em outras palavras, da relação entre economia, sociedade e meio ambiente porque olha para *o ser humano trabalhador* como alguém que transforma a natureza, incluído assim, na relação metabólica entre natureza e homem.

Este ponto, a meu ver, é medular em todas as formulações marxistas sobre a questão ambiental, pois remete ao fundamento ontológico do *ser humano* na filosofia marxista, o *trabalho*. N' *O Capital*, como não poderia ser diferente, essa idéia é basilar:

²⁰ “O poder sobre a natureza serve para excluir a outros humanos e assim, exercer poder. Quem se apropria da natureza e seus recursos fazem-no porque outros humanos trabalham para eles. O poder sobre a natureza e o poder sobre a natureza ajuda a dominar mais a sociedade humana” (tradução minha).

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2008, p. 218).

A despeito do caráter ambivalente presente na concepção de natureza em Marx²¹, onde permanece a marca iluminista calcada na racionalidade e de uma natureza ilimitada, o homem é compreendido como parte integrante dessa mesma natureza (ALTVATER, 2007).

Não à toa, ao interpor uma crítica aos teóricos que decretavam na década de 1980-90 o fim da centralidade do trabalho como categoria sociológica e, inclusive, dando adeus ao trabalho em suas formas concretas, Ricardo Antunes (1999) retoma o fundamento ontológico no *trabalho* a partir do marxista húngaro György Lukács para contrapor as teorias habermasianas, cujos fundamentos ontológicos repousavam na *linguagem*. Antunes (1999) contrapõe Habermas à Lukács porque reconhece que os fundamentos desse debate estão assentados em concepções ontológicas diferentes, em outras palavras, o debate filosófico do século XX²², de certo modo, é entre ontologias assentadas na *linguagem* e no *trabalho*. Ouso dizer, que, em última instância, todo conjunto teórico fundamentado simplesmente na *linguagem* não é teoria de transformação social, mas de concórdia.

Neste sentido, não há como concordar com a tese do 'fim da sociedade do trabalho' (como o fazem Claus Offe e Jürgen Habermas). Ela só pode ser compreendida se se considera a hipótese contrária: a centralidade da concepção do trabalho na dimensão que lhe é conferida no âmbito da análise marxista do capital. Ou seja: a tese do 'fim da sociedade do trabalho' é a forma atual do fetiche do capital, ideologia da moderna sociedade da industrialização avançada, assim como a 'utopia do trabalho' foi o

²¹ Ver Daniel Bensaïd: "Com toda certeza, seria anacrônico exonerar Marx das ilusões prometidas de seu tempo. Seria igualmente abusivo fazer dele um pregador descuidoso da industrialização a qualquer preço e do progresso em sentido único. Não se teria condições de confundir as questões que ele levantou com as respostas oferecidas posteriormente pelos epígonos social-democratas ou stalinianos. Neste, como em outros pontos, a contra-revolução burocrática na URSS marca uma ruptura" (1999, p. 433).

²² Ver a Parte I em Harvey (2005), da *Passagem da modernidade à pós-modernidade* onde o autor faz uma análise da rejeição de Foucault e Lyotard às "metanarrativas", o primeiro concentrando suas análises na micropolítica dos poderes localizados e o segundo adotando a ideia de *jogos de linguagem*, de Wittgenstein, onde o sujeito social estaria inserido. Ver também Loureiro: "No plano teórico, as críticas ao autor decorrem fundamentalmente da falta de interdependência entre os dois pólos (produtivo e interativo), numa construção dualista, expressada pelo significado central dado à *filosofia da linguagem* como capaz de formar uma ética universalista e democrática, acarretando uma crença descontextualizada quanto à viabilidade de obtenção [de] consensos pelo diálogo entre desiguais" (2006a, p. 55).

fetichismo do capital no início do capitalismo. Tem função ideológica. [...] Na verdade a tese do 'fim da sociedade do trabalho' é a tese da 'universalização' da sociedade do trabalho, na forma social que o mesmo trabalho assume no âmbito do processo de valorização do capital. A tese do fim da sociedade do trabalho é um produto da sociedade do trabalho (MAAR, 1999, p. 56).

O *trabalho*, como um elo específico entre homem e natureza, torna a perspectiva marxista especialmente estratégica ao analisar a questão ambiental.

Para Michael Löwy (2005), a questão ecológica constitui-se no grande desafio para uma renovação do pensamento marxista do século XXI, especialmente nos pontos que se referem ao campo teórico da economia política, que, para Altvater (2007) Marx não conseguiu abandonar:

Tal questão exige dos marxistas uma revisão crítica profunda da sua concepção tradicional de “forças produtivas”, bem como uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna (2005, p. 42-43).

O ecossocialismo, para Löwy (2005), repousa em dois argumentos fundamentais: o modo de produção e de consumo dominante não pode ser expandido para o conjunto do planeta; a continuidade do “progresso” capitalista e dos valores do mercado ameaça diretamente a própria sobrevivência da espécie humana e, acrescento, da biodiversidade como nós a conhecemos.

Löwy chama a atenção para a necessidade de criarmos uma ética ecossocialista que só pode emergir na medida em que transformações radicais se dêem em nosso mundo, pois, lembrando Weber, o capital é intrinsecamente “não-ético”. Diante de um mundo do capital pertencente à ordem do *quantificável*, onde valores de troca quantificam tudo, socialismo e ecologia devem partilhar os *valores sociais qualitativos* (2005).

O ecossocialismo deve fundar, para Löwy (2005), uma *ética social*, não atomizante e culpabilizadora²³, fundada nas necessidades sociais e realizável apenas através de atores sociais, movimentos sociais, organizações ecológicas, partidos políticos, e não somente indivíduos isolados de boa vontade. Uma *ética igualitária* visando uma redistribuição planetária de riqueza e um desenvolvimento em comum propiciado por um novo paradigma produtivo. Uma *ética democrática*,

²³ É importante ressaltar a idéia de dívida ecológica referente aos saques dos recursos do Sul pelo Norte, e na reafirmação do passado de colonialidade dos países latino-americanos como elementos imprescindíveis na análise da América Latina.

uma democratização econômica que possibilita a socialização das forças produtivas, em outras palavras, o *mercado* deixa de ser a esfera privilegiada das decisões políticas e econômicas e esse lugar passa a ser ocupado pela sociedade e a natureza. Uma *ética radical* que se proponha ir à raiz do mal, ao paradigma e ao modelo de civilização dominante. Em suma, uma *ética responsável*, capaz de ultrapassar o tempo imediatista do capital e inculcar o sentido de responsabilidade para com as gerações futuras e com a atual.

Como exposto, as considerações teóricas apresentadas, sucintamente, neste tópico trabalham marcadamente com a tradição marxista na crítica ao capitalismo, olhando de forma diferenciada as relações entre homem-sociedade e natureza.

O *ecologismo dos pobres* e o *ecossocialismo* ao refletirem sobre a desigualdade social e proporem subsídios críticos ao modelo econômico dominante, serão importantes neste estudo para contrapor a tendência contemporânea, que nas palavras de Moreira (1999) tenta “esverdear o capitalismo”, usando, dentre outros expedientes, um conceito globalmente difundido: *desenvolvimento sustentável*.

Para Moreira, a noção de sustentabilidade ambiental posta pelas Nações Unidas no Relatório Brundtland²⁴ é atualmente a matriz discursiva dominante e globalmente hegemônica:

Essa matriz discursiva dominante torna-se a referência nas disputas globalizadas que definem os usos e significados dos territórios ecossistêmicos nacionais, as trocas internacionais de alimentos, matérias-primas e recursos energéticos, bem como as discussões sobre a atmosfera, os recursos hídricos planetários e o patrimônio comum da humanidade. Incorporada como padrão de referência nas práticas de várias instituições e atores políticos transnacionais e nacionais **essa matriz discursiva não problematiza a apropriação privada da natureza, desqualificando os discursos críticos e contra-hegemônicos que colocam a apropriação privada como questão** (MOREIRA, 2007, p. 173 grifo nosso).

De acordo com Moreira (1999) há uma noção generalizada de “conceito acabado” que se expressa na idéia de *nebulosa ambiental*, que seria um pretense consenso sobre o que se entende por sustentabilidade, mas que esconde os diferentes interesses e visões de mundo que estão por detrás das correntes político-sociais. Para ele, os embates sobre a idéia de sustentabilidade nas sociedades

²⁴ Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso futuro comum* elaborado pela Comissão Mundial pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento a pedido da ONU no ano de 1987 chefiada pela ex-primeira-ministra da Noruega Harlem Brundtland, daí a origem convencional ao nome do relatório.

contemporâneas é “[...] parte componente dos embates político-ideológicos e econômico sociais de apropriação dos conhecimentos científicos e culturais sobre a natureza e o mundo natural” (1999, p. 248).

No campo científico isso é expresso na consolidação de um paradigma moderno que traz consigo uma série de conceitos e significações tendo como tônica a separação entre homem e natureza, corpo e mente. No campo social envolve a conformação e a prevalência de uma concepção de vida social, assim como, de interesses econômicos e sociais a ela associados. Não obstante, a questão ambiental, ancorada fortemente nesses dois campos (científico e econômico) apresenta uma tendência de valorização da questão ecológica e a construção – e consolidação – de um novo momento na competição capitalista, com uma face de capitalismo ecológico (MOREIRA, 1999).

Roberto Moreira (2009) chama a atenção para a incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade oriundo da ciência ecologia e o conceito de desenvolvimento associado ao progresso econômico ilimitado e à maximização de lucros. Pois na ciência Ecologia a capacidade de sustentabilidade é associada à máxima população de uma espécie que pode manter-se indefinidamente em um território sem, contudo, provocar uma degradação na base de recursos que possa fazer diminuir essa mesma população no futuro. A noção de sustentabilidade transplantada para o campo da economia política e do desenvolvimento impõe a necessidade de se identificar a máxima população humana que poderia manter-se indefinidamente em um território – uma região ecossistêmica, nação ou planeta – sem que aja uma degradação na base de recursos capaz de diminuir essa população no futuro. Nesse sentido, para Moreira, a questão da sustentabilidade de sociedades humanas no planeta e a idéia de sustentabilidade ambiental estariam associadas a processos de auto-regulação social.

Processos que envolvem o acesso ao uso dos recursos, o controle do crescimento populacional, os seus padrões de manutenção (existência, subsistência, bem estar social etc), bem como a sua capacidade de conhecer (e aceitar) os limites a partir dos quais o seu crescimento populacional deveria ser zero, produzindo a não-degradação dos recursos do planeta. A aceitação lógica dessa postulação pressupõe que: o ser humano é eterno, tem capacidade de conhecimento pleno de todas as manifestações da vida no planeta, de todos os determinantes do crescimento populacional e de todos os padrões de manutenção humanos, bem como que o ser humano tem uma razão com capacidade sobre o saber e a capacidade dos humanos não resistem ao conhecimento científico

hoje sistematizado. **Com esses sentidos o discurso da sustentabilidade é uma Utopia** (MOREIRA, 2009, p. 164).

No quarto capítulo esse ponto – a identificação de uma máxima população humana num dado território – será abordado com mais acuidade tendo em vista a perspectiva *neomalthusiana* no discurso de Al Gore.

Para Moreira (2009), se aplicarmos o conceito de sustentabilidade oriundo da ciência ecologia para a ordem capitalista teríamos que aceitar – ou crer – que a liberdade de decisão de ordem privada – seja de indivíduos ou grupos de empresários – contenha a razão, vontade e conhecimento necessários para tomada de decisões socialmente sustentáveis para a espécie humana.

A partir de seus desdobramentos analíticos acerca da *renda da terra* Moreira desenvolve o conceito de *renda da natureza* para dar conta dos domínios privados sobre os territórios ecossistêmicos. Em suas palavras:

[...] Esta abordagem elucida alguns sentidos da apropriação privada do ecossistema como componentes da disputa pela apropriação do conhecimento científico e cultural aplicado e aplicável em um dado território (tecnologias), bem como nos permite visualizar o território ecossistêmico como mercadoria ou ativo financeiro (2007, p. 294).

É importante ressaltar as suas considerações sobre o domínio privado expresso pelo direito de propriedade privada burguesa, pois este fundamento implícito do conceito dominante de desenvolvimento sustentável, expresso pelas *Nações Unidas*, está ligado diretamente à questão do progresso científico e técnico como expressão da dinâmica capitalista:

[...] O conhecimento associado à questão ecológica contemporânea e à possibilidade de configuração de um capitalismo ecológico, com a incorporação dos constrangimentos ambientais à lógica capitalista, reintroduz a questão da apropriação privada dos recursos naturais na ordem do dia (2007, p. 31).

Nesse sentido, Moreira (2007) e Alier (2009) são bastantes críticos quanto à crença de que o conhecimento científico e tecnológico resolverá os impasses ambientais, na medida em que sua produção e usos estão inscritos numa lógica capitalista orientada para o lucro. Em outras palavras, a apropriação privada de conhecimento socialmente produzido incrementa (valoriza) os recursos naturais enquanto *mercadoria*. Das correntes ambientais expostas até aqui, o “evangelho da ecoeficiência” é a expressão mais caracterizada por essa crença. Como ressalta

Moreira (2007) os fundamentos do progresso técnico do capitalismo têm sido historicamente ligados ao processo de lutas de classes e ao próprio processo de competição entre capitalistas. Na luta de classes isso é expresso na diferenciação entre proprietários e não-proprietários de meios de produção ou potencialidades futuras destes. Na competição entre capitalistas é a diferenciação entre capitais privados e suas respectivas formas sociais de organizações empresariais e produtivas não-empresariais:

Nesse nível, o progresso técnico é tradicionalmente visto como arma da concorrência intercapitalista e como meio de aumentar a eficiência produtiva do trabalho associado a um determinado capital privado [...] Aqui, a lógica tecnológica do processo competitivo garantiria ao empresário inovador uma vantagem relativa frente aos competidores (MOREIRA, 2007, p. 189).

Ancorada na perspectiva neo-marxista de Moreira, nossa hipótese é a de que há um movimento expresso na narrativa fílmica de *Uma verdade inconveniente* de incorporação do discurso ambiental na lógica econômica capitalista. Dito de outra forma, a fala de Al Gore, no filme, está circunscrita nos marcos do capitalismo, na economia de mercado que, na perspectiva ambiental do ecossocialismo refere-se às relações homem-natureza (a contradição fundamental posta pela lógica econômica capitalista de apropriação e acumulação ampliada de valores). Isso ficará mais claro quando eu analisar as matrizes discursivas do pensamento ambiental de Al Gore expressos na narrativa fílmica no quarto capítulo.

A seguir, discorrerei sobre as características do gênero fílmico *documentário* e sua produção de asserções sobre a realidade e apresentarei melhor a definição de *ideologia* e *discurso competente* que utilizo nesta dissertação.

CAPÍTULO 2 – Documentário, Ideologia e discurso competente

Uma discussão acerca da história do documentário e suas características, assim como sua relação com os estatutos de *verdade*, *objetividade* e *realidade* deve preceder a análise propriamente dita do filme *Uma verdade inconveniente*. Acredito que partindo de uma exposição acerca das características do gênero fílmico documentário e sua histórica ligação com a idéia de “verdade” e asserções sobre a realidade será possível realizar uma análise fílmica “densa” de *Uma verdade inconveniente* e identificar as matrizes discursivas da narrativa fílmica, um dos objetivos centrais deste estudo. Para tanto, trabalharei prioritariamente com os autores Nichols (2005), Ramos (2008), Stam e Shohat (2006) e Menezes (2001).

De acordo com Bill Nichols (2005) todo filme é um documentário, e a especificidade surge a partir de dois tipos de documentários: os de satisfação de desejos, a que chamamos de *ficção*, e os documentários de representação social, denominados *não-ficção*:

Todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Na verdade, poderíamos dizer que existem dois tipos de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes (NICHOLS, 2005, p. 26).

Os documentários de representação social ou não-ficção representam de forma tangível elementos de um mundo que vivenciamos e compartilhamos, dando visibilidade de forma particular à matéria de que é composta a realidade social a partir da seleção e organização realizadas pelo cineasta (NICHOLS, 2005).

Para Nichols (2005) o documentário engaja-se no mundo pela representação em três maneiras distintas. Em primeiro lugar, os documentários proporcionam uma representação reconhecível do mundo através da capacidade do filme de registrar situações e acontecimentos com notável fidelidade. Em segundo, os documentários também representam os interesses de outros, já que, em muitos casos, os documentaristas assumem o papel de representante do público. E em terceiro lugar, para o autor, os documentários podem representar o mundo igualmente a um advogado na representação dos interesses de um cliente: põe diante de nós a defesa de um ponto de vista ou de determinada interpretação das provas.

A origem do documentário, para Nichols (2005), inclui a história do amor do cinema pela superfície das coisas, a capacidade singular de captar “a vida como ela é”; e inclui também a história do fascínio do cineasta com a imagem e sua precisão como representação fotográfica do que a câmera viu (NICHOLS, 2005).

Temos, então, duas histórias: 1) a capacidade incomum das imagens cinematográficas e das fotografias de exibir uma cópia física daquilo que registram com precisão fotomecânica sobre uma emulsão fotográfica, graças à passagem da luz através de lentes, combinada com 2) a compulsão gerada nos pioneiros do cinema pela exploração dessa capacidade. Para alguns, essas histórias formam a base do desenvolvimento do documentário. A combinação da paixão pelo registro do real com um instrumento capaz de grande fidelidade atingiu uma pureza de expressão no ato da filmagem documental (NICHOLS, 2005).

Mas afinal, o que seria documentário? Para Fernão Ramos (2008) o documentário é uma narrativa com *imagens-câmera* que coloca *asserções* sobre o mundo à medida que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo.

[...] é uma narrativa basicamente composta por imagens-câmera, acompanhadas muitas vezes de imagens de animação, carregadas de ruídos, música e fala (mas, no início de sua história, mudas), para as quais olhamos (nós espectadores) em busca de *asserções* sobre o mundo que nos é exterior, seja esse mundo coisa ou pessoa (RAMOS, 2008, p. 22).

Embora a *ficção* estabeleça asserções sobre o mundo as diferenças em relação ao documentário são diversas e começam já na intenção do autor em fazer um documentário: “[...] poderíamos dizer que o documentário pode ser definido pela intenção de seu autor em fazer um documentário, na medida em que essa intenção cabe em nosso entendimento do que ela se propõe” (RAMOS, 2008, p. 25).

Algumas características próprias da narrativa documentária são a presença de locução (*voz over*), entrevistas e/ou depoimentos, utilização de imagens de arquivo, rara utilização de atores profissionais, intensidade da dimensão da tomada (RAMOS, 2008).

[...] Alguns outros elementos estilísticos da narrativa documentária são comuns com a ficção. O documentário, por exemplo, desde seus primórdios, com Grierson, utiliza-se da *encenação* [...] na tomada. A decupagem espacial do documentário também se assemelha bastante àquela do classicismo narrativo ficcional [...]. A decupagem espacial e temporal documentária possui, no entanto, a especificidade de articular-se na exposição do argumento ou da

asserção. Já a decupagem espaço-temporal da narrativa clássica ficcional articula-se em função da demanda espaço-temporal (RAMOS, 2008, p. 26).

Outro elemento comum entre ficção e documentário é o uso de personagens. Na ficção se trabalha com personagens como entes que conduzem adiante a ação ficcional de forma verossimilhante. Já os documentários os utilizam para encarnar asserções sobre o mundo (RAMOS, 2008, p. 26).

O campo documentário não se prende à existência de narrativas documentárias que maliciosamente se mostram ficções, e de narrativas documentárias que possuem asserções não verdadeiras. Nesse sentido, *realidade* e *objetividade* tornam-se conceitos problemáticos ao serem aplicados ao campo documental. Afinal, um documentário pode mostrar algo que não seja real e ainda ser um documentário, da mesma maneira, um documentário pode ser objetivo ou pouco claro e continuar a ser documentário (RAMOS, 2008).

Verdade liga-se às idéias de *objetividade* (na captação e representação de algo “real”) e *realidade* (ora, o que é realidade?!):

[...] Se vincularmos a definição de documentário à qualidade de *verdade* da asserção que estabelece, estaremos reduzidos à seguinte definição de documentário: *narrativa através de imagens-câmera sonoras que estabelece asserções sobre o mundo com as quais concordo*. Trata-se certamente de uma definição frágil que oscila dentro da singularidade da crença de cada um (RAMOS, 2008, p. 30).

Para Ramos (2008), definir o campo documentário a partir de conceitos como *verdade*, *objetividade* e *realidade* é um ardil a ser evitado. Não que não seja necessário julgarmos ou qualificarmos as asserções apresentadas por um filme, mas sim que a *ética* de um documentário talvez seja um dos elementos mais ricos desse campo. De acordo com Nichols, “[...] a política de representação coloca os documentários numa arena maior de debate e contestação social. O respeito pela ética acarreta o respeito pelas consequências políticas e ideológicas também” (2005, p. 180).

Ao elaborarem uma crítica da imagem cinematográfica eurocêntrica, Ella Shohat e Robert Stam (2006) trazem para o centro de seu debate a idéia de *colonialismo* e *imperialismo*. A coincidência do surgimento do cinema em fins do séc. XIX com o apogeu do projeto imperialista, para eles, pode ser vista, por exemplo,

nas primeiras projeções de Edison e Lumière, logo após a disputa pelo “espólio da África”, ou ainda, na década de 1890 da conquista norte-americana de Cuba e das Filipinas.

A forma de cinema dominante, tanto européia quanto americana, não somente herdou e disseminou um discurso colonial hegemônico, mas também criou uma poderosa hegemonia própria, por intermédio do monopólio exercido na distribuição e exibição de filmes em boa parte da Ásia, África e das Américas. Assim, o cinema colonial europeu fez um mapeamento da história para platéias nacionais e internacionais. As platéias africanas foram levadas a se identificar com Cecil Rhodes, Stanley e Livingstone, colocando-se em posição contrária a seus compatriotas africanos, o que causou um conflito de imaginários nacionais no espectador colonial caracterizado pela fragmentação (SHOHAT; STAM, 2006, p. 147-148).

É importante deixar claro que, embora as formas do cinema dominante eurocêntrico possam aparecer de forma mais visíveis em seus primórdios, o paradigma colonial/imperial não se esgotou hoje. Nas palavras de Shohat e Stam (2006) este cinema produz um tipo de *filme imperial/tardio*; acredito que é possível analisar o filme *Uma verdade inconveniente* sob essa perspectiva, atento às especificidades do gênero *documentário* e sua temática ambiental.

Paulo Menezes (2001) ressalta o sentido etimológico de “documentário” (*documentum*), que significa *exemplo, modelo, lição, ensino, demonstração, prova*:

Por mais que os documentaristas possam argumentar que não existem dúvidas de que um documentário é uma visão determinada sobre determinado assunto, portanto, uma visão “sempre” parcial, dificilmente o receptor, o público, irá ao cinema com esses mesmos pressupostos. Como aponta Guy Gauthier, apropriando-se da definição de Roger Odin, “é ao espectador que cabe fazer a diferença entre uma ‘leitura documentarizante’, opondo-a a uma leitura ficcionante’. Odin definiu a leitura documentarizante como uma ‘construção pelo leitor de um *Enunciador pressupostamente real*” (Cf. Gauthier, 1995, p. 163). Nessa direção, retomando a hierarquia entre ficção e filme etnográfico, é evidente o aumento gradativo do potencial de “verdade” herdado da noção de ciência do Renascimento. Nas Ciências Sociais isto está diretamente vinculado à herança fundadora do positivismo de Comte e Durkheim (MENEZES, 2001, p. 05).

Menezes traça sua argumentação relacionando a produção cinematográfica etnográfica com os processos de colonização empreendidos pela Europa, que, segundo ele, andam de mãos dadas com o positivismo fundante das ciências sociais presentes em Comte e Durkheim (2001). Nesse sentido, sociologia e antropologia têm raízes comuns na dominação e manutenção da ordem civilizada, e o cinema,

invenção do final do século XIX, incorporaria esse duplo problema, trazendo consigo um terceiro: a questão da verdade.

Guy Gauthier nos dá uma resposta emblemática: o *objeto teórico documentário* (aqui recortado como critério amplo para englobar também os filmes sociológicos e etnográficos) tem como critério definidor fundamental a "ausência de atores", definição esta que se aplicaria "sem muitas dificuldades à obra de grandes documentaristas (Rouquier, Ivens, Flaherty, Vertov, Marker, Perrault, Rouch, Wiseman, Dindo etc.), ao menos à parte de suas obras consagradas explicitamente ao documentário" (Cf. Gauthier, 1995, pp. 5 e 7). Associado a isto, evidentemente, está a ausência também de qualquer "encenação", de qualquer roteiro detalhado, do qual se teria apenas "orientações". Mas isso por si só bastaria para transpor, nos termos de Bazin, a realidade da coisa para a realidade da "representação"? (Cf. Bazin, 1985, p. 14). Luc de Heusch nos diz que "a autenticidade de um tal filme dito 'documentário' depende, no fundo, inteiramente da boa fé do realizador que afirma, por meio de sua obra: aqui está o que eu vi" (1962, p. 36). E Gauthier sacramenta: "A ética do documental é talvez o que sobre, quando tudo concedemos ao resto" (1995, p. 6). Aqui, nessa acepção, o problema da Verdade é transferido de maneira inequívoca do campo da Ciência para as teias da Moral, o que é bastante problemático, pois transfere o problema da credibilidade das imagens para a fé numa pretensa "consciência individual". Como vimos, o surgimento do documentário é também o surgimento da falsificação documental, o que torna a questão proposta nesses termos absolutamente insustentável (MENEZES, 2001, p. 06).

Menezes propõe a idéia de representificação na relação entre cinema, real e espectador; o filme então seria compreendido como "[...] uma unidade de contrários que permite a construção de sentidos." (2001, p. 08). Este conceito realçaria o caráter construtivo do filme "[...] Relações constituídas pela história do filme, entre o que ele mostra e o que ele esconde." (2001, p. 08).

E, tratando dos filmes documentários antropológicos e sociológicos,

Se os critérios internos são problemáticos, não é incomum buscar-se critérios externos às próprias imagens para legitimar o discurso visual: no caso do filme etnográfico, o fato de ele ser fruto de uma pesquisa "científica" e acadêmica, o que torna clara as suas raízes positivistas. A definição do filme sociológico, mais fluída que a do etnográfico, seria, no limite, também fundada na pesquisa "científica", o que, para alguns, o distinguiria do documentário social e do documentário em geral, fundados em pesquisas de outro tipo. De qualquer jeito, ambas as definições buscam transportar para a legitimação do discurso das imagens a legitimação do discurso da ciência e, no limite, do discurso de verdade da ciência como fonte de sua própria autenticidade (2001, p. 07)

Partindo dessas considerações expostas desenvolverei o argumento de que o filme *Uma verdade inconveniente* traz consigo elementos de um olhar *eurocêntrico* – lembrando que para Shohat e Stam o eurocentrismo não se restringiria somente a Europa, mas remontando a Antiguidade greco-romana e chegando aos EUA – no tratamento da questão ambiental, adquirindo contornos de neutralidade a partir do seu formato documentarista propondo asserções sobre a realidade.

2.1. – Ideologia e dominação

Ideologia faz parte de um seletto conjunto de conceitos difíceis de serem mapeados. Assim como *cultura*, sua trajetória aponta para distintos significados em momentos históricos diferentes. Como diria Bauman (2000), encontrar um denominador comum para os usos, ao longo da história, radicalmente distintos do termo, ou ainda, uma lógica que explique a transformação produtora das sucessivas significações é uma tarefa árdua. Portanto, me concentrarei apenas no campo da concepção marxista do conceito de ideologia, mais especificamente, naquilo que se refere mais diretamente ao sentido que Marilena Chaui dá ao termo, inspirada na postulação de Marx e Engels.

O termo *ideologia* aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destut de Tracy *Eléments d' Ideologie* (Elementos de Ideologia) e, etimologicamente, significa “ciência das idéias”. Destut de Tracy foi fundador e líder do *Instituto Nacional Francês* cujo objetivo ambicioso era elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as, assim, como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano com o meio ambiente (CHAUI, 1985).

Os ideólogos franceses [Cabanis, De Gérando e Volney] eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral (CHAUI, 1985, p. 22-23).

Nesse primeiro momento o termo ideologia apresenta-se como um conjunto sistemático do pensamento: “a ciência das idéias”. Embora os ideólogos franceses pertencessem ao partido liberal e apoiassem o golpe de 18 Brumário de Napoleão, o significado pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos” surgiu a partir de uma declaração de Bonaparte, quando discursou, em 1812, para o Conselho de Estado:

“Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história”. Com isto, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram chamados de “tenebrosos metafísicos” [...] (CHAUI, 1985, p.24-25).

Esse sentido pejorativo de *ideologia* posto por Napoleão será conservado por Marx e Engels quando escrevem *A ideologia alemã* em 1845-1846 em resposta aos ideólogos alemães do século XIX que invertiam, segundo eles, as idéias e o real:

Marx e Engels, aos quais poucos se ombreamos na devoção às ambições iluministas, não discutiram *propósitos* com Tracy e seguidores: era indubitável que o mundo não estava à altura da Razão e que algo precisava ser feito para mudar essa situação lamentável. Mas ridicularizaram e desancaram os “ideólogos” pela grosseira inadequação e inutilidade dos *meios* propostos para a mudança (BAUMAN, 2000, p. 116).

Marx e Engels rejeitaram o projeto ambicioso da *ideologia*, pois julgavam se tratar de uma versão do *idealismo histórico*, colocando o mundo de “ponta a cabeça”²⁵ ao separar a produção das idéias das condições sociais e históricas nas quais são produzidas:

[...] porque a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, ela permanece sempre no plano imediato do *aparecer social*. Ora, como vimos, ao falarmos do fetichismo da mercadoria, o *aparecer social* é o modo de ser do social de ponta-cabeça. A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens (CHAUI, 1985, p. 104-105).

Interessa nesta dissertação criticar essa perspectiva, o que Slavoj Žižek (1996) define como tarefa (da crítica), o discernimento da necessidade oculta naquilo que se manifesta como mera contingência:

Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem

²⁵ Aludo a essa passagem em *Para a questão judaica* de Marx: “[...] Mas a prática é apenas a exceção, e a teoria [é] a regra [...] a relação está posta de cabeça para baixo e a finalidade aparece como meio [e] o meio como finalidade” (2009, p. 68).

que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade* (ŽIŽEK, 1996, p. 14).

O processo de *ocultamento* ou dissimulação do *real*, característico da *ideologia*, mantêm a “validade” do discurso. Nesse sentido, como afirma Chauí (2007), discurso ideológico é lacunar: sua coerência não existe malgrado as *lacunas*, mas graças às lacunas entre suas partes é que esse discurso se apresenta como coerente. Para a filósofa, a ideologia é uma forma específica do imaginário social moderno, um meio necessário para os agentes sociais representarem para si mesmo o *aparecer* social, econômico e político. Essa aparência – por ser o modo imediato e abstrato de relações do processo histórico – é o ocultamento ou a dissimulação do real (CHAUI, 2007).

O discurso ideológico, assim, pretende coincidir com as *coisas* anulando as diferenças entre o pensamento e a ação, internalizando uma lógica da identificação capaz de unificar pensamento, linguagem e realidade para, dessa forma, obter a identificação de *todos* os sujeitos sociais a partir de uma imagem *particular* universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Portanto, na ideologia os termos ausentes acabam por garantir a suposta veracidade daquilo que está sendo explicitamente afirmado (CHAUI, 2007).

A estratégia analítica que lastreará a crítica à ideologia e os pressupostos do documentário de *Uma verdade inconveniente* visa elucidar aquilo que é tomado como algo *dado*, revelando as crenças na tecnociência, bem como tomando como pressuposto o capitalismo e a hegemonia dos EUA na ordem globalizada. A saber, interessa aqui identificar as lacunas nos discursos proferido por Al Gore no filme *Uma verdade inconveniente* e *preenchê-las* a partir daquilo que está ausente, na tentativa de *destruí-lo*:

É fundamental admitirmos que, se tentarmos o *preenchimento* do branco ou da lacuna, não vamos transformar a ideologia “ruim” numa ideologia “boa”: vamos, simplesmente, *destruir* o discurso ideológico, porque tiraremos dele a condição *sine qua non* de sua existência e força. O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque *não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer*. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia. A força do discurso ideológico provém de uma lógica que poderíamos chamar de *lógica da lacuna*, *lógica do branco* (CHAUI, 2007, p. 32-33).

O exercício de *preenchimento* do discurso ideológico, como explica Chauí (2007), não consiste na substituição de uma ideologia ruim por uma boa, uma verdadeira por uma falsa, ou ainda, uma ideologia parcial, por uma objetiva e neutra. A crítica (*preenchimento*) ideológica consistirá no uso de elementos que considero ausentes na narrativa fílmica e imprescindíveis para a compreensão das questões levantadas. Nesse sentido, claro está que este exercício consistirá em uma crítica a partir da perspectiva teórica que elejo: o ecossocialismo, cujo fundamento é a compreensão do mundo capitalista como um mundo de exploração de classes não-proprietárias por classes proprietárias e o ecologismo dos pobres ao apontar para a desigualdade social entre países e regiões.

A ideologia é também “a-histórica” – o que não significa que não possua história – por remeter a uma imagem do tempo a partir de uma noção de progresso e desenvolvimento, no intuito de não se submeter a uma historicização. A ideologia, nesse sentido, estaria, segundo Chauí (2007), “fora do lugar” e também “fora do tempo”. Está “fora do lugar” por que circunscrita a um espaço social e político determinado são tomadas como determinantes do processo histórico, quando em verdade, são determinadas por ele. E “fora do tempo” por sempre se remeterem a um tempo histórico de uma determinada classe social, encravada em seu próprio tempo. A ideologia assume então uma feição de *discurso anônimo*: autor e origem são indeterminados, o que, para Moreira (2007), seria a visão na forma hegemônica.

É importante ressaltar que o conceito de hegemonia em Moreira (2007) inspira-se nas concepções de Boaventura Santos acerca da globalização:

Boaventura Santos procurando entender a globalização contemporânea visualiza as relações do local e do global como expressões de poderes hegemônicos e contra-hegemônicos [...] as tensões do local e global apontam valorizações contraditórias de práticas sociais e culturais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas) [...] O autor identifica lutas e tensões econômicas, culturais e políticas – hegemônica e contra-hegemônica – no espaço global. Identifica globalizações de cima-para-baixo, hegemônicas, e de baixo-para-cima, de resistência ou contra-hegemônica. No grupo das hegemônicas, identificam-se as formas de globalização do localismo globalizado e do globalismo localizado. No segundo grupo, estariam as de resistência do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade, ambas com potencialidade contra-hegemônica globalizada (2007, p. 288).

A partir disso, nos embates da globalização, o localismo globalizado, cuja particularidade anterior fora convertida em condição universal hegemônica, torna-se

referência no reconhecimento das diferenças e dos critérios de classificação das hierarquias diferenciadoras. Ou seja, ao ditar os termos das diferenciações acaba estabelecendo as conseqüentes exclusões e inclusões subalternas. Moreira ressalta que essas práticas hierarquizadoras de diferenças garantem aos países centrais os localismos globalizados e aos periféricos ou semiperiféricos a escolha de globalismos localizados (MOREIRA, 2007).

A particularidade do localismo que se globaliza profere discursos ideológicos que são tomados como instituintes de uma compreensão da realidade. Esse processo, por vezes, é tão bem sucedido que a tarefa de “rastrear” a origem de um discurso ideológico torna-se inglória quando este se coloca como *saber*, um saber sem historicidade e sem lugar no espaço.

Para a melhor compreensão deste paradoxo, Chauí reforçará a diferença entre o *saber* e a *ideologia*. De acordo com ela, o saber é um *trabalho*, uma negação reflexionante, um trabalho que tende a “[...] elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber [...]”. Saber e ideologia são diferentes na medida em que no saber, as idéias são produto de um trabalho, enquanto na ideologia, as idéias assumem a forma de conhecimentos, de idéias instituídas, que facilmente podem reverberar como verdades que não precisam ser questionadas:

Ora, para que a ideologia seja eficaz é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência, ter a habilidade para assegurar uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação [...] Sob esse prisma, torna-se possível dizer que na ideologia as idéias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente (CHAUI, 2007, p. 17).

Para tanto, ciência e ideologia “caminham juntas”, pois se o objetivo da ideologia é manipular, a ciência lhe fornece a imagem de um objeto manipulado e totalmente manipulável, já que foi produzido pelos próprios processos científicos. Chauí define este processo de conversão de uma realidade em objeto do conhecimento como *determinação completa*: “algo é conhecido objetivamente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações do entendimento” (2007, p. 45).

Este procedimento é exercício de dominação, onde a ciência fornece “evidências” capazes de “falarem por si só” para a ideologia. Ora, a ideologia passa então a ter feições de *discurso neutro*.

As idéias expressas nos discursos ideológicos parecem resistir a qualquer tentativa de historicização já que isto lhes confere um caráter de auto-evidência, essencial para a dominação no tempo presente. Este artifício obscurece os processos passados, encobre as motivações do presente e dissimula as pretensões acerca do futuro.

2.2. – Discurso competente e discurso ambiental dominante

Na narrativa fílmica de *Uma verdade inconveniente* a fala de Al Gore é pontuada por outro elemento, que se estabelece na perda dos laços do lugar e do tempo de sua gênese: um discurso do conhecimento, científico, que “lê” a crise ambiental de forma científica e técnica. Esse discurso – que está dentro da ideologia – Chauí denomina como *discurso competente*, um discurso que pode ser proferido, ouvido e aceito como algo verdadeiro ou autorizado.

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância (CHAUI, 2007, p. 19).

Chauí (2007) distribui o discurso competente em três registros: o do administrador-burocrata, o do administrado-burocrata e o do homem-objeto sócio-econômico e sócio-político. Este último interessa a este estudo em particular já que designará o processo em que os homens são generalizados (transformados em objetos, ou ainda, *reificados*) e não considerados a partir de suas especificidades:

A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto *sujeitos* sociais e políticos. Nesse ponto, as duas modalidades do discurso da competência convergem numa só. **Para que esse discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais** (CHAUI, 2007, p. 23, grifo nosso).

A partir disso, o discurso competente, enquanto discurso do conhecimento, entra em cena na tentativa de restituir aos objetos sócio-econômicos e sócio-políticos (os homens objetificados) a qualidade de *sujeitos*. No entanto, isto se

realiza através da competência privatizada: “[...] os homens seriam revalidados por intermédio de uma competência que lhes diz respeito enquanto sujeitos individuais ou pessoas privadas” (CHAUI, 2007, p. 24). Esta operação está em consonância ao princípio da *microética liberal* que coloca a responsabilidade referenciada de forma direta no indivíduo (SANTOS, 2001). Fundamentado nisso está a idéia de “jogar” para o plano individual aquilo que deve ser socialmente construído e que se expressa, por exemplo, em uma das máximas da microética liberal: “[...] se cada um fizer a sua parte...”.

No que se refere às questões ambientais, o discurso ideológico assume as mesmas feições gerais que o caracterizam nas esferas da economia e da política (“o dinheiro não traz felicidade”; “... o povo não sabe votar...”; etc.), a guisa de exemplo.

Como lembra Gonçalves (1984), a legitimação do discurso ideológico acontece a partir de certas “evidências” da realidade objetiva e calcada nelas são feitas as generalizações, o que torna falsa qualquer acusação da ideologia como *mentira*.

Anunciado (enunciado) como discurso homogêneo, o discurso dominante, suprime a diferença precipitadamente:

Deste modo, não podemos falar que os homens, genericamente, estão destruindo a natureza. Na nossa sociedade os homens reais e concretos ou são operários ou industriais, banqueiros ou bancários, comerciantes ou comerciários, latifundiários ou camponeses, administradores ou administrados. É na teia contraditória das relações entre esses segmentos que se constituem as vontades, desejos e aspirações e é nestas relações que devemos encontrar as bases para pensar e compreender o porquê de se apropriar da natureza desta ou daquela forma (GONÇALVES, 1984, p. 24).

Ao observar os discursos dominantes no movimento ecológico Gonçalves identifica a mesma operação da ideologia no campo das diversas manifestações sociais:

[...] “Enquanto viver a natureza, o homem não morrerá” ou “Defender a natureza é proteger a própria vida”, ou vaticínios como “só um grande esforço hoje pode assegurar um futuro tranquilo para todos”. Poucos são os que ousariam discordar dessas afirmações, retiradas de um panfleto de venda de seguros de vida produzido por um grande banco (GONÇALVES, 1984, p. 29).

Chamarei esses discursos de *discursos ambientais dominantes*, pois não estão circunscritos apenas aos ditos movimentos ambientalistas, mas – como vemos

na atualidade – toda sorte de atores e grupos sociais lançam mão deles sempre que têm que refletir acerca de problemas ambientais, ou ainda, propor uma *solução verde* aos negócios. O *discurso ambiental dominante* não é uma mentira, mas uma proposição a partir de uma dada dimensão da realidade; alçada à generalidade, mas sempre lacunar, esse discurso representa as idéias de uma classe ou grupo dominante sobre a dimensão ambiental.

Já na introdução apresentei este estudo como um esforço de ir de encontro às reflexões que colocam a “crise ambiental” como um dado objetivo e unânime. Quero ressaltar aqui um componente presente, em regra geral, no tratamento da questão ambiental contemporânea e que está fortemente inscrito no filme *Uma verdade inconveniente*: o termo *crise*.

O termo “crise” torna-se pouco defensável à medida que se constitui em uma poderosa categoria ideológica, capaz de aglutinar em si – como poucas categorias – uma distorção histórica capaz de admitir um dado problema social ao passo em que o dissimula.

Zygmunt Bauman (2000) ressalta que a palavra “crise” possui um vínculo etimológico com o termo *criterion* – o princípio que usamos para tomar a decisão certa – bem maior do que com a família de palavras associadas a “desastre” ou “catástrofe”:

Foi Hipócrates quem usou o verbo grego *κρίνειν* (decidir, determinar) para criar um termo que designasse o aumento dos quatro humores do corpo – fleuma, sangue, cólera e atrábilis – que, segundo seus ensinamentos, é o momento adequado para aquele que cura decidir como deve provavelmente evoluir o estado do paciente e determinar a terapia adequada para ajudá-lo na recuperação [...] Em outros contextos, onde é usado como metáfora e particularmente na fala cotidiana, o termo evoca a situação bem oposta – um momento de pegar e largar, de indefinição e indecisão, de ignorância sobre o rumo das coisas e de impotência para levá-las adiante no rumo que se gostaria... Somos tentados a dizer que hoje em dia a própria idéia de crise (como a utilizamos outrora mas acabamos esquecendo) está em crise (BAUMAN, 2000, p. 144).

O termo *crise* não pode ser utilizado como antônimo de normalidade e muito menos ser encarado como fenômeno extraordinário que atinge sistemas regulares e normativamente regulares (BAUMAN, 2000). Chaui também obtém esta “conclusão”, mas por via do questionamento do caráter ideológico do conceito de *crise*: “a crise serve, assim, para opor uma ordem ideal a uma desordem real [...]” (2007, p. 47).

A *crise* permite representar prontamente a sociedade como infiltrada por contradições que não existiam antes, ou ainda, que, malgrado elas existissem, a sociedade caminhava para sua resolução – agora, também ameaçada pela desordem:

Crise e desvio são noções que pressupõem um *dever ser* contrariado pelo acontecer, mas que poderá ser restaurado porque é um dever ser [...] a noção de crise realiza a tarefa oposta, que é a sua tarefa ideológica: confirma e reforça a representação. Assim, a crise nomeia os conflitos no interior da sociedade e da política para melhor escondê-los. Com efeito, o conflito, a divisão e até mesmo a contradição podem chegar a ser nomeados pelo discurso da crise, mas o são com um nome bastante preciso: na crise, a contradição se chama *perigo* (CHAUI, 2007, p. 48).

A idéia de *perigo*, constituinte de *Uma verdade inconveniente*, é representada especialmente pelo aquecimento global. Veremos no quarto capítulo como esta idéia se apresenta na narrativa fílmica.

Reiterando, a noção de *crise* é ambivalente, pois serve como *explicação* para justificar teoricamente a irrupção da irracionalidade no coração da racionalidade: a *crise* oculta a verdadeira crise; possui também uma *eficácia prática*, pois é capaz de mobilizar os agentes sociais ao acenar-lhes para o risco da perda da identidade coletiva ou desagregação social (CHAUI, 2007):

O tema da crise serve, assim, para reforçar a submissão a um poder miraculoso que se encarna nas pessoas salvadoras e, por essa encarnação, devolve aquilo que parecia perdido: a identidade da sociedade consigo mesma. A crise é, portanto, usada para fazer com que surja diante dos agentes sociais e políticos o sentimento de uma *comunidade de interesses e de destino*, levando-os a aceitar a bandeira da salvação de uma sociedade supostamente homogênea, racional, cientificamente transparente (CHAUI, 2007, p. 48).

Ora, não à toa, *sociedade* (em suas facetas: cultura, moral/valores, trabalho etc.) e *ciência* (paradigmas, epistemologia etc.) aparecem como as instituições mais suscetíveis à noção de *crise*. Essa dupla função da ideologia escamoteia a diversidade social em nome da representação de uma sociedade homogênea e ordenada, e conclama à “unidade oportunamente construída” um esforço coletivo de restauração – instauração – da (nova) ordem social.

Tal procedimento ocorre também com uma instituição socioistórica e multifacetada como a ciência, que é tomada como neutra e uniforme – quando somos (de) formados na Universidade aprendemos que o método científico é a

linguagem universal entre os pares – e conclamada a rever seus paradigmas e procedimentos epistemológicos sem, contudo, refletir acerca da sua inserção socioistórica.

Veremos no próximo capítulo quando analisarmos o filme *Uma verdade inconveniente* que alguns elementos descritos até aqui, acerca da ideologia, estão presentes na fala de Al Gore, como por exemplo, na sequência abaixo.

Sequência 2: Metáfora do sapo

Al Gore: Nossa consciência coletiva é igual ao sistema nervoso desse sapo [quando colocado em uma panela com água quente ele prontamente sai, mas se é colocado em uma panela com água fria e que gradualmente vai aquecendo seu sistema nervoso o induz a adaptar sua temperatura corporal ao ambiente, o que culminaria em sua morte]. Às vezes é preciso uma sacudida antes de atentarmos para o **perigo**. Se parece gradual, mesmo se estiver acontecendo rápido somos capazes de ficar sentados sem responde e sem reagir (2006, 1h09min26seg, grifo nosso).

A metáfora do sapo na narrativa fílmica é forte e bastante ilustrativa, pois sinaliza para o *perigo* da crise ambiental global. Com o intuito de chamar a atenção para a “inércia” das “pessoas” diante de uma situação crítica, Al Gore compara “nossa” – esses termos estão entre aspas para ressaltar a generalidade discursiva em seus usos – consciência coletiva ao sistema nervoso de um sapo. A generalidade no uso desses termos coloca, por sua vez, o *aviso global* do filme como uma bandeira de salvação em tempos de crise.

CAPÍTULO 3 – Sociogênese de Al Gore e IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas)

O norte-americano Albert Arnold “Al” Gore Jr. nasceu em 31 de março de 1948, filho do ex-senador dos EUA Albert Gore e de Pauline Gore em Washington D.C. Pertencente a uma família eminentemente política, Al Gore teve uma formação religiosa batista e devido às funções de senador de seu pai, Al Gore desde cedo “dividia” o ano morando meses em Washington com os pais e passando o período de férias na fazenda de sua família no Tennessee. A vida na fazenda da família, para ele, foi um importante elemento para compreender a ligação com a natureza.

[...] As primeiras lições que recebi sobre preservação ambiental tratavam da prevenção da erosão do solo na fazenda da família, e ainda lembro perfeitamente como era importante impedir o aumento da menor fenda na terra, ‘antes que ela se abrisse para valer’. [...] Jamais entendi por que as famílias que viviam naquelas fazendas não ensinavam as crianças a impedir o aumento das fendas na terra antes que se expandissem (GORE, 1993, p. 02-03).

Segundo ele, o contato com a natureza nos períodos de férias o ensinou muito sobre o funcionamento da fazenda, as lições familiares aprendidas à mesa do jantar foram também importantes. Foi através de sua mãe, a título de exemplo, que conheceu o livro de Rachel Carson, seguidora da escola preservacionista de Aldo Leopold, *Primavera silenciosa*:

[...] Lembro-me de quanto minha mãe ficou abalada ao ler o livro de Rachel Carson, *Primavera silenciosa*, um clássico sobre DDT e uso indiscriminado de pesticidas, publicado em 1962. Minha mãe foi uma das muitas pessoas que leram as advertências de Carson e as transmitiram a outros. Ela nos fez ver, a mim e a minha irmã, que esse livro era diferente – e importante. Aquelas conversas me marcaram, em parte porque me fizeram pensar naquelas ameaças ao meio-ambiente que são muito mais sérias do que sulcos causados pela erosão – porém mais difíceis de perceber (GORE, 1993, p. 03).

Al Gore ingressou jovem na Universidade de Harvard e o período em que esteve por lá, segundo ele, foi marcante para ampliação de seus conhecimentos, mas acima de tudo: por tomar conhecimento da idéia de uma ameaça ambiental em escalas globais:

Um de meus professores universitários foi a primeira pessoa a monitorar o dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Roger Revelle, à custa de muita persistência, convencera a comunidade científica mundial a incluir no programa do Ano Geofísico Internacional (1957-

58) seu plano de medições regulares por amostragem da concentração de CO₂ na atmosfera [...] O Professor Revelle explicou que níveis mais elevados de CO₂ dariam origem ao que chamava de efeito estufa, que provocaria o aquecimento da terra. As implicações de suas palavras eram assustadoras: estávamos examinando apenas oito anos de informações, mas, se a tendência continuasse, a civilização estaria impondo uma mudança profunda e destrutiva a todo o clima global (GORE, 1993, p. 06).

Após os anos de faculdade Al Gore, já como congressista, convidou seu antigo professor Revelle para ser a principal testemunha na primeira audiência do Congresso sobre o aquecimento da terra. No entanto, ao contrário do que acontecera consigo no período em Harvard, seus colegas no congresso não se chocaram com o cenário climático descrito por Revelle, o que talvez tenha sido o primeiro revés político em sua carreira. Essa experiência é relatada no filme *Uma verdade inconveniente*:

Tinha fé no nosso sistema democrático, nosso autogoverno. Realmente achava e acreditava que essa história seria forte o bastante para mudar drasticamente a reação do Congresso. Achei que eles também ficariam alarmados. Mas não ficaram (2006, 00h25min00seg).

Em março de 1987 Al Gore decidiu se candidatar à presidência. Um das suas principais motivações políticas era chamar a atenção para a crise ambiental como uma questão política.

[...] No discurso de lançamento da candidatura concentrei-me no aquecimento da terra, na diminuição da camada de ozônio e nas péssimas condições do meio-ambiente global, declarando que esses problemas – bem como o controle de armamentos nucleares – constituiriam a tônica da campanha. [...] O cronista George Will, por exemplo, descreveu minha candidatura como motivada por “um exagerado interesse em problemas que, para o eleitorado, são menos que secundários. São questões como o ‘efeito estufa’ e a rarefação da camada de ozônio” (GORE, 1993, p. 09).

George Will e outros analistas políticos estavam certos: a questão do meio-ambiente global não me ajudaria a vencer a eleição. Porém, quando voltei ao Senado no final de 1988, tive pelo menos a satisfação de ver o que pareciam ser alguns resultados das centenas de discussões que mantivera com conselhos editoriais em todo o país [...] Meses depois, o problema que eu tentara introduzir na campanha já estava sendo discutido em público pelos candidatos dos dois partidos. Por exemplo, George Bush declarou em um discurso que, se eleito, assumiria a liderança na questão do aquecimento da terra e enfrentaria o “efeito estufa” com o “efeito

Casa Branca”²⁶. Era, como sabemos agora, uma promessa vazia [...] (GORE, 1993, p. 10-11).

No ano de 1993 Al Gore se candidatou e se elegeu à vice-presidência dos Estados Unidos da América pelo *Partido dos Democratas* com Bill Clinton à frente. E em 1996 ambos se reelegeram – feito inédito na história política do país – para mais quatro anos de governo.

Al Gore foi escolhido como sucessor do *Partido dos Democratas* para a presidência da república e concorreu com o filho do ex-presidente George Bush, George Walker Bush Jr. Em umas das eleições presidenciais mais disputadas e polêmicas da história dos EUA, Al Gore foi derrotado nas urnas, embora tenha obtido maioria dos votos no país²⁷. Uma derrota dolorosa para ele, e que é contada no filme *Uma verdade inconveniente*.

Ancorado na perspectiva analítica de Moreira (2006) de identidades complexas interpreto a identidade de Al Gore a partir de um *duplo* que se expressa em seu papel como político e outro como ambientalista. Não obstante, seu papel como político versado em ciência o configura como o *eu* que se opõe ao *outro* cético.

Homem, branco, estadunidense, um político oriundo de uma família tradicional e de classe alta; a sócio-gênese de Al Gore é particular e deve sempre ser considerada quando ele fala universalmente. Em outras palavras, a inserção de Al Gore em um mundo material, socialmente construído com valores e condições estabelecidos condiciona sua fala. Esta, por sua vez, não pode ser tomada pelo caráter de universalidade já que parte de um “particular” que é socialmente construído.

No cenário estadunidense, Al Gore representa o que denominamos na tradição marxista de membro da classe dominante. Nesse sentido, avaliamos seu discurso no filme *Uma verdade inconveniente* a partir dessa premissa teórica:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela

²⁶ Jogo de palavras no inglês: “greenhouse” effect e “White House” effect.

²⁷ Embora Al Gore tenha obtido o maior número de votos populares (300 mil de diferença em relação dentre 100 milhões que foram as urnas), acabou perdendo em números de delegado para George W. Bush, já que o que determina o peso da eleição é o coeficiente de Colégios Eleitorais.

estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 2009, p. 47).

Demonstrarei na análise fílmica que o discurso de Al Gore é eminentemente político e sua leitura ambiental versa sobre a necessidade de liderança dos EUA em uma nova ordem internacional aliado a uma retórica científica para legitimação de uma tomada de postura que é eminentemente política: “E quando os alertas são genuínos e se baseiam em ciência palpável, então, nós, seres humanos, seja qual for o país em que vivemos temos que nos certificar de que os alertas sejam ouvidos e respondidos (UMA VERDADE, 2006, 1h03min).

Tratarei agora de refletir sobre o IPCC pela relevância dessa instituição no cenário ambiental global; qualifico-o como um *tipo ideal* da perspectiva científica moderna. Sendo assim, acredito que algumas considerações acerca de sua origem e ações são relevantes para o “todo” deste trabalho.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (*The Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*) é um órgão composto por delegações de cientistas de 130 governos para realizar avaliações regulares sobre as mudanças climáticas globais e foi estabelecido pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) para fornecer ao mundo uma visão científica sobre o atual estado acerca do conhecimento sobre mudanças climáticas globais e seus impactos (IPCC, 2010b).

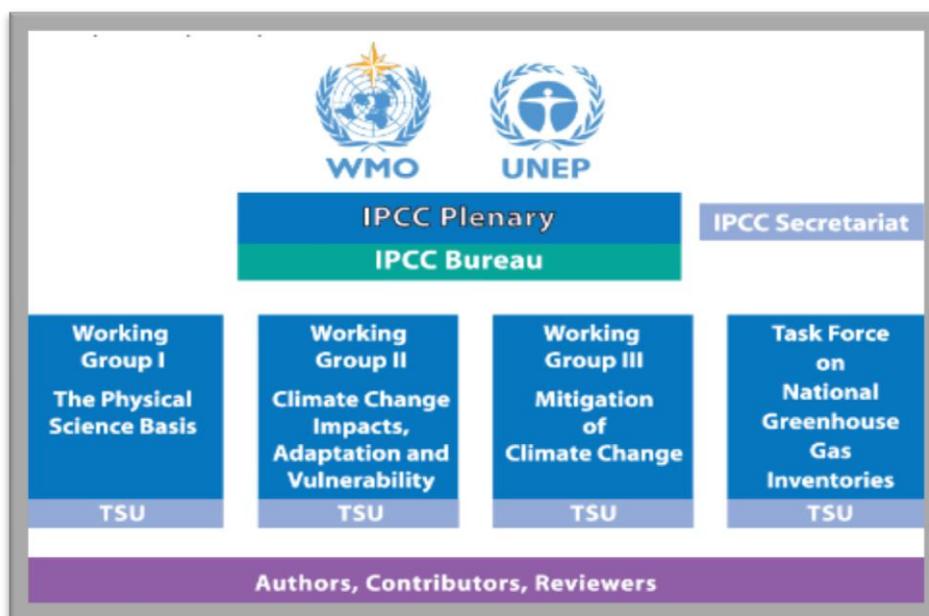
O IPCC é um organismo científico que analisa e avalia informações científicas, técnicas e sócio-econômicas mais recentes e relevantes produzidas em todo o mundo para a compreensão das mudanças climáticas. No entanto, não realiza pesquisa nem monitora os dados relacionados com o clima e não recomenda políticas climáticas (IPCC, 2010b).

A estrutura do IPCC é composta de três grupos de trabalhos com funções distintas (ver figura 2). O *grupo de trabalho I (Working group I)* avalia os aspectos físicos do sistema climático e suas alterações, especialmente relacionadas aos gases de efeito estufa. O *grupo de trabalho II (Working group II)* avalia a vulnerabilidade dos sistemas socioeconômicos e naturais em relação às mudanças climáticas, considerando as consequências negativas e positivas das mudanças climáticas e as opções para adaptação a elas, levando em consideração também as

interrelações entre vulnerabilidade, adaptação e desenvolvimento sustentável. O grupo de trabalho III (*working group III*) avalia possibilidades para mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, a abordagem é orientada para a solução (IPCC, 2010b).

O IPCC também conta com uma *Força Tarefa (Task Force on National Greenhouse Gas Inventories)* responsável por supervisionar as atividades do Painel e seus inventários nacionais, desenvolvendo e aperfeiçoando uma metodologia internacionalmente acordada e *softwares* para cálculos e notificações acerca de emissões nacionais de GEE, incentivando a sua utilização pelos países participantes do IPCC e pelos partidos da Organização das Nações Unidas para Alterações Climáticas (*United Framework Convention on Climates Change – UNFCCC*) (IPCC, 2010b).

Figura 2: Funcionamento do IPCC e sua estrutura



Fonte: http://www.ipcc.ch/organization/organization_structure.shtml

Entre outras produções científicas do IPCC, as mais notórias são os *relatórios de mudanças climáticas*. Ao todo foram produzidos quatro relatórios que compõem uma síntese das atividades dos três grupos de trabalho e da força tarefa: nos anos de 1990, 1995, 2001 e 2007.

A tarefa inicial do IPCC conforme delineada na Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas 43/53 de 06 de dezembro de

1988 era preparar uma revisão abrangente e recomendações com relação ao estado do conhecimento científico da mudança climática; impactos econômicos e sociais da mudança climática, possíveis estratégias de resposta e elementos para inclusão numa possível futura convenção internacional do clima. Hoje a regra do IPCC é também, como definida em '*Principles Governing IPCC Work*', 'assegurar em uma compreensiva, objetiva, aberta e transparente base, a informação científica, técnica e socioeconômica relevante para entendimento da base científica do risco das mudanças climáticas induzidas pelo homem, seus impactos potenciais e opções para adaptações e mitigações. Os relatórios da IPCC devem ser neutros com respeito à política, todavia eles precisam lidar objetivamente com fatores científicos, técnicos e socioeconômicos relevantes para aplicações de políticas particulares' (IPCC, 2010b, tradução livre²⁸).

As atividades exercidas pelo IPCC ao longo de sete anos foram reconhecidas pela Fundação Nobel que lhe conferiu, no ano de 2007, juntamente com Al Gore, o prêmio Nobel da paz. De acordo com a organização do prêmio: "por seus esforços para construir e disseminar um conhecimento maior sobre as mudanças climáticas causadas pela ação humana" (NOBEL PRIZE, 2009).

Se analisarmos a perspectiva epistemológica que orienta a produção científica do IPCC podemos ver uma orientação cientificista e extremamente ortodoxa. Não obstante, não analisarei especificamente as produções científicas do IPCC, pois não é o objetivo deste trabalho; a minha intenção é explicitar as diretrizes do IPCC e categorizá-las.

A sociogênese do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) está fortemente inscrita no papel das Nações Unidas frente às questões ambientais globais. Não por acaso, o Painel surge um ano após a elaboração do *Relatório Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) a pedido da ONU em 1987 chefiada pela ex-primeira-ministra da Noruega Harlem Brundtland.

O surgimento do IPCC diz respeito a uma conjuntura global que conformava o conceito de desenvolvimento sustentável para ancorar políticas ambientais globais.

Como ressalta Wagner Ribeiro (2001), os conceitos de *segurança ambiental global* e de *desenvolvimento sustentável* são centrais para o estabelecimento de uma ordem ambiental internacional. De acordo com ele, a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável na comunidade internacional virá a partir da

²⁸ Tradução feita por mim e pelo engenheiro químico Rodrigo da Silva Leite.

Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983 graças a uma deliberação da Assembleia Geral da ONU. Vinte e três países-membro da Comissão promoveram entre 1985-87 mais de 75 estudos e relatórios sob a presidência de Gro Harlem Brundtland (RIBEIRO, 2001).

O relatório, conhecido também como *Nosso futuro comum*, cunhou a definição mais usada de desenvolvimento sustentável: [...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 09).

Este conceito tornou-se referência para inúmeros trabalhos e interesses dos mais diversos. Se de um lado existe os que acreditam que o planeta em que vivemos é um sistema único, que sofre consequências a cada alteração de um de seus componentes, de outro estão os que acreditam que o modelo hegemônico pode ser ajustado à sustentabilidade. Este é o debate: manter as condições que permitam a reprodução da vida humana no planeta ou manter o sistema, buscando a sua sustentabilidade (RIBEIRO, 2001, p. 112).

Para Ribeiro (2001) o caráter vago do conceito de desenvolvimento sustentável passou a servir a interesses diversos:

[...] De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (*capitalismo soft*), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001, p. 113).

Esse autor ressalta, ainda, que, diferentemente da trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado ao longo de várias reuniões internacionais – *Encontro Preparatório de Founex em 1971 (Suíça)*, *Conferência de Estocolmo 1972 (Suécia)*, *primeira reunião do Conselho Administrativo do PNUMA em 1973 (Genebra)* – o conceito de segurança ambiental global não está configurada para a ação, mas antes à implementação de estratégias por uma dada unidade política. Contudo, segundo o autor, o conceito não deixou de cumprir a função de justificar “cientificamente” a política externa dos países já que os problemas ambientais globais exigem um conhecimento científico e perspicácia política para sua compreensão.

Uma das grandes dificuldades encontradas em reuniões internacionais é a de que muitos dos representantes dos países participantes ficam divididos entre dois grupos de personagens – os

cientistas e os tomadores de decisões – e raramente conseguem chegar a bom termo, mesmo quando representam o mesmo país [...] Uma das evidências mais claras desse comportamento decorre da crítica contundente que muitos cientistas fazem aos documentos oficiais resultantes de discussões políticas. É comum dizerem que o conceito está errado ou sem base científica que o sustente [...] De outro lado, os políticos, que têm ganhado esta batalha com os pesquisadores, ressentem-se de informações mais precisas sobre determinadas questões ou, o que é mais freqüente, encomendam conclusões científicas que ‘expliquem’ suas decisões (RIBEIRO, 2001, p. 114).

Para Ribeiro (2001) o conceito de segurança ambiental global se ajusta ao que é verificável na realidade: o interesse nacional não é abandonado, em especial quando diz respeito à salvaguarda de vantagens específicas que assegurem a manutenção do estilo de vida de países desenvolvidos e que são negociadas em cada aspecto em discussões na ordem ambiental internacional.

Este breve preâmbulo foi necessário para localizar o importante papel do IPCC no contexto de disputa e diálogos na ordem ambiental internacional onde há, em tese, uma profunda cisão entre cientistas e políticos. Cada lado expõe sua interpretação da realidade e expõe seu “receituário” próprio, contudo, como expôs Ribeiro (2001) em alguns momentos há uma convergência entre esses lados, embora o predomínio seja político.

O IPCC se apresenta como um programa de reunião dos principais estudos científicos acerca das mudanças climáticas, seus impactos potenciais e opções e mitigações de forma transparente, objetiva e aberta. Para isso, alega que a neutralidade do Painel frente à política é fundamental, embora lidem com/e produzam material científico, técnico e socioeconômicos, importantes para ações políticas determinadas.

Nas palavras de Alier (2009):

Quanto ao IPCC, é possível observá-lo de dois modos. Um deles reporta à velha concepção de um corpo de cientistas certificando corretamente os dados de maneira a permitir que os políticos (isto é, os que tomam as decisões) endossem uma resolução com pleno conhecimento de causa. O outro, como um corpo negociador para a governabilidade internacional que ouvirá muitos especialistas. Esta teria por finalidade alcançar determinado consenso político integrando análises de todos os tipos (científicas, econômicas e sociais), em escalas espaço-temporais relevantes. Nesse sentido, não se trata simplesmente de avaliar fatos e aconselhar os decisores. Particularmente, o que está em jogo é a contribuição para com um processo coletivo de tomada de decisões. Ademais, por

acaso os políticos renunciaram, em nome da governabilidade, ao poder que possuem sobre a tomada de decisões? (ALIER, 2009, p. 268).

Na esteira dessas considerações, interpreto a identidade do IPCC ancorada no conceito de complexidade trabalhado por Moreira (2006), que concebe as identidades individuais e comunitárias como socialmente construídas por suas relações de co-existência e co-determinação estabelecidas com o “outro”. Para ele, as identidades se constroem de forma relacional, revelando uma relação de co-determinação local-global e com uma representação que se dá em duas ordens de complexidade: restrita e ampla, associadas respectivamente às complexidades internas e externas; local e global.

A noção de complexidade restrita representa a identidade do sujeito como em uma ambiência sócio-ecossistêmica, estando ligada às relações sociais internas e com o ambiente no qual se insere. Na complexidade restrita temos uma ampliação para a complexidade interna de um indivíduo ou grupo, dimensões religiosas, culturais, políticas e econômicas que complexificam a identidade de um grupo.

A noção de complexidade ampla, por sua vez, aumenta o acesso à realidade de uma identidade, na medida em que revela outra ordem de complexidade, que acontece na relação “nós” e “outro”, onde o “outro” – sociedade, governo e etc. – é elemento constitutivo do *nós* (indivíduo ou grupo). Nessa relação com o *outro* o indivíduo (*nós*) retira e exclui sentidos com os quais se apropria ou nega em sua constituição identitária, o que a torna complexa e múltipla, onde o *nós* só pode ser compreendido considerando-se o *outro*, que no limite, se coloca como o *outro*, a natureza em oposição e co-determinação com a sociedade/indivíduo (MOREIRA, 2006).

Consonante a isso estão os conflitos com hegemonias de diferentes instâncias – religião, mercado, ideologia etc. – nas constantes construções identitárias. De acordo com Moreira (2006), as assimetrias de poderes tanto no interior de grupos quanto exterior a eles devem ser consideradas. No caso de sua análise sobre comunidades costeiras:

A noção de *poderes assimétricos*, tanto no interior das comunidades costeiras contemporâneas quanto nas relações comunidade-nação e comunidade-ordem globalizada, permite-nos adotar uma perspectiva analítica que revelaria hegemonias e contra-hegemonias locais e globais atuando nos espaços das comunidades (2006, p. 186).

Para Moreira (2006), na contemporaneidade, a assimetria de poder nos processos de co-determinação complexa da relação *nós-outro* impõem sentidos hegemônicos sobre esses grupos. Em outras palavras, sentidos naturalizados por assimetrias de poderes que conferem às identidades sentidos socialmente construídos. A complexidade das relações nos dois níveis apresentados acima – restrita e ampla – pode elucidar essas relações à medida que "[...] uma identidade social coletiva de Nós contém uma identidade relacional ao que lhe é diferente, o Outro social." (MOREIRA, 2006, p. 187).

Fundamentado nessas considerações interpreto o papel do IPCC como uma constituição identitária formada na relação *nós-outro*, onde o *nós* é representado pela ciência/cientistas e o *outro* é a política/políticos e, principalmente, as *Nações Unidas*, os interesses nacionais e as tensões postas por organizações e atores globais, como empresas setor financeiro, movimentos sociais e ONG's. Cujas complexidade interna – marcada pela colaboração de milhares de cientistas internacionais com especificidades regionais/locais – liga-se a complexidade ampla de órgão de monitoramento internacional. Essa relação – *nós-outro* – é marcada por distintos campos epistemológicos e linguagens que constituem uma espécie de polarização nos debates ambientais internacionais, conforme salientou Ribeiro (2001).

Portanto, não é forçoso identificar no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) um *tipo ideal* – utilizando o conceito weberiano – de instituição científica moderna de base cartesiana cuja *neutralidade científica* é responsável por apresentar fatos concretos isentos de parcialidades. Afinal, a parcialidade é característica marcante da sociedade civil e de agentes políticos (*outro*), de acordo com os sentidos construídos pela ciência.

Para deixar de forma mais clara esta afirmação farei uma pequena digressão acerca da modernidade e da globalização, pois julgo que esses conceitos são importantes para uma boa abordagem acerca do IPCC e da ordem ambiental internacional na qual está inserido.

3.1. – Modernidade

Deslocando a preocupação do passado – atribuída aos *Antigos* – para o futuro, a modernidade terá na ciência a forma de demonstrar, com a *razão*, toda promessa de progresso e desenvolvimento que os antigos, de acordo com os modernos, não perpretaram. A querela entre os antigos e modernos, que está na gênese desse período, emergente no século XVII traz a idéia de superioridade destes sobre seus antepassados (CUNHA, 2003). O Iluminismo, assim, é uma expressão que referencia um período que se encarrega de lançar luzes sobre todos os recantos do saber obscurecidos pelos antecessores (FOUCAULT, 1989), utilizando o acúmulo de conhecimento para fornecer a emancipação das faculdades humanas. Talvez nunca na história a filosofia esteve tão próxima – ou quis se aproximar tanto – dos saberes exatos. Como dizia Voltaire, “sempre que nos é impossível ter a ajuda da bússola da matemática e do farol da experiência e da física para guiar nosso rumo, é mais do que certo que não podemos avançar um só passo” (apud CASSIRER, 1997, p. 31).

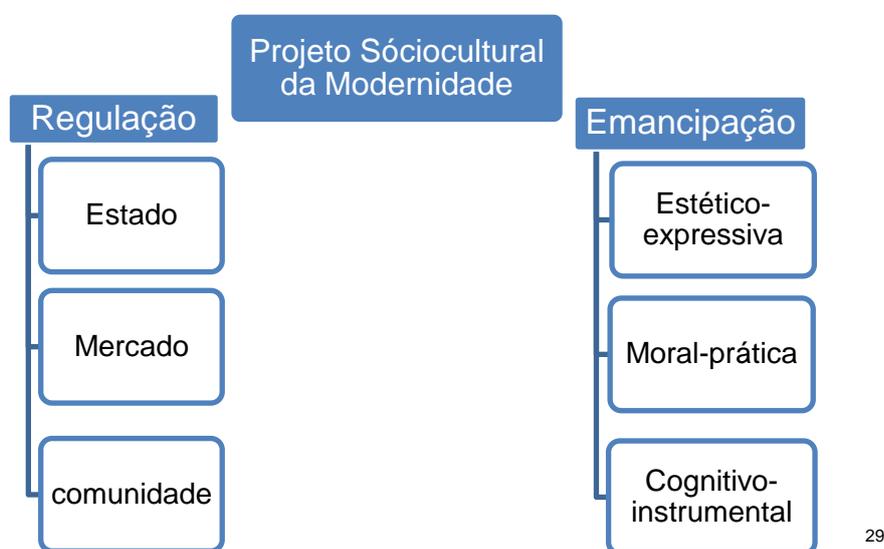
O pensamento iluminista (e, aqui, sigo Cassirer, 1951) abraçou a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões. [...] Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado (HARVEY, 2005, p. 23).

Uma interpretação da *modernidade* bastante oportuna para esse estudo é a do sociólogo Boaventura Santos (2001), que vê dois “sustentáculos” característicos dos tempos modernos e que os metaforiza como *pilares*.

Para ele, o projeto sócio-cultural da modernidade fundamenta-se em dois pilares, o da *regulação* e da *emancipação*, e cada um destes pilares se constitui por três princípios. No pilar da *regulação* temos o princípio do *Estado*, de Hobbes; o segundo princípio é o do *mercado*, presente sobremaneira na obra de Locke; e o princípio da *comunidade*, cuja inspiração maior está em Rousseau. Já o pilar da *emancipação* se configurava a partir de três lógicas de racionalidade: a *estético-expressiva* da arte e da literatura; *moral-prática* da ética e do direito; e a racionalidade *cognitivo-instrumental* da ciência e da técnica (SANTOS, 2001).

Ambos os pilares e seus princípios ligam-se em determinados momentos, e cada princípio, ou lógica, ocupa um “espaço” diferente em cada pilar. Como afirma Santos, “[...] o projecto da modernidade é um projecto ambicioso e revolucionário” (2001, p. 77). No horizonte deste projeto, encontra-se a tentativa de vinculação dos dois pilares, *regulação* e *emancipação* na racionalização da vida coletiva e também individual. No entanto, Santos sinaliza para um problema inerente a tal horizonte: o *excesso*. Ou seja, a possibilidade de uma máxima *regulação*, ou máxima *emancipação*.

Figura 3 – Projeto Sóciocultural da Modernidade



O projeto da modernidade tem início a partir do séc. XVI e final do XVIII, coincidindo historicamente com o surgimento do capitalismo, como sistema econômico prioritariamente nos países industrializados da Europa. A partir dos séculos XVIII e XIX capitalismo e modernidade trafegam a história unidos. De acordo com Santos (2001), é possível periodizar o processo histórico deste desenvolvimento distinguindo-se, assim, três grandes períodos. O primeiro cobre todo o século XIX, *capitalismo liberal*; o segundo inicia-se no final do séc. XIX e desenvolve-se no período entre guerras e logo após a Segunda Guerra Mundial, *capitalismo organizado*; e por último, o *capitalismo financeiro*, ou *capitalismo monopolista de Estado*, deflagrado ao final da década de sessenta e durando até

²⁹ Esquema desenvolvido a partir das análises de Boaventura de Sousa Santos (2001) acerca do projeto moderno.

hoje. Portanto, o desenvolvimento da modernidade, de acordo com Boaventura, é uma transformação no paradigma sócio-cultural a partir de três períodos do capitalismo (*liberal, organizado e financeiro*).

No período do *capitalismo liberal* os princípios do Estado e comunidade – referentes ao pilar da *regulação* – e a idéia de desenvolvimento harmonioso se retraem. O princípio do mercado se expande – um dos excessos – atrofiando o princípio da comunidade, ao passo em que o princípio do Estado se desenvolve de forma ambígua, configurando em si uma dualidade marcante entre Estado e sociedade civil. Contudo, como indica Boaventura Santos (2001), o pilar da *emancipação* é ainda mais ambíguo nesse primeiro período, já que o princípio da racionalidade cognitivo-instrumental (ciência) desenvolve-se de forma espetacular, no entanto, configurando-se como uma força produtiva e vinculando-se fortemente ao princípio do mercado; o princípio da moral-prática acaba por se constituir em uma *microética liberal*, cuja responsabilidade se referencia exclusivamente ao indivíduo; na racionalidade estético-expressiva, há um “descolamento” da arte e da vida patente no elitismo da alta cultura.

O segundo período é marcado por uma distinção entre aquilo que é possível e o que é impossível de ser realizado na sociedade capitalista em contínuo processo de expansão, focando depois naquilo que é possível. O princípio do mercado continua a se expandir, suprimindo, agora, cada vez mais quadros institucionais e a ação reguladora do Estado; a busca por novos mercados deflagra o imperialismo que culminará na 1ª Grande Guerra. Paralelamente a isso, o princípio da comunidade se expande à medida que o desenvolvimento industrial aumentou o contingente operariado, contribuindo para, conforme ele, uma “[...] rematerialização da comunidade através da emergência das práticas de classe e da tradução destas em políticas de classe” (SANTOS 2001, p. 84). O Estado adapta-se a uma lógica político-econômica – e também sócio-cultural – de não intervenção, atuando assim como legislador de regras econômicas, tais como anti-cartéis, trustes e etc. No pilar da *emancipação* o modernismo se apresenta como nova lógica da racionalidade estético-expressiva e um extravasamento para a racionalidade moral-prática, e a racionalidade técnico-científica.

O terceiro período se inicia a partir dos anos sessenta e vemos que no campo da *regulação* o princípio do mercado se excedeu sobremaneira, extrapolando a

esfera econômica e procurando "[...] colonizar tanto o princípio do Estado, como o princípio da comunidade – um processo levado ao extremo pelo credo neoliberal" (SANTOS, 2001, p. 87). A racionalidade moral-prática, aqui, configura-se em quatro vetores: a autonomia e subjetividade, enquanto valores, divorciam-se das práticas políticas e do mundo ordinário; em segundo lugar, a regulamentação jurídica da vida social alimenta-se de si mesma, numa espécie de processo tautológico; em terceiro, estaríamos nesse período confinados a uma ética individualista (microética) que nos encerra em uma lógica individualista e descolada de um senso mais concreto de coletividade. Contudo, Santos (2001) sinaliza para uma mudança nesse quadro, na medida em que apresenta um colapso de suas formas jurídicas e éticas já que há sinais de uma nova ética e de um novo direito, relacionados a algumas das transformações ao nível do princípio do mercado e da comunidade, possibilitadas pela realidade midiática e informacional que contribuem para uma relação mais democrática.

Para o sociólogo português, o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído sob os seus próprios termos à medida que tal tarefa nos lançaria na mesma "mega-armadilha" moderna: transformar as energias emancipatórias em regulatórias.

Se for verdade que a grande armadilha moderna foi a transformação do pilar emancipatório em regulatório, também o é que isto não se sucedeu como algo contínuo, inexorável. E é imprescindível pensar a modernidade em associação ao capitalismo, o que forçosamente nos faz inferir na ciência – a principal esperança iluminista referente ao pilar da emancipação – e na sua conseqüência produtiva tecnológica em relação direta ao princípio do mercado (regulação). O que nos leva a conjecturar sobre a impossibilidade do cumprimento de promessas referentes à comunidade via ciência.

3.2. – Globalização e capitalismo

De acordo com a tradição teórica marxista, o capitalismo é um modo de produção e processo civilizatório transnacional, da acumulação originária – incluindo aí as grandes navegações, o mercantilismo, o tráfico de escravos etc. – à sua expansão mundial:

A concentração e a centralização fundamentam o colonialismo e o imperialismo, o que se concretiza em monopólios, trustes, cartéis, multinacionais e transnacionais. Concretizam o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo pelo mundo; e são indispensáveis à inteligência do globalismo (IANNI, 1996, p. 267).

Para Octávio Ianni (1996) na base do *globalismo* está o capitalismo. Interpretando-o como co-determinação: simultaneamente *condição* e *conseqüência* da ruptura histórica do fim do séc. XX e anunciando o XXI.

As forças decisivas da globalização do mundo são as forças deflagradas com a globalização do capitalismo. Segundo ele, o capitalismo, na medida em que se globaliza, abre novas fronteiras de expansão e recria os espaços nos quais já estava presente.

A etimologia da palavra *globalização* refere-se a *globo, terra*. O processo de globalização é a tentativa de rompimento das distâncias geográficas a partir da conquista do espaço total.

O mundo globalizou-se e fez-se mais redondo do que já era para Copérnico. Toda a história posterior pôde ser escrita como uma história de globalizações subseqüentes, que fizeram mais redonda a terra na medida em que revelaram novas dimensões desta redondeza (HINKELAMMERT, 2007, p. 352).

Como nos fala Porto-Gonçalves (2006) o termo *globalização* não é neutro, e sua naturalização dá-se, material e discursivamente através de grupos hegemônicos:

A imagem da Terra como um globo não cai num vazio quando começa a ser mais amplamente usada. Afinal, a idéia de um mundo integrado que superasse as limitações locais sempre acompanhou o humanismo europeu, sobretudo após o Renascimento e a instauração do sistema-mundo moderno-colonial (2006, p.13).

Vale lembrar que Al Gore usa algumas vezes fotografias do planeta Terra vista do espaço no filme. Num primeiro momento (no início do filme) ele utiliza-a uma imagem feita em 1968 na missão especial Apolo 8 e, em seguida, outra da Apolo 17 tirada em 1972 no intuito de gerar no público uma espécie de identidade global; num segundo momento (ao final do filme) ele utiliza uma imagem do planeta feita por uma espaçonave a 6,4 bilhões de km de distância da Terra onde esta assemelha-se a um pequeno pixel na imensidão do espaço, aludindo à fragilidade de nosso planeta e de nossas vidas humanas e de que este é o nosso único lar.

À rigor, a idéia de globalização não é recente. Para alguns teóricos a primeira tentativa de globalização começou com o império macedônio de Alexandre. Contudo, globalização – que entendemos e nos é de interesse aqui – é o novo ciclo de expansão do capitalismo, que, para Ianni (1996), Porto-Gonçalves e Franz Hinkelammert (2007) tem uma dupla inscrição, como um modo de produção e processo civilizatório:

[...] O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim, as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar e agir, sentir e imaginar (IANNI, 1996, p. 14).

Não obstante, este novo ciclo está inscrito num processo mais amplo de acumulação primitiva e maturação. Porto-Gonçalves sugere quatro etapas: o colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade (do séc. XV-XVI ao séc. XVIII até hoje); o capitalismo fossilista e o imperialismo (do séc. XVIII ao início do séc. XX até hoje); o capitalismo de Estado fossilista fordista (dos anos 1939 aos anos de 1960-70 até hoje); e a globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional (dos anos de 1960 até hoje).

Ao interpretar a globalização como um processo de diminuição/superação das fronteiras do globo coloca-se em cena a relevância da questão ambiental. A plena consciência da redondeza da terra é a irremediável consciência dos limites da natureza.

A questão ambiental entra de vez no circuito das preocupações humanas a partir da década de 1960 no horizonte da globalização a partir da contradição sociedade e natureza (IANNI, 1996).

Quando o planeta Terra deixa de ser apenas um ente astronômico para ser também histórico, recoloca-se de modo original a dialética sociedade e natureza. Em pouco tempo, reabre-se a convicção de que o modo pelo qual a sociedade se apropria da natureza, tornando-a histórica, é também o modo pelo qual se reabre a contradição sociedade-natureza (IANNI, 1996, p. 29)

A globalização é a resultante de um processo de expansão do capitalismo que se configura de forma ambivalente, como modo de produção e processo civilizatório, e, como o globo é um só, os conflitos e desastres ambientais “denunciam” a cada momento a contradição entre o modo de produção do capital e a *natureza*. E sob o signo civilizatório da globalização, não só a natureza é alvo do processo, mas todos os indivíduos e comunidades identificadas mais diretamente com ela (índios, comunidades tradicionais, quilombolas...).

O princípio da racionalidade cognitivo-instrumental (ciência), como observa Boaventura Santos (2001) desenvolve-se sobremaneira, configurando-a como uma força produtiva em forte associação ao princípio do mercado; o princípio da moral-prática acaba por se constituir em uma *microética liberal*, cuja responsabilidade se referencia exclusivamente ao indivíduo, que para Hinkelammert (2007) fundamenta a “irresponsabilidade globalizada” que busca assegurar a nossa vida destruindo a do próximo e negando nossa responsabilidade pelo *globo*. O que Zygmunt Bauman (2000) sintetiza em sua tese sobre a política: o descompasso entre a liberdade individual e a capacidade coletiva dos indivíduos, onde o aumento da liberdade individual coincide, na razão inversa, à diminuição da capacidade coletiva dos indivíduos.

De uma forma mais direta: a *ciência moderna* nasce junto com o capitalismo e sua microética liberal que atomiza os indivíduos em sociedade. Não por acaso, a questão ambiental, no limite, provoca tensão nos paradigmas científicos estabelecidos/compartimentados ao impor a necessidade de saberes *inter* e *transdisciplinares* (LEFF, 2002); não à toa o globalismo, para Ianni (1996), é um processo de ruptura histórica e também epistemológica.

A lógica da eficiência e da utilidade norteia a produção científica moderna, em especial as ditas *naturais*. A abordagem sociológica de Elias acerca dos conceitos de envolvimento e alienação contribuem para essa explanação. Em sua interessante interpretação esses conceitos não podem ser tomados como absolutos, ou seja, só podem ser compreendidos de forma relacional, o que significa que não há indivíduos absolutamente envolvidos, e nem totalmente alienados³⁰.

³⁰ Deve-se considerar que o conceito de alienação de Elias é distinto da tradição marxista e diz respeito à (in) capacidade da pessoa do cientista de provocar epistemologicamente um afastamento absoluto de seus objetos, e, para Moreira (2007) da sociedade e dos valores pelos quais foi socializado.

Por isso, enquanto instrumentos de pensamento, "envolvimento" e "alienação" se demonstrariam altamente ineficazes se fossem utilizados para delinear uma divisão precisa entre os dois conjuntos de fenômenos independentes. [...] No fundamental, o que se observa são pessoas e manifestações de pessoas, como padrões de discurso ou de pensamento e de outras atividades, alguns rotulados como de alta alienação ou de alto envolvimento. O *continuum* que reside entre esses dois pólos marginais é o que se configura como questão principal (ELIAS, 1998, p. 108).

Na análise de Elias (1998) sobre os cientistas naturais e cientistas sociais no contínuo processo de *envolvimento* e *alienação* de sua produção, inferimos que dentro da noção de *desenvolvimento* – um dos conceitos chaves da modernidade – os cientistas naturais/exatas ocupam papel diferenciado na produção e na subsequente apropriação dos saberes e tecnologias por eles produzidos na medida em que estão intimamente atrelados ao caráter produtivo do sistema capitalista, tornando assim, a própria ciência uma *força produtiva* e a inovação tecnológica advinda dessa produção, um de seus fundamentos. Embora o nível de *alienação* do cientista natural seja maior em relação a seu objeto estudado, seu nível de *envolvimento* e comprometimento à lógica capitalista – suas diretrizes políticas e econômicas – é bem maior comparado ao cientista social.

Nesse sentido, se a ciência e a técnica se incorporam como elementos de incremento na produção e captação de lucros no capitalismo, como afirma Moreira (2007), as ditas ciências naturais/exatas tornam-se um importante “braço” produtivo da economia capitalista e instrumento de legitimação de ações políticas. É essa ciência natural/exata que tipifica o grupo de personagens de cientistas nas discussões ambientais globais opostos aos políticos que Ribeiro (2001) se refere.

Ao lado da conquista política da terra havia aparecido outra conquista, que desta vez referia-se a cada um dos componentes da terra ainda por conquistar. A ação mercantil, por um lado, e o método das ciências empíricas, por outro, incluíram todos os fatos e processos parciais para submetê-los também à conquista humana [...] O mercado e o laboratório fazem abstração da globalidade da vida humana, para efetuar sua ação [...] abstraem o fato de que a realidade é condição da possibilidade da vida humana. Logo, o sujeito deste método científico é um observador – *res cogitans* frente à *res extensa* – e o sujeito da ação mercantil é um ator reduzido ao cálculo das utilidades a partir de fins específicos (HINKELAMMERT, 2007, p. 356).

Para Hinkelammert (2007) tanto o método científico moderno, quanto a ação mercantil meio-fim só se realizam fazendo abstração da globalização no nível da realidade,

Porém, ao fazer abstração disso, os efeitos e os riscos que surgem da globalização no nível da realidade são invisibilizados. A abstração não os faz desaparecer, na realidade continuam iguais. Não obstante, parecem sem importância e podem ser apagados com facilidade em nome de promessas vazias de progresso técnico. Em consequência, não há uma razão visível para não seguir com o desenvolvimento técnico, e tampouco para colocar em dúvida sua aplicação comercial. A ação meio-fim do mercado e o método científico usual conjuram-se. **É a conspiração do mercado e do laboratório** (HINKELAMMERT, 2007, p. 357, grifo nosso).

Sob a tutela do conceito de *desenvolvimento sustentável*, aqueles que defendem a resolução dos problemas ambientais via desenvolvimento de novas tecnologias, à rigor, mantêm a crença de que somente o desenvolvimento científico-tecnológico é capaz de superar as externalidades ambientais.

Ao apresentar o campo de disputa do conceito de desenvolvimento sustentável Moreira (1999) critica a noção generalizada dele enquanto um conceito acabado. Para o autor, os embates sobre a idéia de sustentabilidade nas sociedades contemporâneas é “[...] parte componente dos embates político-ideológicos e econômico sociais de apropriação dos conhecimentos científicos e culturais sobre a natureza e o mundo natural.” (1999, p. 248). No campo científico é expresso na consolidação de um paradigma moderno que traz consigo uma série de conceitos e significações tendo como tônica a separação entre homem e natureza, corpo e mente. No campo social envolve a conformação, consolidação e a prevalência de uma concepção de vida social, assim como de seus interesses econômicos e sociais a ela associados. Dessa maneira, a questão ambiental, ancorada fortemente nesses dois campos (científico moderno e econômico) demonstra uma tendência de valorização da questão ecológica e a construção – e consolidação – de um novo momento na competição capitalista, com uma face de capitalismo ecológico.

Hinkelammert (2007) salienta, ainda, que nossa ciência moderna fundou-se num paradigma empírico *ex post* que só conhece os limites materiais do objeto estudado a *posteriori*, quando se atinge um ponto sem retorno, à semelhança da tortura e dos testes de resistência de materiais. Logo, a devida atenção aos conflitos

ambientais globais, talvez, só surja quando seus efeitos atingirem níveis irreversíveis, pelo menos numa escala de tempo humana.

A questão ambiental fomenta fortes críticas à ciência moderna e sua produção técnica, e como tal, interpõe ao caminho do “desenvolvimento” limites de ordem estrutural e ética (PORTO-GONÇALVES, 2006; LOUREIRO, 2006a). Como nos chama a atenção Moreira (1999), se o dinamismo do capitalismo tende a internalizar os constrangimentos ambientais e se configurar num *capitalismo verde* o desenvolvimento sustentável não garante, por si só, a possibilidade de resolução dos problemas ambientais.

Retomando o que foi exposto, afirmo que o IPCC exerce um importante papel no cenário global e, de acordo com sua sociogênese, ambiciona ser o principal veículo de informações científicas na ordem internacional. Contudo, a crítica recente ao Painel³¹ põe termos à imagem de consenso produzida pelo IPCC acerca do aquecimento global, principalmente no que tange as causas. Devo sublinhar que considero importante o esforço científico do IPCC – que reúne cerca de dois mil cientistas e analisa milhares de estudos científicos para compor seus relatórios – já que – de um ponto de vista prático – reúne muitos dados acerca das mudanças climáticas e potencializa seu poder de disseminação científica.

No entanto, como exposto até aqui, a crença na ciência e na tecnologia presentes no IPCC por si só não garantem a resolução dos problemas ambientais, mas antes fazem parte da retórica ideológica do capitalismo, uma vez que obscurecem as possibilidades críticas ao sistema econômico hegemônico.

Embora já tenha cotejado passagens e desenvolvido algumas considerações acerca do filme *Uma verdade inconveniente*, será no próximo capítulo que empreenderei a análise fílmica propriamente dita, trazendo um pouco do que já foi escrito até aqui para a construção de uma interpretação do discurso ambiental proferido por Al Gore.

³¹ Para saber um pouco, ver: <http://www.ipam.org.br/revista/Criticas-ao-IPCC-podem-adiar-decisoes-importantes/188>; <http://fullcomment.nationalpost.com/2010/06/13/the-ipcc-consensus-on-climate-change-was-phoney-says-ipcc-insider/>; ou HULME, M.; MAHONY, M.. **Climate change: what do we about IPCC?**In: Progress in Physical Geography. Noruega: University of East Anglia, 2010.

CAPÍTULO 4 – Análise de Uma verdade inconveniente e crítica ao discurso ambiental dominante

Inicialmente havia me proposto a trabalhar, somente, com a personagem Al Gore, já que é o elemento central do filme. No entanto, ao longo da análise fílmica percebi que a visão do diretor do documentário, Davis Guggenheim, é bastante significativa para a compreensão da narrativa fílmica, não só pelos motivos óbvios de ser o diretor peça fundamental para a construção do documentário e suas asserções, mas por sua explicação sobre o processo de criação do documentário e das principais idéias que o nortearam. Nesse sentido, ao longo desse capítulo, eu levarei em conta algumas considerações do diretor Davis Guggenheim sobre o filme, o tema, e Al Gore, mas tratarei majoritariamente do argumento tecido por Al Gore e suas matrizes discursivas.

Essas matrizes discursivas estão fortemente inscritas na narrativa fílmica de *Uma verdade inconveniente* (2006) e denominei-as como *matriz discursiva do capitalismo, neomalthusianismo e do evangelho da ecoeficiência*. Tratarei de analisá-las nos itens subsequentes deste capítulo.

Lançarei mão, também, de algumas considerações sistematizadas pelo sociólogo John Hannigan (2009) acerca da construção de argumentos para persuasão do público e de um problema sócio-ambiental, pois as considero metodologicamente importantes para a análise fílmica de *Uma verdade inconveniente*.

Para Hannigan, a questão “*como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir o público?*”, é fundamental para os analistas de problemas sociais contemporâneos, pois demanda uma retórica de persuasão focada em três princípios: *bases, garantias e conclusões*.

As *bases*, ou o fornecimento de dados dos fatos básicos que moldam o resultado da fala política formulada:

Há três tipos principais de afirmações de base: definição, exemplos e estimativas numéricas. As definições estabelecem os limites ou domínio do problema e dão uma orientação do que é, um guia de como o interpretamos. Exemplos para facilitar o público a se identificar com as pessoas afetadas pelo problema, especialmente onde elas são vistas como vítimas indefesas [...] Ao estimar a magnitude do problema, os argumentadores estabelecem sua importância, seu potencial e crescimento e seu alcance (sempre em proporções epidêmicas) (HANNIGAN, 2009, p. 101).

As *garantias* são as justificativas necessárias para conclamar uma tomada de ação, estas, por sua vez, podem incluir a apresentação da vítima como sem culpa ou inocente, e enfatizando ligações com o passado histórico ou ligação dos argumentos aos direitos básicos e liberdades individuais (HANNIGAN, 2009).

As *conclusões* explicariam detalhadamente a ação necessária para aliviar ou erradicar um dado problema social que frequentemente envolve a elaboração de novas políticas de controle social pelas instituições burocráticas ou criação de novas agências para dar conta destas políticas (HANNIGAN, 2009).

O público-alvo impele a duas táticas diferentes: a *retórica da retidão* e a *retórica da racionalidade*. A primeira é mais eficiente no início de uma campanha de argumentação e apela para valores ou moralidade. A segunda tática é utilizada quando os estágios de construção do problema social estão mais avançados, quando os argumentadores estão mais sofisticados (HANNIGAN, 2009).

Hannigan (2009) fala também de *expressões de retórica* que seriam um conjunto de imagens ratificadoras dos argumentos com significados morais:

Eles incluem uma “retórica de perda” (da inocência, da natureza, da cultura, etc.); uma “retórica do irracional” que evoca imagens de manipulação e conspiração; uma “retórica da calamidade” (num mundo cheio de condições de deterioração, proporções epidêmicas são reivindicadas para poucos, por exemplo, a Aids ou o efeito estufa); a “retórica dos direitos” (justiça e igualdade demandam que a condição, ou, como Ibarra e Kitsuse chamam, a “categoria-condição”, seja retomada), e a “retórica do perigo” (categorias de condições impostas por riscos intoleráveis para a saúde e a segurança das pessoas) (HANNIGAN, 2009, p. 102).

O argumento sobre a hipótese do aquecimento global é construído pelo político norte-americano numa associação a outra teoria que só passou a ter amplo crédito em meados do século XX, a teoria de *pangéia* (de um único e grande continente) que se dividiu e formou dois grandes *gondwana* (América do Sul, África, Austrália e Índia) e *laurásia* (América do Norte, Ásia, Europa e o Ártico). Dessa forma, Al Gore assegura que as *bases* (HANNIGAN, 2009) sejam inteligíveis para o seu público, pois, como ele mesmo afirma, o entendimento da questão é fundamental para tomadas de ação.

Sequência 3: Al Gore tece seu argumento acerca da crença da hipótese do aquecimento global

Al Gore: “Mostro isso [mapa-múndi] porque quero contar a história de dois professores meus. Um que eu não gostava muito, e o outro que foi meu verdadeiro herói. Meu professor de Geografia do Ensino Fundamental colocava o mapa do mundo em frente ao quadro negro. Um colega da 6ª série levantou a mão e apontou para a Costa Leste da América do Sul e para a Costa Oeste da África e perguntou: ‘Elas já estiveram juntas?’. O professor respondeu: ‘É a coisa mais ridícula que eu já ouvi!’.

Esse aluno acabou virando um viciado e desajustado. O professor se tornou Secretário de Ciências do atual governo [governo do presidente George W. Bush] [risos da platéia]. Mas o professor apenas estava retratando a conclusão da teoria científica da época. Os continentes são muito grandes e não podem se mover. Mas, na verdade, como sabemos agora, eles se moveram. [...] Mas aquela teoria foi um problema. Ela refletia a sabedoria popular de que o que nos cria problemas não é o que não sabemos, mas o que temos certeza que não pode ser.³²

Esse ponto é importante, acreditem ou não, porque existe outra teoria desse tipo, que muita gente acredita hoje em dia sobre o aquecimento global. A teoria é mais ou menos assim: a terra é tão grande que é impossível termos algum impacto definitivo em seu meio ambiente. Isso pode ter sido verdade antes, mas não é mais. E uma das razões de não ser mais verdade é porque a parte mais vulnerável do sistema ecológico da Terra é a atmosfera” (2006, 00h10min48seg).

A fala de Al Gore funciona para informar o público e convencê-los da eminente crise ambiental contemporânea e que afeta toda a população planetária, não se furtando em retratar com ironia os cétricos (que são os *outros* em sua narrativa). Entretanto, como ele mesmo relata, nem sempre foi assim. O drama vivido quando seu filho de seis anos de idade foi atropelado e quase morreu, soou como um alerta para a mudança em sua vida:

[...] isso virou o meu mundo de cabeça para baixo e depois o sacudiu até cair tudo. Minha relação com o mundo, tudo mudou para mim. Como passar meu tempo nesta Terra? A possibilidade de perder o que eu tinha de mais precioso me deu uma habilidade que talvez eu não tivesse antes. E quando a percebi, percebi também que realmente podíamos perder a Terra. Aquilo que damos por certo pode não estar aqui para os nossos filhos (UMA VERDADE, 2006, 00h28min00seg).

Enquanto o documentário estava sendo realizado um furacão de enormes proporções assolou parte do território norte-americano. A grande devastação causada pelo furacão, batizado com o nome Katrina, no estado da Flórida, para Al

³² Al Gore mescla à sua fala um aforismo de Mark Twain.

Gore, foi resultado das mudanças climáticas e uma *prova* da verdade inconveniente que ele expressa. Ao olharmos mais atentamente para a imagem que promoveu o filme no circuito mundial, é possível ver que a fumaça que sai da chaminé da indústria assemelha-se com a imagem via satélite da formação do furacão Katrina, e de outra base industrial saem, ao fundo, silhuetas de tornados.

Figura 4: Cartaz de divulgação do filme

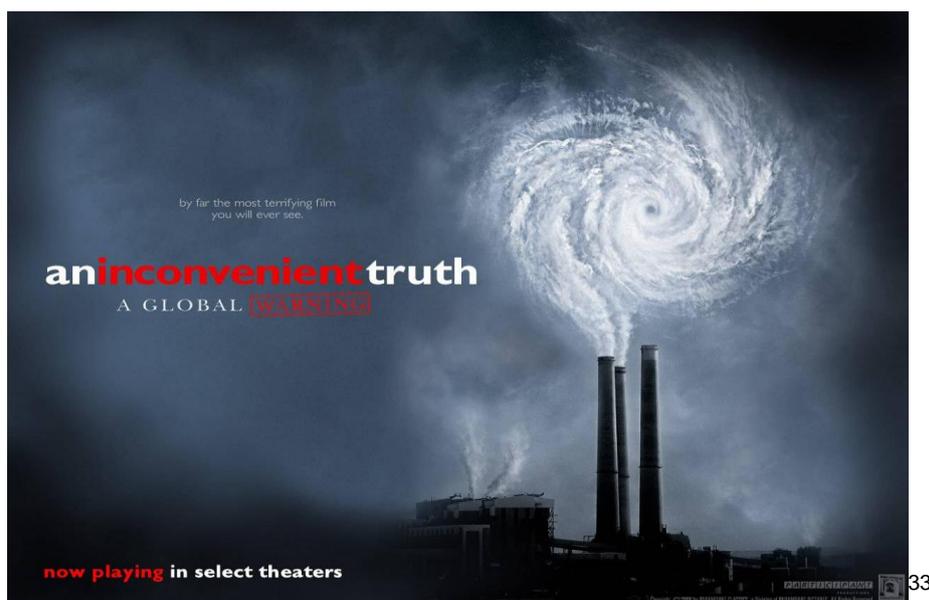


Figura 5: Imagem via satélite do Furacão Katrina



³³ Disponível em: <http://movie-wallpapers.org/> e veja em: <http://www.imdb.com/title/tt0497116/>

Sequência 4: O furacão Katrina

Al Gore: “[...] E depois, claro, veio o Katrina. Vale lembrar que quando ele atingiu a Flórida era categoria 1. Mas matou muita gente e causou estragos de bilhões de dólares. E depois, o que aconteceu? Antes de atingir Nova Orleans ele passou por águas quentes. E quando a temperatura da água aumenta a velocidade do vento aumenta e a umidade aumenta [imagens de satélite mostrando a formação do Katrina e da destruição causada em Nova Orleans] (UMA VERDADE, 2006, 00h32min00seg).

Foi uma coisa nova para os EUA. Mas como é que isto pôde acontecer aqui?

Houve avisos de que os furacões ficariam mais fortes. Houve avisos, dias antes de chegar, de que ele arreventaria os diques e causaria o tipo de estrago que realmente acabou causando. E a questão que nós, como povo, temos que resolver é como reagir quando ouvimos avisos dos grandes cientistas do mundo (UMA VERDADE, 2006, 00h33min30seg).

Em 29 de agosto de 2005 o furacão Katrina atingiu o estado de Lousiana e causou grandes danos, especialmente em sua maior cidade, Nova Orleans. A passagem do furacão na Costa Leste, para muitos, foi a maior tragédia ambiental da história dos Estados Unidos matando mais de mil pessoas e contabilizando dezenas de bilhões de dólares em prejuízos.

Al Gore evidencia a inaptidão do “povo” em entender e atender aos avisos de grandes cientistas que relataram sobre os perigos do furacão Katrina, contudo, não coloca em questão a desigualdade social e racial da “população” de Nova Orleans. Nas imagens de sobrevôo da cidade selecionadas pelo documentário *Uma verdade inconveniente* – muitas delas repetidas inúmeras vezes pelos meios de comunicação – vê-se inúmeros moradores afroamericanos em cima dos telhados de suas casas pedindo ajuda. A totalidade de afroamericanos nessa sequência do filme representa a tragédia racial a que muitos intelectuais denunciaram³⁵:

Nos Estados Unidos, o estado da Luisiana é um dos lugares onde o “racismo ambiental” é mais recorrente. No seu território, entre Nova

³⁴ Esta imagem e as posteriores foram retiradas do filme *Uma verdade inconveniente* (2006).

³⁵ Ver: PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Ceará: I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, 2006. A construção de um discurso de medo, mentira e verdade em LOPES, Carlos. No rastro do Katrina: a construção de um discurso de verdade. Revista Lumens ET Virtus, dez. 2010, vol 1, n 3. É interessante a análise feita por Avelar, morador de Nova Orleans e professor de literatura da Universidade de Tulane em AVELAR, I. Internacional: Katrina e o fracasso ético em Nova Orleans. Disponível em: www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/internacional-katrina-e-o-fracasso-etico-em-nova-orleans. Acesso em: 01 abr 2011. Ver também o capítulo *A justiça ambiental nos Estados Unidos e na África do Sul* no livro de Alier (2009) aqui trabalhado e referenciado o *Ecologismo dos pobres* onde o autor discute a trajetória do movimento de justiça ambiental paralelo ao de luta contra o racismo ambiental.

Orleans e Baton Rouge, é encontrado o “Cancer Alley”, isto é, o beco do câncer. Comunidades como Sunrise, Reveilletown e Morrisonville, praticamente coladas nas grades de empresas como a Placid Refinery, Georgia Gulf e a Dow Chemical, “foram literalmente apagadas do mapa, e seus habitantes sofreram com a perda em caráter definitivo dos seus lares depois de anos de lutas” (ALIER, 2009, p. 237).

Alier (2009) sustenta a tese de que a vulnerabilidade de grupos pobres às catástrofes ambientais é muito maior se comparada a outros grupamentos economicamente mais favorecidos, e como é o caso dos Estados Unidos, a trajetória da justiça ambiental, segundo ele, só pode ser contada alinhada à luta contra o racismo ambiental: “[...] A raça é uma referência de importância prática para explicar, além da controvertida geografia dos depósitos de lixo tóxico e as taxas carcerárias, os padrões residenciais e escolares” (2006, p. 238). Na esteira da generalização discursiva de Al Gore está seu objetivo que é a sensibilização do cidadão estadunidense, de classe média, branco para a questão ambiental.

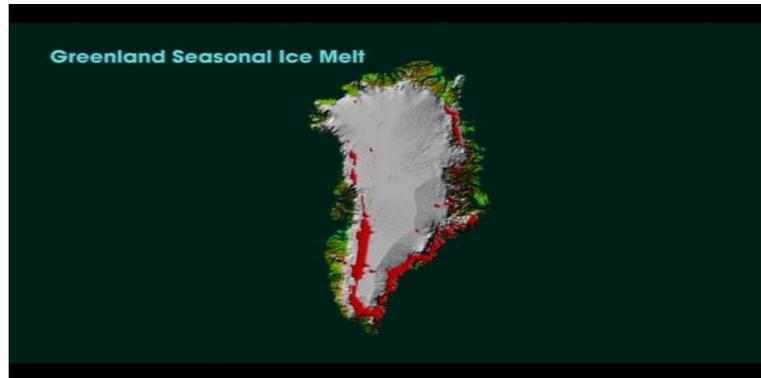
De acordo com as considerações de Hannigan (2009), após as *bases* serem explicitadas ao *público-alvo*, Al Gore usa uma *expressão de retórica* para dar *garantias* acerca da gravidade do problema e da necessidade de uma tomada de ação (*conclusões*): uma simulação do degelo da Groelândia.

A simulação do impacto global do degelo da Groelândia (*garantias*) não esconde o “medo” identitário de invasão ao solo norte-americano³⁶ representado na invasão de Manhathan, agora não por terroristas, mas pela água, fruto do aumento do nível do mar causado pelo aquecimento global.

³⁶ Ver a relação entre ficção científica hollywoodiana e o período da Guerra Fria em Noboa (2010).

Sequência 5: Degelo da Groelândia e efeitos globais

AL Gore: Se a Groelândia se partir e derreter, ou se metade dela e do oeste da Antártida se partirem e derreterem isso é o que aconteceria ao nível do mar na Flórida (00h59min25seg).



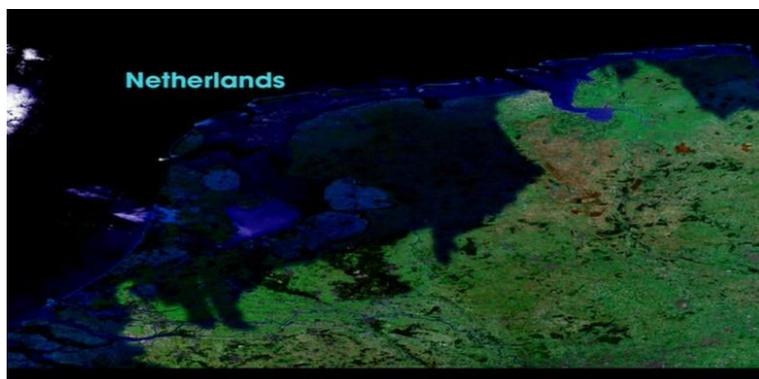
Isso é o que aconteceria à baía de São Francisco. Muita gente vive nessas áreas³⁷.



³⁷ As áreas nas cores azul escuro e preta representam as zonas inundadas pelo aumento do nível do mar.

Sequência 5: (continuação)

AL Gore: A Holanda, um dos Países Baixos. Totalmente devastador.



Essa área de Pequim com dezenas de milhões de pessoa.



E pior, na área de Xangai onde há 40 milhões de pessoas.



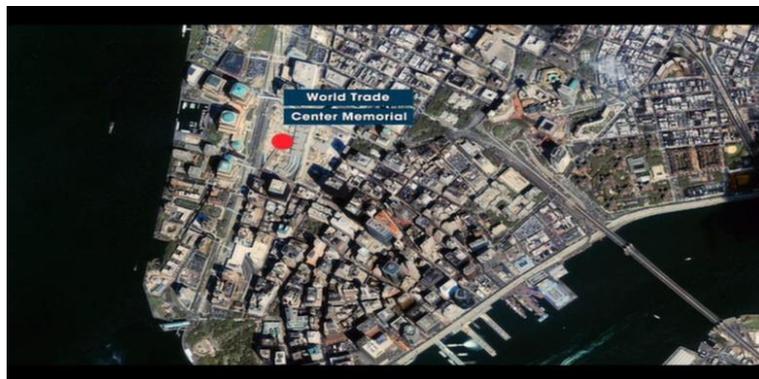
Sequência 5: (continuação)

AL Gore: Pior ainda, em Calcutá, e ao Leste, em Bangladesh. A área coberta inclui 60 milhões de pessoas.



Pensem no impacto de 200 mil refugiados sendo deslocados por um evento ambiental. E imaginem o impacto de 100 milhões ou mais.

Aqui está Manhattan. Esse é o local do monumento do World Trade Center. E depois dos terríveis eventos de 11/9. [pausa] dissemos que nunca mais. Mas isso é o que aconteceria a Manhattan. Eles conseguem medir com precisão. Assim como previram com precisão a quantidade de água que arrebentaria os diques em New Orleans. A área onde ficará o memorial do WTC seria inundada.



Podemos nos preparar contra outras ameaças além dos terroristas? Talvez devêssemos nos preocupar com outros problemas (UMA VERDADE, 2006, 1h01min10seg)

Para Al Gore, parafraseando a frase do inglês Winston Churchill, a era da proteção acabou, pois já estaríamos vivendo o período das consequências.

O político norte-americano reconhece as dificuldades de seu trabalho de divulgação e sobre as mudanças políticas no próprio país: “[...] é extremamente

frustrante para mim continuar divulgando isso repetidamente da forma mais clara possível e o nosso país continuar sendo o maior contribuidor desse problema” (2006, 00h50min). Isso é interessante porque, embora ele fale para diversos públicos³⁸, o seu *público-alvo* – usando os termos de Hannigan (2009) – é o norte-americano. Como vimos logo acima, a estratégia de convencimento de Al Gore se vale de *expressões de retórica* com projeções catastróficas no globo terrestre, mas deixa por último, e de forma mais impactante, os resultados devastadores – se não “mudarmos” a situação – que podem ocorrer em solo norte-americano.

Essa simulação dos impactos do degelo da Groelândia representa o *perigo* global oriundo das mudanças climáticas. E, embora queira se impor como *fato* (uma projeção científica) é também ideológica, na medida em que fala de um impacto global, mas preocupa-se eminentemente com seus impactos em solo norte-americano.

4.1. – Matrizes discursivas no discurso ambiental do filme

Identifico algumas matrizes discursivas presentes no filme documentário *Uma verdade inconveniente* (2006) e que estão sistematizadas na ficha descritivo-analítica item *anexo*. A primeira é a matriz discursiva do capitalismo como modelo econômico hegemônico que não é, em nenhum momento, colocada em “xeque” pelo discurso ambiental de Al Gore. Aceitando e referendando, implicitamente, o conceito de *desenvolvimento sustentável* consolidado pelo Relatório Brundtland de 1987 que não questiona a apropriação privada da natureza, conforme Moreira aponta (1999, 2006, 2007). A segunda grande matriz é a do *neomalthusianismo* enunciada no “conflito” entre crescimento populacional e aumento na pressão por recursos naturais no planeta. A terceira matriz é o evangelho da ecoeficiência caracterizado na crença da ciência e da técnica como mitigadoras dos problemas ambientais e, em decorrência, expressando uma concepção instrumentalizada da questão ambiental.

Cada uma dessas matrizes³⁹ molda uma interpretação da crise ambiental e pode projetar distintas ações de mitigação. Por exemplo, partindo do modelo

³⁸ Lembrando que o título original do filme é *An inconvenient truth: a global warning*, e foi traduzido literalmente para o português como *Uma verdade inconveniente: um aviso global*. Há também uma alusão ao termo *aquecimento global* (em inglês, *global warming*).

³⁹ Sistematizei na ficha descritivo-analítica as passagens e elementos do filme concernentes a cada matriz discursiva.

econômico capitalista como vencedor e mais “adequado”, Al Gore aborda a pretensa dicotomia entre ecologia e economia como falsa, já que, segundo ele, “[...] se fizermos a coisa certa vamos criar muita riqueza e muitos empregos porque fazer a coisa certa nos move para frente” (2006, 01h18min). Confluentes a este pensamento estão medidas como o *mercado de carbono*, *mecanismo de desenvolvimento limpo* e o *mecanismo de certificação florestal*⁴⁰. Já com a segunda matriz, o *neomalthusianismo*, Al Gore tece um argumento impactante que opõe natureza e sociedade, sinalizando que esta última está em franco crescimento e “ameaçando” a primeira. Por último, a matriz científico-tecnológica – embora “responsabilizada” pelas mudanças na relação do homem moderno com a natureza – surge como um elemento importante para a mudança no cenário climático contemporâneo, de acordo com Al Gore.

4.2. – Capitalismo, hegemonia e o discurso político de Al Gore

Em seu livro *A Terra em balanço*, publicado originalmente em 1992, Al Gore já apresentava idéias que fundamentariam o filme *Uma verdade inconveniente*, entre elas, a idéia de liderança necessária dos EUA perante as nações mundiais em um cenário pós-guerra fria. O choque entre a “nossa civilização” e o planeta Terra que Al Gore assinala no documentário já estava presente nesse seu livro:

Esse choque ocorre principalmente devido a três amplas mudanças em nossa relação com a terra: em primeiro lugar, a explosão demográfica hoje acrescenta à população o equivalente a uma China a cada dez anos; em segundo, a revolução científica e tecnológica aumentou nosso poder de manipular a natureza e nossa capacidade de causar um impacto sobre o mundo a nossa volta; em terceiro lugar [...] o modo de pensarmos sobre nossa relação com o meio-ambiente mudou (infelizmente, não para melhor) à medida que cedemos às fortes pressões para recusar a responsabilidade pelas consequências futuras de nossos atos atuais (AL GORE, 1993, p. xii⁴¹).

Também está presente a idéia de que a vitória da “civilização ocidental” sobre o comunismo no período da Guerra Fria “abre” um momento único na história

⁴⁰ Esses mecanismos assumem as premissas da economia de mercado e acabam por não se constituírem em respostas aos problemas do planeta. Não é meu intuito entrar nessa discussão aqui, no entanto, sugiro ao leitor a parte V do livro *A globalização da natureza e a natureza da globalização* de Porto-Gonçalves (2006), onde o geógrafo faz duras críticas à redução do meio ambiente em mercadoria negociável por uma nova faceta da economia capitalista.

⁴¹ Página XII do *Prefácio*.

mundial, onde as nações formulariam um objetivo comum, e princípios como democracia, liberdade e livre-comércio seriam fundamentais:

Esse notável triunfo tornou-se possível graças a uma decisão consciente de todos os homens e mulheres em nações do “mundo livre”, de fazer, da derrota do regime comunista, o princípio central, não só das políticas de seus governos, mas também da própria sociedade [...] a oposição ao comunismo foi o princípio subjacente à maioria das estratégias geopolíticas e sociais formuladas pelo Ocidente após a Segunda Guerra. O Plano Marshall, por exemplo, foi concebido basicamente como meio de aumentar a capacidade da Europa Ocidental de resistir ao avanço das idéias comunistas [...] A defesa norte-americana do livre-comércio, bem como a concessão de ajuda externa a nações subdesenvolvidas, em parte foram altruísticas, mas eminentemente motivadas pela luta contra o comunismo (AL GORE, 1993, p. 297).

O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 significou muitas coisas, como a queda, em 1989, do muro de Berlim que separava a Alemanha Oriental da Alemanha Ocidental e o fim da Guerra Fria. No entanto, muitos acadêmicos vencidos pela desesperança e outros tantos, arrogados de sentimento de vitória, ganharam notoriedade decretando apressadamente o fim do socialismo, a morte do marxismo, o fim do trabalho, e até mesmo, o fim da história. Não foram poucos os que verticalizaram a história da URSS e embutiram no corpo de sua experiência toda uma tradição filosófica de pensamento, para que, com seu fim, decretassem que tudo isso perecera consigo.

Quem viu no fim da – extraordinária e controversa – experiência histórica da URSS o fim do marxismo (como pensamento teórico/prático) das experiências socialistas e do comunismo (como uma possibilidade societária), através da superação do capitalismo, colocou um tijolo a mais no muro da desesperança planetária. Arrolado no filão dos que crêem na supremacia das formas capitalistas, Al Gore, entende que a “crise” ambiental contemporânea é uma espécie de *desvio* do modelo sócio-econômico cujo *dever-ser* é evoluir (na sua concepção, para melhor, claro).

Percebam nisso que o uso do termo “nossa civilização” – um importante artifício ideológico de Gore – adquire um contorno bastante “ocidental”, amalgamando-se diversos elementos de culturas e épocas distintas sob a rubrica do “Ocidente”. Esta mesma idéia aparece novamente, agora, na sequência final de

Uma verdade inconveniente onde a tônica descritiva instrui ações para mudar o cenário climático descrito ao longo do filme:

Sequência 6: O registro

Al Gore: E quanto ao resto de nós? No final, a pergunta é basicamente esta: **somos capazes de nos superarmos e superarmos o passado?** O **registro** indica que temos essa capacidade.

Estabelecemos a liberdade e a auto-determinação nos EUA e na Inglaterra e na França e depois em todo o mundo. No mesmo ano, Lincoln libertou os escravos e a Rússia seus servos; as mulheres votaram primeiro na Nova Zelândia, depois na Escandinávia e depois se espalhou; o mundo todo derrotou o fascismo na Europa e no Pacífico, simultaneamente; a força moral pela não-violência acionou uma revolução que se espalhou a outros países imagem que vai de Gandhi à Martin Luther King em Washington D.C]; o mundo apoiou a vitória de Nelson Mandela ao abolir o sistema do *apartheid*; cientistas e médicos de muitas nações trabalharam juntos para controlar doenças temíveis como a varíola e a pólio; e as duas superpotências encerraram sua corrida de armas nucleares; pisamos na Lua! Um ótimo exemplo do que é possível quando nos empenhamos; **trabalhamos juntos para derrotar o comunismo**; até já resolvemos um **crise** ambiental antes: o buraco na camada de ozônio. Diziam que era impossível resolver porque é um desafio ambiental global que requer a cooperação de todas as nações do mundo. Mas nós aceitamos (2006, 1h25min, grifo nosso).

Embora Al Gore trate de um “registro” onde elenca as “principais conquistas” da humanidade, pode-se deduzir que esses processos políticos e conquistas científicas culminaram na formação de um modelo político econômico semelhante aos dos EUA (democracia liberal e capitalismo). Parece um tanto claro que seu interesse no filme é evidenciar os EUA como portadores dessa herança de conquistas globais⁴², uma retórica universalista onde o *nós* incorpora, agora, até a Rússia.

Isso se configuraria, nas palavras de Shohat e Stam (2006), em um *eurocentrismo*, que traça para si uma trajetória linear que vai da Grécia clássica

⁴² Idéia que estava fortemente presente em seu livro *A Terra em balanço* (1993) onde propunha um *Plano Marshall Global* para o meio ambiente: “[...] A acentuada preferência da Europa do pós-guerra pela democracia e pelo capitalismo possibilitou a integração regional das economias. Hoje, o mundo inteiro também está muito mais próximo de um consenso sobre princípios básicos políticos e econômicos do que há alguns anos, e à medida que se tornar mais evidente o triunfo filosófico dos princípios ocidentais, um Plano Marshall Global se mostrará cada vez mais viável” (1993, p. 326).

(“pura”, “ocidental”, “democrática”) passando por Roma, Europa, até os Estados Unidos da América.

Essa unidade da civilização humana é ideológica, pois tenta construir um imaginário coletivo e uma identificação social ocultando os conflitos que permeiam a sociedade. As idéias dominantes não aparecem em correspondência aos indivíduos dominantes (ou nações dominantes), onde aquele que se encontra no pólo dominante se transveste de universalidade negando as particularidades diversas.

Ouso dizer que o filme *Uma verdade inconveniente* traz consigo elementos de um olhar *eurocêntrico* no tratamento da questão ambiental, que adquirem contornos de neutralidade a partir do formato documentarista e na “vontade” de produzir asserções sobre a realidade que o *público-alvo* aceite como verdadeiras. Produzindo, assim, um tipo de *filme imperial/tardio*, pois, como lembra Menezes (2001), ainda que os documentaristas afirmem que um documentário é uma visão parcial sobre um determinado assunto, o espectador nem sempre o assiste com esse mesmo pressuposto.

Se para Ramos (2008) conceitos como verdade, objetividade e realidade devem ser evitados na caracterização e valoração de um documentário, Guggenheim assegura-os, fortemente, a construção de sua narrativa fílmica. Diante de seu relato, transparece a idéia de que seu documentário é uma obra comprometida com a “verdade”, e que o “aviso global” transmitido independia de orientação política, credo, nacionalidade ou cultura para ser aceito:

Desde o início, nós sentimos que não queríamos que este filme fosse visto como ferramenta política, nem do partido democrático nem da esquerda. **Meu objetivo era que qualquer pessoa racional que estivesse aberta à verdade estivesse aberta a este filme.** Mas tinha de contar a história de um cara que concorreu à presidência e perdeu uma eleição muito polêmica e dolorosa, e a idéia do que acontece a um homem que investe tanto no caminho político, e o que fará depois da derrota (UMA VERDADE, 2006, 00h34min40seg, grifo nosso).

Sequência 7: Nomeando de verdade

Davis Guggenheim⁴³: [...] Isso veio à tona (escândalo da adulteração de um relatório científico por Philip Cooney, chefe do Conselho de Qualidade Ambiental no governo Bush, após denúncias do jornal *The New York Times*, Cooney renunciou) enquanto fazíamos o filme e houve um ponto, no meio do filme, em que eu disse: “temos de achar uma forma de pôr **‘verdade’** no título do filme”. Não tínhamos o título do filme enquanto o fazíamos. Mas cada vez mais um dos temas recorrentes era: **“há uma verdade sobre isso. E por que é tão difícil entendermos tal verdade?”** Eu dizia: “Al, por que é tão difícil? Por que é tão difícil nós entendermos? Por que se, é tão óbvio, queremos fingir que não existe?”

No fim de uma dessas entrevistas, ele disse: **“É inconveniente**. Para aqueles, entre nós, que podem dirigir todos os dias, aqueles que usam eletricidade, empresas que lucram com isso é uma verdade inconveniente”. Ele disse: **“É uma verdade inconveniente”**. E eu disse: “Esse é o título do filme” (2006, 01h17min00, grifo nosso).

O diretor Guggenheim não esconde a grande admiração por Al Gore, que, segundo ele, surgiu nos poucos meses de produção do documentário. Para o diretor, a maneira como o político estadunidense tece seu argumento acerca do aquecimento global e como é devotado a uma “missão” é impressionante:

Ele não só sabe os detalhes da ciência, como também entende, fundamentalmente a arquitetura de um argumento retórico. Isso parece muito complicado, mas a idéia de como levar a audiência que não tem focado ambiente ou aquecimento global, como construir esse argumento bem lentamente. Se for muito rápido, perde a atenção deles. Se for devagar, eles se perdem e se distraem (UMA VERDADE, 2006, 00h33min00seg aprox.).

A sua fala eminentemente política parece justificar uma *missão histórica* dos Estados Unidos da América, ou *predestinação divina*, usando o termo weberiano:

Agora **temos** que usar **nossos** processos políticos na democracia e decidirmos agir juntos para resolver esses problemas. Mas temos que ter uma perspectiva diferente sobre esse. Ele é diferente dos problemas que já **enfrentamos** [...] **nosso** único lar [...] **Acredito que isso seja uma questão moral**. É hora de **vocês** assumirem essa questão. É hora de lutarmos novamente para assegurarmos nosso futuro (UMA VERDADE, 1h27min50seg, grifo nosso).

Sendo assim, a fala política de Al Gore na narrativa fílmica repousa em conceitos um tanto quanto problemáticos como *nossa civilização* e *verdade* e está

⁴³ Esta citação e as posteriores sobre Guggenheim referem-se à versão do filme *Uma verdade inconveniente: um aviso global* comentada por seu diretor, Davis Guggenheim, disponível no DVD versão completa lançado no Brasil em 2007.

ligada diretamente a idéia de sucesso da “civilização humana” na resolução desse problema ambiental, promovendo mudanças na sociedade, mas que respeitem os marcos da economia de mercado. O discurso ideológico de Al Gore assentado nessas concepções fornece a um mundo marcado pelas assimetrias de poder uma imagem de homogeneidade no intuito de superação da *crise* ambiental. Lembrando Chaui (2007), a violência nos processos de dominação mundial é anulada como violência, neste caso, a partir da *superação*, quase evolutiva, da humanidade.

Reparem em duas coisas no trecho do filme citado acima: para o político estadunidense esse “desafio ambiental” refere-se a uma *questão moral* e há um deslocamento semântico do *nós*, *nossos* para o *vocês*. Quando Al Gore dimensiona a “crise” ambiental há uma questão moral ele está utilizando uma *retórica de retidão* para atingir os espectadores, nesse sentido, o deslocamento do *nós*, para *vocês* pode ser compreendido a partir de Hannigan (2009). As *garantias* – justificativas necessárias para conclamar os indivíduos a uma tomada de ação – na argumentação de Al Gore são realçadas neste ponto à medida que ele tacha como falsa a dicotomia entre economia e meio ambiente, tendo é claro, a matriz discursiva ancorada no capitalismo e na democracia como regimes político-econômicos hegemônicos.

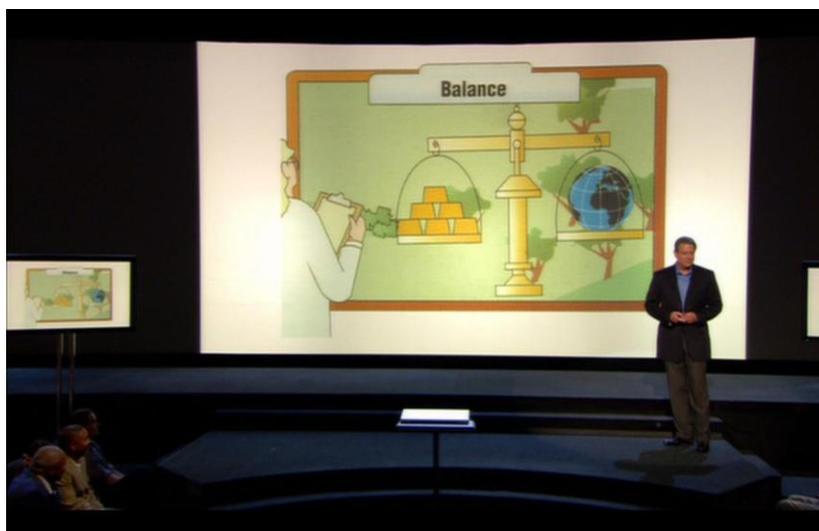
4.2.1. – Política, economia e meio ambiente

Há uma ambigüidade perceptível no dimensionamento da “crise” ambiental no filme *Uma verdade inconveniente*. Em um dado momento trata-se de uma questão moral, e em outro, trata-se de uma questão política. Acredito que essa ambigüidade está de acordo com as duas estratégias de convencimento que utiliza: a primeira é a *retórica da retidão* e a segunda, a *retórica da racionalidade*. Mais adiante demonstrarei a “face” política da “crise” ambiental em uma fala de Al Gore.

Embora, a economia em sua fala não seja qualificada – tornando-se um termo generalizado –, como indiquei ao longo do texto, Al Gore não deixa dúvidas de que quando se refere à *economia* significa *capitalismo*. Nesse sentido, o equacionamento dessa relação entre *economia* e *meio ambiente* utiliza um conceito-chave que, embora não seja explicitado, identifico como o de *desenvolvimento sustentável* do Relatório Brundtland.

Sequência 8: Economia e meio ambiente

Al Gore: A escolha é entre economia e meio ambiente? E é um grande equívoco. Muita gente diz que sim (1h17min05seg).



Acho que é uma escolha falsa por duas razões: a primeira... se não tivermos um planeta... [risos] A outra razão é que se fizermos a coisa certa vamos criar muita riqueza e muitos empregos porque fazer a coisa certa nos move para frente.

Minha hipótese é que Al Gore não explicita seus pressupostos teóricos/ambientalistas na narrativa fílmica como estratégia de convencimento. Um dos meus objetivos neste estudo era “localizar” a fala de Al Gore nas diferentes correntes de ambientalismo, para tanto, no capítulo 1, destaquei as principais correntes ambientais e esclareci, dentre elas, aonde me localizo. Dessa forma, identifiquei, em última análise, o pensamento ambiental de Al Gore nos marcos do evangelho da ecoeficiência e na correlata crença na ciência e nas novas tecnologias. No entanto, isso não significa que não há elementos de outras correntes permeando a sua fala na narrativa de *Uma verdade inconveniente* (2006), mas sim que localizo o conjunto do pensamento ambiental de Al Gore nos marcos do *evangelho da ecoeficiência*, embora existam elementos de outras vertentes ambientais em sua fala.

Na narrativa fílmica de *Uma verdade inconveniente* estão presentes elementos de duas correntes ambientais: o *evangelho da ecoeficiência* e o *culto ao silvestre*. Isso acontece porque o discurso ambiental no filme situa-se na disputa de poder na ordem ambiental global. Em outras palavras, o discurso hegemônico global

– o *outro* recorrente na fala de Al Gore – não reconhece uma crise ambiental, não reconhece o aquecimento global como fenômeno climático *real*.

Desde seu livro *A Terra em balanço* (1993), para Al Gore, a política estadunidense dominante frente ao cenário global não encara a crise ambiental como uma verdade, curiosamente, em momento algum do filme Al Gore faz menção aos oito anos de administração Clinton e sua vice-presidência. Não obstante, Al Gore lança mão de elementos das duas correntes ambientais para dar solidez ao seu discurso (o culto a natureza expresso nas imagens em sua fazenda em Carthage, nas imagens do planeta Terra como “nosso único lar”) frente ao discurso político-econômico hegemônico que nega que há uma crise ambiental. O resultado disso é que a crítica ao modelo político-econômico estadunidense não é verdadeiramente levada em conta por ele, em consequência, seu discurso ambientalista torna *invisíveis* as correntes ambientalistas que centram seu debate na crítica ao capitalismo (ecossocialismo) ou na heterogeneidade social (ecologismo dos pobres). A questão ambiental aparece em *Uma verdade inconveniente* (2006) como uma tentativa de hegemonizá-la (globalizando-a, universalizando-a) como uma dimensão para além dos conflitos sociais.

A representação do *outro* oculto – mas sempre presentificado como (cético e industrial) – é o ex-presidente George W. Bush pelo partido republicano. Porém, cabe lembrar que antes dos imbrólios com Walker Bush, Al Gore concorreu e perdeu nas eleições à presidência dos EUA para seu pai, George Bush – também do partido republicano –, e que durante os anos de sua administração divergiu, sobretudo, no posicionamento tomado pelos EUA relativas ao meio ambiente.

A Terra em balanço (1993) traz a marca do período pós-guerra fria, com o colapso de regimes do socialismo real, a queda do muro de Berlim e o fim da URSS; traz também a experiência do maior encontro de lideranças mundiais da história, ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1992 (CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) e que ficou conhecida como a *Cúpula da Terra* ou *Eco-92*.

O objetivo da CNUMAD era estabelecer acordos internacionais capazes de mediar as ações antrópicas no ambiente, abordando as mudanças climáticas globais, o acesso e a manutenção da biodiversidade como Convenções

Internacionais. Al Gore (1993) relata a extrema indisposição ao diálogo do governo norte-americano na *Eco-92* tendo o presidente George Bush à frente:

[...] Por exemplo, muito tempo antes, praticamente um em cada dois países industrializados havia declarado estar disposto a estabelecer metas obrigatórias para a redução e estabilização das emissões de dióxido de carbono (CO₂). Mas o governo Bush ameaçou arruinar toda a *Eco-92* a fim de evitar a adoção de metas e cronogramas para a redução de CO₂ – embora seus próprios estudos revelassem que poderíamos facilmente atingir a meta mais frequentemente discutida [...] apenas com medidas voluntárias, não coercitivas (1993, p. xiv).

Para Al Gore o isolamento dos EUA na *Eco-92* foi lamentável já que foi o primeiro encontro de toda a comunidade mundial após a Guerra Fria e que deveria ser construído a partir desta reunião, o que ele denominou como *Plano Marshall Global*, uma aliança entre progresso econômico e proteção ao meio-ambiente.

Os Estados Unidos tinham como aliados os países exportadores de petróleo, que não admitiam a fixação de índices de emissão de poluentes a partir de derivados de petróleo sem que se aprofundassem ainda mais os estudos. No G-7, a posição era de se estabelecer um índice para o ano 2000, tese que o presidente George Bush não considerava, tendo em vista que defendia o controle de emissão de maneira autônoma, segundo metas estabelecidas por cada signatário (RIBEIRO, 2001, p. 126).

Os participantes da CNUMAD estiveram envolvidos em muitas frentes de discussão, no entanto, não discutiram o modelo de desenvolvimento econômico gerador dos problemas ambientais contemporâneos⁴⁴ o que tornou a Conferência e algumas de suas discussões uma espécie de *letra morta*.

[No tocante a Convenção sobre Diversidade Biológica] a estratégia dos Estados Unidos torna-se explícita. Procurando demonstrar força externa para o público interno – numa conjuntura eleitoral – o presidente daquele país firmava a posição da sua hegemonia no planeta. Não assinou a convenção que o obrigaria a pagar – ainda que na forma de repasse de conhecimento científico e tecnológico pelas matrizes que utiliza, ao mesmo tempo em que procurou determinar o uso dos ambientes naturais dos países impondo a preservação – também sem remuneração. Foi derrotado, no entanto, em sua política externa. O isolamento dos Estados Unidos na CB [Convenção sobre Diversidade Biológica], que não foram acompanhados pelos demais integrantes do G-7, e a não

⁴⁴ No capítulo *o ambientalismo* de Loureiro (2006): “Assim, a Agenda 21 se acopla perfeitamente ao fluxo da história (das classes dominantes). As políticas econômicas entendidas como saudáveis são aquelas que ampliem a livre circulação de capitais, de investimentos e de comércio. Os setores sociais são chamados a intervir sempre de modo marginal, uma vez que o *núcleo duro* do sistema não é discutido: a economia e o mercado. Ver também em Moreira (2006) os diferentes significados que a questão ambiental e o desenvolvimento podem assumir para diferentes países e atores sociais, o que ele desdobra em outros estudos como as assimetrias de poder no cenário internacional.

regulamentação do uso das florestas na forma de convenção são mostras disso. Além disso, Bush perdeu a eleição para Bill Clinton, cujo vice, Al Gore, tinha uma importante base eleitoral no movimento ambientalista do país, a qual pressionou a nova administração a assinar a CB. Os Estados Unidos, embora tenham se tornado parte em 4 de junho de 1993, último dia para assiná-la na sede da ONU, – e no primeiro ano da administração Clinton – ainda não a ratificaram; passados seis de sua adesão (RIBEIRO, 2001, p. 124).

O segundo grande embate político de Al Gore é com George W. Bush, não só no que se refere às disputas eleitorais onde foi derrotado, mas, emblematicamente na postura novamente divergente dos EUA não ratificando um importante acordo global, o *Protocolo de Quioto*. À época, o presidente George W. Bush se negou a assinar o Protocolo já que, segundo ele, a meta de redução do mínimo de 5% – em relação a 1990 entre 2008 e 2012 – poderia ocasionar uma recessão econômica no país (PROTOCOLO DE QUIOTO, 2010).

Vale ressaltar, contudo, que o principal argumento de defesa de George W. Bush – colocando-o como representante dessa tomada de decisão, sem, contudo, deixar de compreender as complexidades e os múltiplos atores envolvidos nessa questão – foi pautado no questionamento científico do aquecimento global.

A cada vez que eu revia *Uma verdade inconveniente* ficava mais forte a impressão de assistir a um filme que, embora se proclamasse como *um aviso global*, dizia respeito aos embates políticos internos no EUA. Para Al Gore, a estrutura organizacional do mundo (modelos políticos e econômicos) não é questionável, – afinal, como vimos, parece fruto de um processo evolutivo – o que o preocupa é a liderança dos EUA que está ameaçada no cenário internacional, em outras palavras, a perda da hegemonia⁴⁵ estadunidense consolidada ao final da Segunda Guerra Mundial.

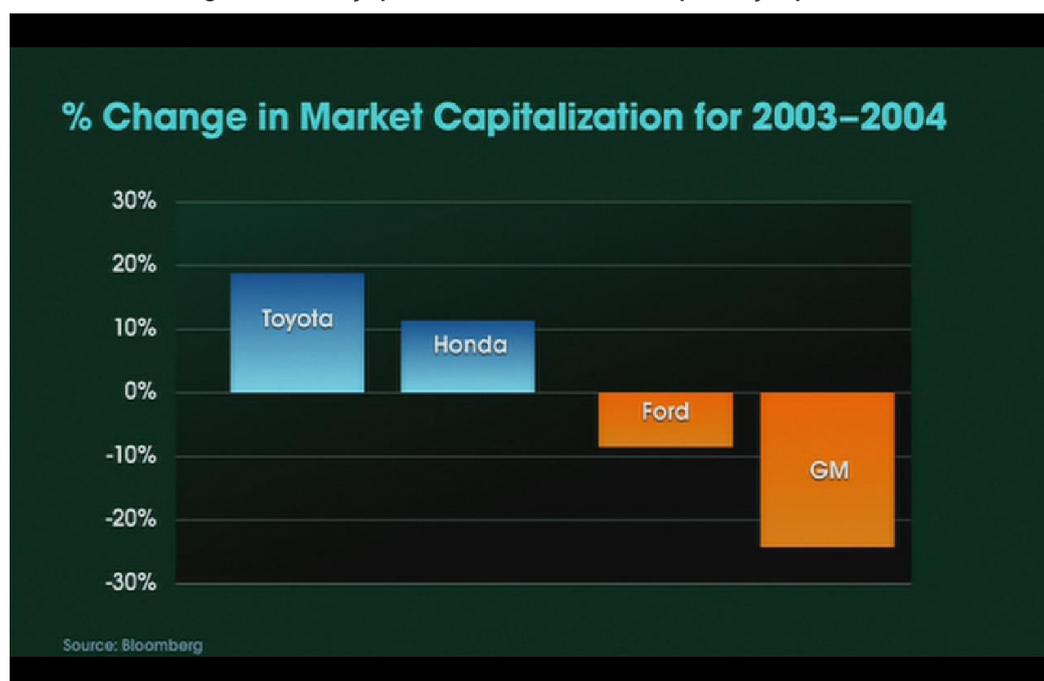
[...] **a hegemonia no plano internacional** não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que une as classes sociais de diversos países (2007, p. 118).

⁴⁵ Cox (2007) exemplifica a idéia de hegemonia aplicada à ordem mundial dividindo os últimos cento e cinquenta anos em quatro períodos distintos: 1845-1875, 1875-1945, 1945-1965 e de 1965 até o presente: “no terceiro período, na esteira da Segunda Guerra Mundial (1945-1965), os Estados Unidos fundaram uma nova ordem mundial hegemônica, semelhante, em sua estrutura básica, àquela dominada pela Grã-Bretanha em meados do século XIX, mas com instituições e doutrinas ajustadas a uma economia mundial mais complexa e a sociedades nacionais mais sensíveis às repercussões políticas das crises econômicas” (2007, p. 117).

Vale destacar que, embora eu adote aqui o termo *hegemonia* de Moreira (2007), há uma filiação dessa idéia aos delineamentos teóricos gramscianos que, embora privilegiassem a análise das relações de forças de uma determinada sociedade, – onde uma ordem hegemônica seria aquela na qual o consentimento, ao invés da coerção, caracterizaria basicamente as relações entre as classes e entre o Estado e a sociedade civil – pode ser utilizada para pensar os processos de poder globais (GILL; LAW, 2007).

Na imagem abaixo Al Gore sinaliza a flagrante desaceleração da indústria automobilística dos EUA (Ford e GM) na produção de carros com controle de emissão de poluentes quando comparados aos de outros países, em especial o Japão, com as fabricantes Toyota e Honda.

Figura 6: Mudança percentual no Mercado de Capitalização para 2003-2004



46

Discursando entusiasticamente para os espectadores, Al Gore – ao melhor estilo “*we can do it*”⁴⁷ – conclama-os tal qual um chamado de guerra: “temos tudo o que precisamos, exceto, talvez, o *desejo político*. Mas nos EUA, o desejo político é

⁴⁶ Em português: Comparação de Padrões de Economia de Combustível e Emissões de GEE ao redor do Mundo.

⁴⁷ A expressão “*we can do it*” (“nós podemos fazê-lo”) refere-se à propaganda interna norte-americana convocando as mulheres – com um forte apelo patriótico – a trabalharem nas fábricas de armamento militar no período da Segunda Guerra Mundial.

um recurso renovável. Somos capazes de fazer isso [proferido literalmente no inglês como *we can do it*]” (2006, 1h23min28seg, grifo nosso). Essa conclamação vale-se de uma *retórica da racionalidade*, calcada, aqui, em uma possível mudança de governo, via voto.

A correspondência feita pelo político norte-americano entre as empresas automobilísticas dos EUA, no caso Ford e GM, e a perda de competitividade toma a economia de mercado como um *dado*, algo que está no nível da crença. Indica uma espécie de determinação dessas empresas multinacionais com a “população” norte-americana que só procede enquanto generalidade. Como diria Albert Dunlap⁴⁸, o racionalizador da empresa moderna: “A companhia pertence às pessoas que nela investem – não aos seus empregados, fornecedores ou à localidade em que se situa” (apud BAUMAN, 1999, p. 13).

O discurso ambiental de Al Gore, analisado por esse ângulo, está circunscrito numa disputa por hegemonia política nos EUA que crê que negligenciar a dimensão ambiental nas formulações políticas e econômicas pode custar caro ao país. Isso já estava presente em suas proposições no início da década de 1990 ao perceber a iniciativa japonesa e européia no mercado de produtos e tecnologias favoráveis ao meio-ambiente, e está enfaticamente presente no filme ao relatar o “enfraquecimento” das indústrias automobilísticas norte-americanas e no fortalecimento das empresas japonesas e chinesas.

4.3. – Neomalthusianismo e a pressão sobre a Terra

Não é meu intuito conflitar cada gráfico ou dado apresentado no filme com outros que demonstrem resultados diferentes. No entanto, considero importante apresentar alguns dados acerca do crescimento populacional e de fertilidade global para discorrer sobre a perspectiva *neomalthusiana* de Al Gore e o seu fundamento ideológico.

⁴⁸ Bauman usa esse exemplo para ilustrar o papel das grandes companhias globalizadas atualmente: “O que Dunlap tinha em mente não era, naturalmente, a simples questão de “pertencer” como sendo apenas mais um nome para a questão puramente legal da propriedade, dificilmente contestada e menos ainda necessitada de reafirmação – quanto mais de uma reafirmação tão enfática. O que ele tinha em mente era, sobretudo o que o resto da frase implicava: que os empregados, os fornecedores e os porta-vozes da comunidade não têm voz nas decisões que os investidores podem tomar; e que os verdadeiros tomadores de decisão, as ‘pessoas que investem’, têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a companhia” (1999, p. 13).

Hermeticamente fechado, o argumento do crescimento populacional pode ser desmontado a partir de dois pontos nevrálgicos: a desaceleração do crescimento populacional (mesmo “aceitando” a mesma perspectiva quantitativa em que este argumento está assentado) e o questionamento do conceito população, recusando-o como termo neutro e asséptico.

Para o político norte-americano o crescimento e a expectativa de contínuo aumento populacional impõem uma grande pressão na Terra por recursos naturais e impele, por conseqüência, conflitos e degradação ambiental na busca por energia e meios de subsistência. Uma argumentação calcada nas premissas *neomalthusianas* de incongruência entre as taxas de crescimento populacional e a oferta de recursos naturais.

Desde os anos 1950 que a *questão demográfica* vem sendo apresentada como responsável ora pelos problemas sociais, ora pelos ambientais. Um verdadeiro terrorismo ideológico se formou com projeções lineares do crescimento populacional do passado que alarmavam sobre os perigos da *explosão* demográfica. Para que a expressão terrorismo ideológico não pareça uma retórica fácil característica dos tempos pós 11 de setembro de 2001, atente-se que já à época falava-se abertamente de *bomba* populacional (*Population Bomb*), de *explosão* (*Demographic explosion*) e até os bebês eram explosivos – *baby boom*. O terrorismo verbal, vê-se, vem de longa data (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 159).

Para Porto-Gonçalves (2006), o argumento da *explosão demográfica* foi feito, sobretudo, em nome da questão social – o aumento da população anularia o crescimento da economia pautado na renda *per capita* – e a partir dos anos 1970 o argumento do reverendo Thomas Malthus⁴⁹ em *An Essay on the Principle of Population* de 1798, que sinteticamente é expresso na lei de população como relação matemática entre PA (crescimento em progressão aritmética da produção de alimentos) e PG (progressão geométrica para o crescimento da população),⁵⁰ passa a ser utilizado por algumas correntes ambientalistas. Mas, o que se quer dizer com o

⁴⁹ Marx, ao tratar das diferenças entre as posturas científicas de David Ricardo e Thomas Malthus, diz assim: “Mas Malthus! Esse miserável extrai das premissas cientificamente dadas (que sempre *furta*) apenas aquelas conclusões que são “agradáveis” (de proveito) para a aristocracia, mas contrárias à burguesia, e agradáveis para ambas, mas *contrárias* ao proletariado. Por isso, não quer a *produção pela produção* [tal qual Ricardo], mas só até o ponto em que ela mantém ou infla o instituído, convém ao interesse das classes dominantes” (MARX, 1980, p. 550).

⁵⁰ Gonçalves chama atenção para essa redução simplificadora da teoria malthusiana nessa expressão.

termo “população”? Para Gonçalves (2008) o uso do conceito de *população* possui implicações práticas que não devem ser desconsideradas.

A etimologia de *população* vincula-se ao latim *populus* que significa povo e passa a ser utilizada em finais do sec. XVIII em outra acepção que pouco tem a ver com a idéia de povo. Este novo significado está relacionado ao papel do Estado-Nação moderno na unificação em seu território de povos e culturas distintas sob um só poder (GONÇALVES, 2008):

O novo conceito de população inspirava-se nas preocupações de controle, de quantidade, de medida, de informação, ou seja, tornava-se um conceito estatístico. A palavra *estatística*, por sua vez, surgida por volta de 1815, deriva do alemão *Statistik* que se relaciona a *Estado*. Obscura relação essa que envolve estatística e poder de Estado... Logo ela que se pretende a rainha da neutralidade! [...] o conceito de população foi perdendo gradualmente a sua qualidade de *povo* e se transformando num conceito genérico, matemático-estatístico. **Quer dizer, a população enquanto conceito estatístico paradoxalmente se despolutiza quanto mais faz parte da política, sobretudo do Estado** (GONÇALVES, 2008, p. 77, grifo nosso).

Para Gonçalves (2008), as teses e idéias formuladas a partir desta premissa – de população enquanto categoria asséptica, abstrata – muitas vezes descambam em conclusões apressadas de cunho *malthusiano* que versam sobre explosão demográfica, “inchaço” urbano etc.

Não por acaso, Al Gore elenca três fatores que contribuem para o que ele chama de “colisão entre a nossa civilização e a Terra”, e, o primeiro, para ele, é a “população” e sua projeção de crescimento:

Sequência 9: Os fatores para colisão entre nossa civilização e a Terra

Al Gore: Estamos testemunhando uma colisão entre **nossa civilização** e a Terra. Há três fatores causando essa colisão. **O primeiro é a população.** Quando a minha geração, a geração *baby boom* nasceu, após a 2ª Guerra a população tinha passado a marca dos 2 bilhões [gráfico com o crescimento da População através da História].

Agora estou na faixa dos 50 anos e a população já chegou a 6,2 bilhões. E se eu viver o tempo previsto para a minha geração ela vai chegar a 9 bilhões. Se são precisos 10 mil gerações para chegar a 2 bilhões e depois, no decorrer de uma vida humana ela passa de 2 bilhões para 9 bilhões está acontecendo alguma coisa profundamente diferente [gráfico].

Estamos colocando mais pressão na Terra. **Grande parte desse aumento é nas nações pobres. Isso pressiona a demanda por comida. Pressiona demanda por água. Pressiona os recursos naturais vulneráveis.** Essa pressão é um dos motivos a devastação das florestas não só a tropical, mas todas. **É uma questão política** (1h04min39seg, grifo nosso).

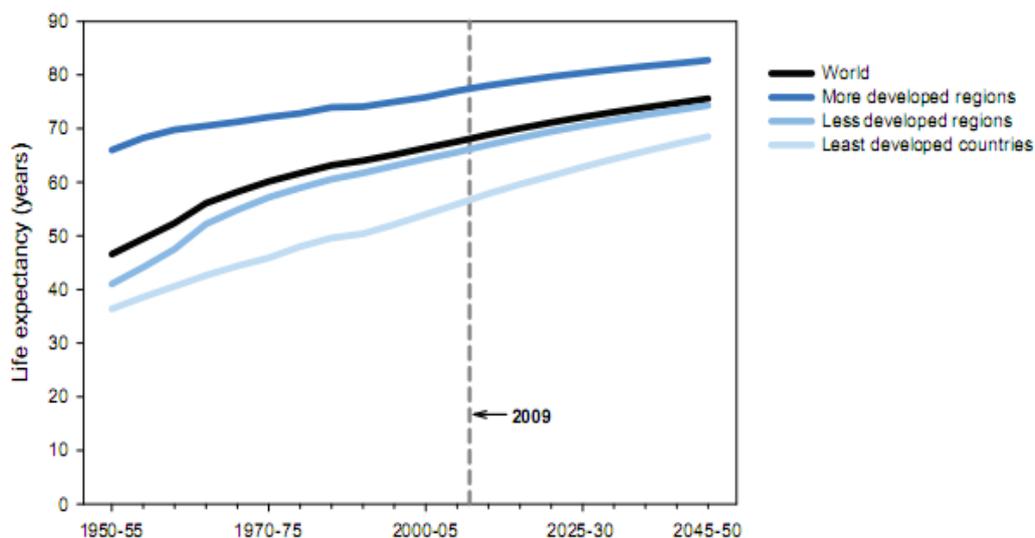
O silogismo de Al Gore soa bastante convincente, afinal, se a população aumenta, em especial nas nações pobres, – apelando a um imaginário coletivo/ideológico onde o espectador possa atestar a veracidade dessa proposição pelas imagens de países africanos, latino-americanos, que prontamente vêm à mente – aumenta-se a procura por comida, aumenta-se a demanda por água em seus mais variados usos, que, no geral, redundam no aumento da pressão por recursos naturais, uma verdadeira questão política!

Entretanto, a realidade social parece não encaixar nessa moldura pré-fabricada, pois é possível observar uma desaceleração do crescimento populacional mundial nas últimas décadas. Segundo dados da *Organização das Nações Unidas*, de 1960 a 1987 houve um crescimento populacional de cerca de 70% (de 3 para 5 bilhões em 27 anos). No ano de 1999 a população mundial atingiu a marca de 6 bilhões, em agosto de 2011 está previsto uma população mundial da ordem de 7 bilhões, em 2025 será de 8 bilhões (crescimento de cerca de 33,3% em 26 anos) e as projeções para 2045 são de 9 bilhões (crescimento de 50% em 46 anos) (UNITED NATIONS, 2008).

Essa desaceleração do crescimento populacional, até certo ponto, contribuiu para que se mantivesse o impacto sobre os recursos naturais do planeta medido pela pegada ecológica, cuja média, como vimos, permaneceu em torno de 2,85 unidades de área *per capita*. A *pegada ecológica* da população mundial passou, entre 1970 e 1996, de 11 bilhões para 16 bilhões de unidades de área *per capita*, um aumento de 45%, o mesmo que a taxa de crescimento demográfico compensou, em parte, o aumento da urbanização no mundo fenômeno que tende a aumentar a *pegada ecológica* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 162).

Se levarmos em consideração o gráfico abaixo, sobre a expectativa de vida mundial, fica claro que Al Gore toma como referência a alta expectativa de vida de sua geração norte-americana, branca e de classe economicamente favorecida, visto que a expectativa de vida das regiões mais desenvolvidas é bastante superior em relação às menos desenvolvidas, e superior ao nível mundial.

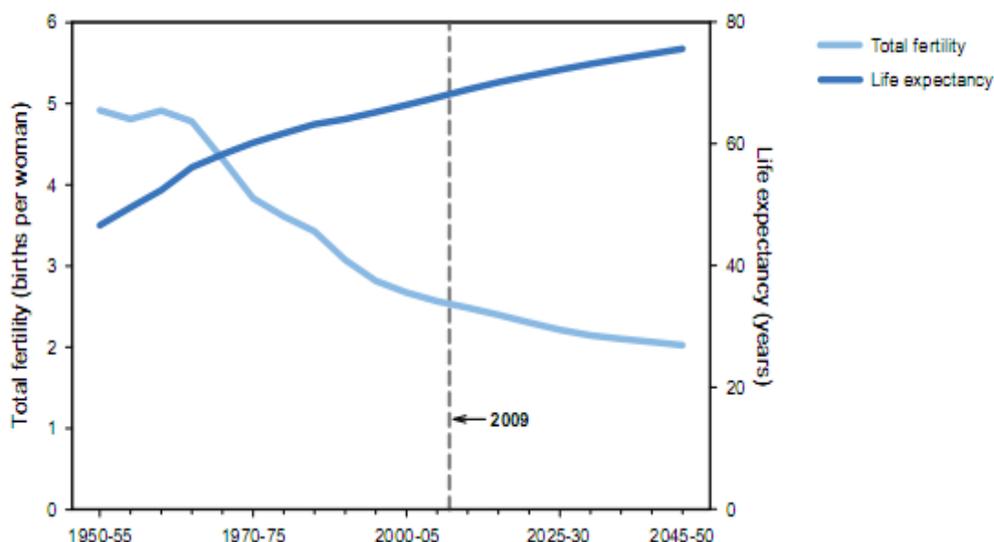
Figura 7: Expectativa de vida ao nascer: mundo e regiões desenvolvidas, 1950-2050⁵¹



Desde 1950 houve um incremento na expectativa de vida ao nascer da população mundial de 21 anos. De 46,6 anos em 1950-55 para 67,6 anos em 2005-10. Em regiões menos desenvolvidas a variação na expectativa de vida ao nascer é sempre grande. Se em alguns países em desenvolvimento como Israel, Hong Kong e Singapura a expectativa de vida ao nascer é maior do que 80 anos, em outros, como no Afeganistão e Zimbábue, não ultrapassa 45 anos (NAÇÕES UNIDAS, 2009).

⁵¹ United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Ageing 2009**. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/>. A linha na cor preta indica a expectativa de vida mundial ao nascer, a de cor azul mais intenso representa a expectativa nas regiões mais desenvolvidas, a azul clara representa a expectativa de vida nas regiões menos desenvolvidas e a linha azul mais clara representa a expectativa de vida nos países menos desenvolvidos ou mais atrasados.

Figura 8: Taxa total de fertilidade e expectativa de vida ao nascer: 1950-2050⁵²



As assimetrias geopolíticas compõem um cenário fracionado, onde regiões menos desenvolvidas possuem – em regra geral – um papel pouco significativo em termos de impacto sobre o meio ambiente:

A *pegada ecológica* de um estadunidense médio é 12 vezes maior que a de um africano; seis vezes maior que a de um asiático e duas vezes maior do que a de um bebê europeu norte-occidental. Com toda certeza o impacto de um bebê nascido nos EUA, ou que mantenha um padrão de vida americanizado, é muito maior do que a maior parte da população asiática, africana e latino-americana (PORTO-GONÇALVES, 2006, 163).

Diante disso, Porto-Gonçalves (2006) afirma – como Al Gore – que a questão política está no centro do desafio ambiental e o não enfrentamento da “raiz política” pode ocasionar uma situação onde não haja vencedores. Contudo, para o geógrafo, as quedas no crescimento vegetativo mundial e o decréscimo nas taxas de fertilidade fazem crer que a preocupação com a *explosão demográfica* só se justifica como *ideologia*:

Tudo parece indicar que na expressão *controle da população*, a palavra chave é *controle* e não *população*, porque não é a população que, em seu número, está colocando em risco o planeta e a humanidade. Assim, controlar o seu número é uma estratégia de controlar a população no sentido político do termo, o que permanece

⁵² Idem. A linha na cor azul clara representa a fertilidade total e a azul escura representa a expectativa de vida.

oculto quando invocado para a questão demográfica o raciocínio matemático de cientificidade duvidosa, de progressão geométrica, para o aumento da população, e progressão aritmética, para o aumento da produção de recursos. Aqui estamos diante de uma técnica da política (Maquiavel) com a apropriação de um raciocínio científico, válido para a questão implicada. Afinal, o planeta sofre muito mais quando nasce um bebê nos Estados Unidos, ou quando nasce um filho de rico nos países pobres, do que quando nasce um paquistanês, um tanzaniano, um etíope ou um chinês (que não seja filho dos ricos desse país pobres, sublinhe-se) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

A “população” como um “problema” também estava presente no Relatório Brundtland (CMMAD, 1991) ao abordar os temas de crescimento populacional e segurança alimentar:

O problema não está apenas no número de pessoas, mas na relação entre esse número e os recursos disponíveis. Assim, o “problema populacional” tem de ser solucionado por meios de esforços para eliminar a pobreza generalizada, a fim de garantir um acesso mais justo aos recursos e, por meio da educação, a fim de aprimorar o potencial humano para administrar esses recursos (CMMAD, 1991, p. 12-13).

A pressão populacional já está forçando os agricultores tradicionais a trabalharem mais, quase sempre em fazendas cada vez menores situadas em terras marginais, apenas para manter a renda familiar. Na África e na Ásia, a população rural praticamente dobrou entre 1950 e 1985, com um correspondente declínio da disponibilidade de terra. O rápido aumento populacional também cria problemas urbanos de cunho econômico e social que ameaçam tornar as cidades impossíveis de administrar (CMMAD, 1991, p. 105).

A correlação feita pelo *Relatório Brundtland* entre o aumento populacional, a crescente pressão por demandas de alimento, recursos naturais e de degradação ambiental, não é acompanhada por um aprofundamento crítico das causas, embora afirme: “a segurança alimentar exige que se atente para questões de distribuição, pois a fome quase sempre advém da falta de poder aquisitivo e não da falta de alimentos” (CMMAD, 1991, p. 14).

A ausência de um aprofundamento crítico que atribuo ao *Relatório* torna possível a presença, no texto, de um quadro – a título de exemplo – sobre o *equilíbrio entre alimento e população* realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization* – FAO) e o *Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados* que aborda as

perspectivas de carências de alimentos e nutrientes a partir da disponibilidade de terras e do seu “potencial produtivo” sem mencionar a apropriação privada de terras.

As questões contemporâneas da ecologia e do meio ambiente estariam associadas a um novo paradigma técnico e a uma nova ordem competitiva ainda não claramente explicitada nas esferas produtivas. As expectativas frente ao futuro, postas pela ciência dos ecossistemas, pela biotecnologia e pelos movimentos ambientalistas tendem a levar à revalorização da natureza e dos direitos de propriedade a ela associada. Pode colocar novos limites ao uso privado da natureza (MOREIRA, 2007, p. 180-181).

Reitero, portanto, que a formulação *neomalthusiana* de Al Gore no filme *Uma verdade inconveniente* (2006) não põe em questionamento as divergências entre decréscimo das taxas percentuais de crescimento populacional e o crescimento da pressão por recursos naturais advindos de países e indivíduos ricos. Por conseguinte, em última instância, aceita implicitamente a propriedade privada da ordem capitalista como fundamento jurídico, político e econômico da ordem (ambiental) mundial ao não refletir sobre a relação dos homens na natureza mediada por formas jurídicas a chancelarem práticas mercantis, limitando-se a evocar a incapacidade do planeta em suportar mais humanos, partindo de uma gama de verdades apriorísticas acerca de padrão de vida e de necessidades.

4.4. – Evangelho da ecoeficiência e adestramento ambiental

Conforme esquematizei no *Quadro 2* do primeiro capítulo, o evangelho da ecoeficiência é uma corrente ambiental caracterizada por uma preocupação com a economia na sua totalidade e seus conceitos-chave são o *desenvolvimento sustentável* e a *modernização ecológica*⁵³. Segundo Alier (2009), os representantes dessa corrente utilizam freqüentemente a palavra “natureza”, no entanto, falam mais precisamente de “recursos naturais”, ou, ainda, “capital natural” e “serviços ambientais”.

Esta corrente está inscrita no que Santos (2001) denominou como *racionalidade cognitivo-instrumental* (ciência) do pilar emancipatório da modernidade, exposto no segundo capítulo. Para o sociólogo português, o projeto sócio-cultural da modernidade se erigiu a partir de dois pilares: *regulação* e

⁵³ Para Alier, *desenvolvimento sustentável* e *modernização ecológica* são “irmãos gêmeos”, sendo o primeiro, uma espécie de reencarnação da ecoeficiência proposta por Pinchot (2009, p. 32).

emancipação; o primeiro pilar é composto por três *princípios* e o segundo por três tipos de *racionalidade*. No terceiro período analisado por Santos (2001) – que se inicia nos anos de 1960 – a expansão da *racionalidade cognitivo-instrumental* no pilar da *emancipação* é intensificada e estabelece-se uma forte relação de co-determinação com o princípio do *mercado* residente no pilar da *regulação*.

As características do projeto sócio-cultural da modernidade e o papel do paradigma científico-tecnológico foram anteriormente abordados. Portanto, a partir daqui, me concentrarei nos desdobramentos da ciência moderna na conformação de uma compreensão tecnicista e compartimentada da questão ambiental dando ênfase aos processos de educação e adestramento ambiental.

Moreira (2007) expressa o dualismo cartesiano como legitimador da separação entre homem e natureza:

O dualismo separa o corpo e mente, natureza e sociedade e dá precedência explicativa em seus processos de síntese ao corpo e à natureza. Tal principalidade explicativa das causalidades dos fenômenos observados funda e legitima o positivismo e o essencialismo. No que nos interessa, em termos culturais esta ciência legitima a concepção de ser humano separado da natureza. Esse proceder legitima o conhecimento científico e a razão cartesiana, como procedimentos culturalmente superiores no estabelecimento da verdade, na compreensão da realidade e na orientação da ação humana [...] Nestas sociedades [técnico-burocráticas], a ciência e técnica são consideradas como força produtiva, bem como a institucionalização da ciência e da técnica é politicamente conformada, como demonstram as configurações das políticas científicas e tecnológica (2007, p. 306).

Considerando isso, para Moreira (2007) a institucionalização da ciência e da técnica – tendo em vista os processos econômicos – significa investimentos sociais de caráter público ou privado, em educação e pesquisa, conformando, assim, a expressão dos interesses hegemônicos nas políticas educacionais, científicas e tecnológicas. Nesse sentido, trata-se do problema da apropriação do conhecimento socialmente produzido⁵⁴. Para Moreira (2007), a ruptura epistemológica necessária impõe conceber a complexa unidade sujeito-objeto, ser humano-natureza, o que significaria reconhecer que a natureza é elemento fundamental na identidade do ser humano. Consideração esta que já estava presente nos pensadores comunistas Marx e Engels:

⁵⁴ Para entender melhor essa questão sugiro o texto *Renda da Natureza e territorialização do capital* no livro referenciado Terra, poder e território (Moreira, 2007).

Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas [do domínio humano] sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas, em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras consequências [...] E assim, somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente (ENGELS, 2000, p.223-224).

Não obstante, Moreira (2007) ressalta que a cultura científica é a matriz hegemônica na construção social da realidade e se postula como neutra, crítica e superior. Há, portanto, uma valorização do saber científico como fundamento da técnica e na formulação ideológica de que o conhecimento científico atenderia aos interesses da sociedade, esta, por sua vez, concebida como um ente abstrato, sem hierarquias e estruturas de poder. Nesse cenário, a ciência adotaria uma postura de indiferença frente às disputas de interesses e as assimetrias de poderes naquela sociedade.

Para Paula Brügger (2004) a institucionalização da ciência e da técnica sobre os pressupostos filosóficos da modernidade fragmentou o saber em nossa sociedade, empobrecendo, assim, o diálogo entre as Ciências Humanas e Ciências Naturais e Exatas. Contudo, diante da questão ambiental essa fragmentação deve ser superada dando lugar a concepções interdisciplinares⁵⁵ de produção de conhecimento.

⁵⁵ Leff (2002) traz grandes contribuições para o debate acerca de novas epistemologias ao sinalizar para as duas formas emergentes a partir da década de 70 na epistemologia e metodologia das ciências: a *interdisciplinaridade* e a *transdisciplinaridade*. Segundo ele, a primeira "[...] surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos, mas constitui um dos efeitos ideológicos mais importantes sobre o atual desenvolvimento das ciências, justamente por apresentar-se como o fundamento de uma articulação teórica" (p. 36). Já a *transdisciplinaridade* seria "[...] a aplicação de metodologias de uma ciência em outro campo científico, a formalização matemática das ciências naturais e sociais, ou o transplante de conceitos e teorias próprias de um objeto científico a outro" (p. 37). O problema dessa articulação das ciências, para ele, é a diversidade da matéria que só pode ser apreendida pela diversidade dos conceitos dos corpos teóricos utilizados; o concreto só pode ser analisado a partir da especificidade de cada uma dessas ciências.

Preocupada com os processos educacionais relativos às questões ambientais, Brügger (2004) primeiramente questiona o uso do adjetivo “ambiental” qualificando o termo “educação”:

Uma questão preliminar que não pode passar despercebida é que o resgate de uma perspectiva “ambiental” ou a introdução do adjetivo “ambiental” pressupõem a aceitação de que a educação não tem sido ambiental ou, em outras palavras, **existe uma educação não ambiental que é a tradicional.** (BRÜGGER, 2004, p. 33, grifo nosso).

Assistimos, contemporaneamente, ao surgimento de uma vertente de educação *conservacionista* que, diferente de uma “educação ambiental”, valoriza os conteúdos que conduzem os indivíduos ao uso racional dos recursos naturais e a manutenção da produtividade dos ecossistemas naturais a um nível “recomendável”. As práticas educativas ambientais em nossa sociedade configuram-se, em grande parte, como *adestramentos* que transformam *temas geradores* (FREIRE, 1992) em instruções de caráter essencialmente técnico, que nada mais fazem a não ser formatar indivíduos, adequando-os a uma dada realidade. Em contrapartida, a educação para o meio ambiente valorizaria, entre outras coisas, uma profunda mudança de valores sociais dentro de uma nova visão de mundo (BRÜGGER, 2004).

A educação-adestramento adéqua os indivíduos ao sistema social vigente de maneira perversa: ocultando os processos que fomentam os problemas ambientais e instruindo-os a adotarem medidas de ordem técnica para resolução desses problemas, perpetuando assim, a estrutura social injusta.

É indiscutível, portanto, que ao criar novas e insólitas concepções de mundo, a técnica muda tanto a natureza externa quanto a natureza interna dos seres humanos. E o meio ambiente, que é sinteticamente o resultado das relações sociedade-natureza, pode ser modificado na sua totalidade. Uma conclusão inevitável de toda essa discussão é que soluções tecnológicas são muito mais frequentemente *ideológicas* do que *lógicas* (BRÜGGER, 2004, p. 52).

Em oposição a esta educação está o que Loureiro (2006b) denomina por *Educação ambiental transformadora*, uma modalidade pedagógica voltada para a emancipação, onde a dialética entre forma e conteúdo se realiza promovendo mudanças de ordem individual e coletiva, local e global, estrutural e conjuntural, econômica e cultural.

Ao falar em *Educação ambiental transformadora* Loureiro (2006b) afirma a educação como uma práxis social, capaz de contribuir para o processo de construção de uma sociedade assentada em novos valores civilizacionais e sociais, diferentes dos atuais. Para o autor, essa educação utiliza-se do princípio de incerteza racional, partindo também de uma racionalidade “aberta” que se opõe à racionalização fechada do mundo.

A Educação Ambiental emancipatória e transformadora parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que descolam o comportamental do histórico-cultural e do modo como a sociedade está estruturada (LOUREIRO, 2006b, p.94).

Quero dar sequência ao ponto na narrativa fílmica em que Al Gore fala das atitudes individuais necessárias para diminuir as emissões de carbonos para a atmosfera, pois interpreto esta passagem como bastante representativa do que denomino como matriz discursiva científico-tecnológica, já que, ao final do filme, Al Gore enuncia diversas atitudes que podem ser tomadas para resolver a crise ambiental contemporânea. Essas instruções podem ser entendidas como as *conclusões* na apresentação do problema ambiental, delineadas por Hannigan (2009), explicando de forma detalhada as ações necessárias para erradicar um dado problema social. Não obstante, essas atitudes descritas abaixo fazem partes da concepção ambientalista de Al Gore, a saber, o *evangelho da ecoeficiência*.

Sequência 10: As atitudes

Al Gore: Está pronto para mudar o modo como você vive? A **crise climática** pode ser resolvida [...].

Você pode reduzir suas emissões de carbono. Na verdade, você pode reduzir suas emissões de carbono a zero;

- Compre aparelhos eficientes;
- Ajuste o termostato e poupe energia com aquecimento e refrigeração;
- Climatize sua casa, utilize isolamento térmico, avalie;
- Recicle;
- Se puder, compre um carro híbrido;
- Sempre que puder, use transporte público;
- Peça que seus pais não destruam o mundo em que você vai viver. Se for pai, junte-se

aos seus filhos para salvar o mundo em que viverão;

- Passe a usar fontes de energia renovável;
- Veja se a sua companhia elétrica oferece “energia verde”. Se não oferecem, pergunte por quê;
- Elejam líderes que prometam resolver esta crise;
- Escreva ao Congresso. Se não ouvirem, concorra ao Congresso;
- Plante árvores, muitas árvores;
- Faça palestras na sua comunidade;
- Ligue para as rádios e escreva para os jornais;
- Insista para os EUA restringirem as emissões de CO2 e una-se à luta internacional para parar com o aquecimento global;
- Reduza a dependência de petróleo estrangeiro, incentive lavouras que produzam álcool;
- Aumente o controle de economia de combustível;
- Exija baixas emissões de automóveis;
- Se você acredita em oração reze para as pessoas encontrarem forças para mudar. Como diz o provérbio africano: “E enquanto reza vá fazendo”;
- Encoraje todos que conhece a verem este filme;
- Aprenda o máximo que puder sobre a crise climática e depois ponha o seu conhecimento em prática; (2006, 01h26min)

Conforme Brügger (2004) e Loureiro (2006b) salientam, a educação ambiental surge a partir de uma dada concepção de ambientalismo, que por sua vez aponta e compreende os conflitos e questões ambientais a partir de um quadro teórico e ideológico próprios. Sendo assim, o processo de *adestramento ambiental* contemporâneo diz respeito à vertente atualmente hegemônica – dentro do ambientalismo – que é o *evangelho da ecoeficiência*. Em outras palavras, o *adestramento ambiental* operacionaliza na esfera dos processos educacionais as diretrizes teóricas do evangelho da ecoeficiência, que são o tratamento da questão ambiental sob a ótica da técnica, o culto à ciência e o apreço pelas soluções técnicas diante dos problemas ambientais.

Embora Al Gore apresente o problema ambiental (o aquecimento global), na narrativa fílmica, adotando um tom didático na construção de seu argumento, as atitudes que elenca como necessárias a serem tomadas para que os indivíduos reduzam suas emissões de carbono a zero são de caráter adestrador. Em verdade,

o conjunto de atitudes “ambientais” que Al Gore apresenta ao final do filme referenda a perspectiva instrumentalizada que o político norte-americano utiliza.

Classifico – como toda classificação, essa também é um tanto arbitraria – essas atitudes em quatro tipos, a partir dos conteúdos que evocam: *consumo consciente*, *eficiência*, *ação política* e *moral-religião*. Por sua vez é possível ligá-las às estratégias retóricas de *retidão* e de *racionalidade* usada pelo político norte-americano, sem, contudo, encapsulá-las dentro de uma ação retórica, pois creio que há uma relação desses tipos em uma mesma retórica. Por exemplo, o consumo consciente não se inscreve somente numa concepção de racionalidade, mas também em uma retórica da retidão, como um apelo moral que cale fundo ao indivíduo.

No primeiro tipo, inscrito na retórica de racionalidade, está o consumo consciente, um apelo para o papel decisório dos indivíduos através do consumo: (se puder, compre um carro híbrido; passe a usar fontes de energia renovável; veja se a sua companhia elétrica oferece “energia verde”. Se não oferecem, pergunte por quê;).

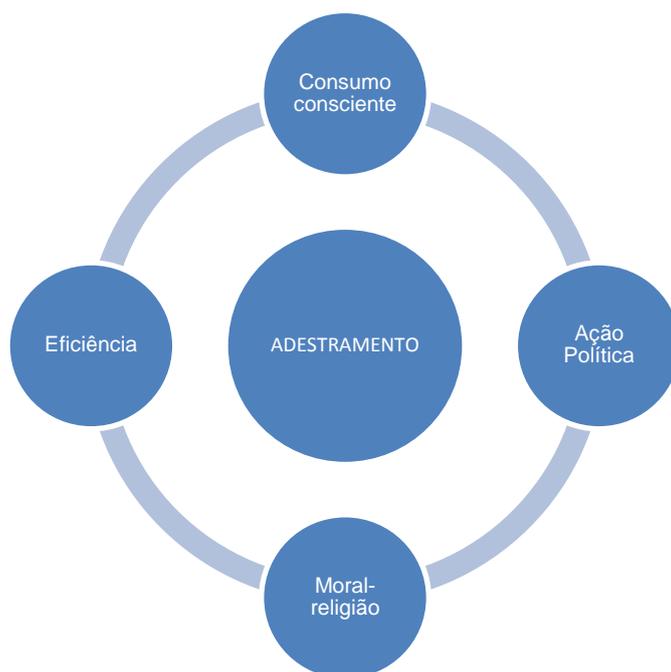
No segundo tipo, também inscrito na retórica de racionalidade, há um apelo por busca de eficiência, escolha de mercadorias e bens mais eficientes em termos de consumo energético (compre aparelhos eficientes; ajuste o termostato e poupe energia com aquecimento e refrigeração; climatize sua casa, utilize isolamento térmico, avalie; se puder, compre um carro híbrido; exija baixas emissões de automóveis;)

No terceiro tipo, inscrito na retórica da racionalidade é dada uma ênfase em ações/participações políticas dos indivíduos (elejam líderes que prometam resolver esta crise; escreva ao Congresso. Se não ouvirem, concorra ao Congresso; faça palestras na sua comunidade; ligue para as rádios e escreva para os jornais; insista para os EUA restringirem as emissões de CO2 e una-se à luta internacional para parar com o aquecimento global; reduza a dependência de petróleo estrangeiro, incentive lavouras que produzam álcool; aumente o controle de economia de combustível; encoraje todos que conhece a verem este filme; aprenda o máximo que puder sobre a crise climática e depois ponha o seu conhecimento em prática;)

No quarto tipo, inscrita na retórica da retidão, moral-religião, evidencia-se condutas de cunho moral e religioso para mitigar as emissões de carbono (recicle;

sempre que puder, use transporte público; peça que seus pais não destruam o mundo em que você vai viver. Se for pai, junte-se aos seus filhos para salvar o mundo em que viverão; plante árvores, muitas árvores; se você acredita em oração reze para as pessoas encontrarem forças para mudar. Como diz o provérbio africano: “E enquanto reza vá fazendo”);

Figura 9: Adestramento Ambiental



Algumas dessas medidas merecem considerações, como é o caso dos apelos para a reciclagem e compra de aparelhos eficientes. Para Brügger (2004), a reciclagem é um exemplo controvertido da atitude conservacionista contemporânea onde muitas vezes se escondem motivações essencialmente monetárias sob a fachada de “preservação do meio ambiente”:

De acordo com a “pedagogia dos 3Rs” que estabelece a hierarquia “Reduzir, Reutilizar e Reciclar”, a reciclagem de qualquer material torna-se uma medida correta e efetiva somente quando associada a medidas de redução e reutilização, nessa ordem de prioridade (BRÜGGER, 2004, p. 99).

Seguir essa hierarquia dos 3Rs costuma ocasionar/induzir prejuízos econômicos, já que a redução e reutilização funcionam como freios no processo produtivo. Por isso a reciclagem é uma bandeira muito forte no setor empresarial,

pois a implementação dos outros dois “Rs” pode ser economicamente danosa, dentro da lógica do capitalismo. Há de se ressaltar ainda os aspectos éticos e pedagógicos subjacentes à reciclagem que são a criação de uma mentalidade do “excesso”: já que tudo – em tese – pode ser reciclado, não há necessidade de se reduzir o consumo nem reutilizar os produtos (BRÜGGER, 2004, p. 99).

Fazer um apelo para compra de aparelhos mais eficientes⁵⁶, por si só, pouco significa. É como discutir a substituição de gasolina por álcool como combustível sem, no entanto, levar em consideração o combustível de origem não-renovável utilizado em seu processo produtivo, ou o papel do carro na sociedade contemporânea.

Reitero: o *adestramento ambiental* operacionaliza na esfera dos processos educacionais as diretrizes teóricas (porque não, ideológicas?!) do evangelho da ecoeficiência. Decorre daí uma compreensão enviesada da relação entre sociedade e natureza que concebe as mudanças climáticas e degradações ambientais como fenômenos passíveis de serem solucionados através de medidas técnicas. Sendo assim, ousar dizer que os processos educativos que adotam a perspectiva teórica do filme *Uma verdade inconveniente*, sem estabelecer um esforço crítico, configuram-se em *adestramento ambiental*.

⁵⁶ Encarando a “eficiência” como desempenho energético, baixo consumo e alta durabilidade, conforme o American Council for an Energy-Efficient Economy (ACEEE). Disponível em: <http://www.aceee.org/>. Acesso em: 04 mar 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a este ponto deduz, em tese, que muito já foi dito e demonstrado ao longo dessa dissertação sobre os significados da questão ambiental no filme *Uma verdade inconveniente*. De fato, fica sempre a sensação de que há ainda muito a ser dito, e que cada tópico poderia ser mais – e melhor – desdobrado em idéias e conexões com outros textos e autores. Apesar disso, espero conseguir unir os fios argumentativos expostos até aqui, apresentando uma síntese coerente e clara neste último capítulo.

Ancorado em três matrizes discursivas – *capitalismo*, *neomalthusianismo* e *evangelho da ecoeficiência* – Al Gore fornece as *conclusões* (HANNIGAN, 2009) para a ação necessária contra as mudanças climáticas. Em outras palavras, a partir da perspectiva do evangelho da ecoeficiência e do *neomalthusianismo* inseridos no sistema econômico capitalista (livre mercado) ele explica detalhadamente para os espectadores as ações que devem ser tomadas utilizando duas formas de retóricas: da *retidão* (questão moral) e da *racionalidade* (questão política).

Pautado em análises de diversos problemas ambientais, Hannigan (2009) desenvolveu um quadro teórico com elementos comuns na construção “bem-sucedida” de um problema ambiental que gostaria de utilizar para analisar a construção da questão ambiental filme *Uma verdade inconveniente*.

Quadro 3: Fatores necessários para a construção bem-sucedida de um problema ambiental

1. Autoridade científica para a validação dos argumentos.
2. A existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência.
3. Atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante.
4. Dramatização do problema em termos simbólicos e visuais.
5. Incentivos econômicos para uma ação positiva.
6. Recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade.

Fonte: Quadro elaborado por Hannigan (2009, p. 119).

Em primeiro lugar, para ele, um problema ambiental tem que ter autoridade científica para a validação dos seus argumentos:

A ciência pode bem ser um “amigo não confiável” para o movimento ambiental como Yearley (1992) sugeriu, mas, apesar disto, é quase impossível uma condição ambiental ser transformada com sucesso em um problema, sem uma confirmação do corpo de dados, que vem das ciências físicas e biológicas (HANNIGAN, 2009, p. 117).

Al Gore constrói um encadeamento argumentativo centrado na irrefutabilidade do *aquecimento global* como um fato concreto, comprovado cientificamente. Lançando mão de uma série de dados sobre mudanças climáticas para demonstrar isso.

Em segundo lugar, para Hannigan (2009), é de extrema importância ter os chamados “popularizadores” científicos capazes de “decodificarem” para a população os argumentos científicos:

[...] é crucial ter um ou mais “popularizadores” científicos que podem transformar o que teria, de outra forma, continuado a ser uma fascinante, mas esotérica, pesquisa dentro de um argumento ambiental pró-ativo [...] Seja qual for o histórico deles, estes popularizadores assumem o papel de empreendedores, reestruturando e reformulando os argumentos para seduzir os editores, jornalistas, líderes políticos e outros formadores de opinião (HANNIGAN, 2009, p. 117).

Nesse caso, o político norte-americano assume este papel devido a sua trajetória política alinhada ao ambientalismo, por ser um excelente orador – lembrando que trabalhou como jornalista e defendeu uma tese em Harvard intitulada *O impacto da televisão sobre a conduta da Presidência 1947-1969* – e um homem conhecedor dos processos de comunicação e atento ao poder das diferentes mídias⁵⁷; Al Gore é diretor da *Current TV*, uma rede independente de televisão a cabo e satélite, que se dedica, entre outras coisas, a documentários voltados para o público jovem.

Em terceiro lugar, um problema ambiental deve receber a atenção da mídia, estruturando seu argumento como “real” e importante, como é o caso da redução da camada de ozônio e a perda da biodiversidade. Alguns problemas ambientais muitas vezes não conseguem inserção nas agendas públicas porque não são considerados válidos como notícias (HANNIGAN, 2009). Levando em conta esse “quesito” o tema

⁵⁷ Al Gore é, ainda, membro do Conselho Diretor da Apple Computer Inc. e consultor sênior da Google Inc..

do *aquecimento global* ganhou mais relevo internacionalmente a partir da circulação do filme *Uma verdade inconveniente* no ano de 2006, sendo inclusive o filme documentário mais visto na história do cinema, ultrapassando a marca de 20 milhões de espectadores ainda em julho daquele ano (IMDB, 2009).

A principal tarefa de seu documentário, de acordo com Guggenheim, era dar visibilidade à visão de Al Gore acerca do aquecimento global: [...] os fundamentos básicos e a essência do aquecimento global e como esse argumento foi montado cuidadosamente é algo em que ele [Al Gore] trabalhou por 30 anos e estávamos a serviço de torná-lo visível e evidente (UMA VERDADE, 2006, 00h07min).

Em quarto lugar, um problema ambiental em potencial tem que ser dramatizado simbólico e visualmente:

A redução do ozônio não foi um candidato à ampla preocupação do público até que o declínio da concentração fosse graficamente retratado como um buraco sobre a Antártica. As práticas descuidadas da maioria das companhias florestais se tornaram um problema de ultraje internacional quando o Greenpeace e outros grupos ambientais começaram a exibir fotografias dramáticas dos “desmatamentos” na Ilha de Vancouver enquanto rotulavam a área de o “Brasil do Norte”. Tais imagens provocam uma espécie de atalho cognitivo, transformando um argumento complexo em um que é facilmente compreensível e eticamente estimulante (HANNIGAN, 2009, p. 118).

No documentário *Uma verdade inconveniente* as consequências das mudanças climáticas e as previsões para o futuro se o cenário mundial não mudar são apresentadas ao espectador de forma dramática e alarmante, como é o caso da simulação da inundação nas “principais” cidades litorâneas do mundo caso a Groelândia degelasse, revelando os *perigos* das alterações climáticas.

Em quinto lugar, deve haver incentivos econômicos visíveis para se ter ações num problema ambiental. Hannigan (2009) ressalta que as ações para deter a perda de biodiversidade foram alavancadas pelo argumento de que as florestas tropicais contêm uma riqueza farmacológica que desconhecemos e que desapareceria definitivamente se não fizéssemos algo. No filme, essa idéia é expressa de forma bastante contundente na apresentação da *falsa dicotomia* entre economia e meio ambiente, nas palavras de Al Gore, “se fizermos a coisa certa, geraremos riqueza e preservaremos o meio ambiente”.

E por último, Hannigan (2009) ressalta a importância de um “patrocinador institucional” que assegure legitimidade e continuidade para a prospecção de um problema ambiental.

Julgo que esse papel foi cumprido pela Fundação Nobel ao outorgar o Prêmio Nobel da Paz no ano de 2007 para Al Gore e o IPCC “por seus esforços para construir e disseminar um conhecimento maior sobre as mudanças climáticas causadas pela ação humana” (NOBEL PRIZE, 2009), revestindo suas práticas de uma legitimidade que antes não tinham:

By awarding the Nobel Peace Prize for 2007 to the IPCC and Al Gore, the Norwegian Nobel Committee is seeking to contribute to a sharper focus on the processes and decisions that appear to be necessary to protect the world’s future climate, and thereby to reduce the threat to the security of mankind. Action is necessary now, before climate change moves beyond man’s control⁵⁸ (NOBEL PRIZE, 2011).

Fica a idéia de que se trata de uma questão tão grande que faz as diferenças sumirem ou, quando não, serem olvidadas em nome de algo superior (universal). Afinal, as retóricas de paz – muitas delas chanceladas com a outorga anual de um Prêmio Nobel da Paz – provindas dos dominantes não se situam como acima de quaisquer discórdias?

Ao longo do filme, Al Gore faz um apelo moral aos espectadores, afirmando em um momento, por exemplo, que enfrentar a crise climática global é uma *questão moral*. Para tanto, incorpora à trajetória dos EUA um passado de “conquistas” históricas mundiais que culmina na concepção de um *dever ser* norte-americano no planeta Terra por seu modelo social, político e econômico bem-acabado.

Sustento que a *verdade inconveniente* que Al Gore profere ao mundo⁵⁹ não ultrapassa os marcos convenientes da hegemonia do capitalismo, mas antes, cumpre um importante papel na ordem ambiental internacional capitalista; essa *verdade inconveniente* possui um poderoso papel ideológico: obscurecer as assimetrias de poder dentro do regime mundial capitalista e seu processo de mercantilização da natureza.

⁵⁸ “Ao conferir o Prêmio Nobel da Paz de 2007, para o IPCC e Al Gore, o Comitê Norueguês Nobel procura contribuir para uma maior atenção sobre os processos e decisões que parecem ser necessários para proteger o clima futuro do mundo e, assim, para reduzir a ameaça à segurança da humanidade. É necessário agir agora, antes que as mudanças climáticas saiam do controle do homem” (tradução minha)

⁵⁹ Encarando a circulação internacional do filme como um “aviso global”.

Traz consigo elementos ideológicos muito fortes que condicionam a *crise* ambiental – também ideológica – à uma mudança de valores (da forma mais genérica e abstrata possível) sem propor uma crítica *radical* ao capitalismo.

Dizer que o homem destrói a natureza pouco significa quando se quer compreender as causas da relação de enfrentamento entre sociedade e natureza. No entanto, na batalha das idéias e visões de mundos distintas, significa muito não dizer *quem é* o homem que está destruindo a natureza. Significa a manutenção da ordem socioeconômica global através do não questionamento das clivagens das sociedades em classes, gêneros, sexualidade e distintos interesses.

É insuficiente, pra não dizer falacioso, colocar a pobreza como ponto tautológico de onde a degradação ambiental surge e se agrava na medida em que a pobreza aumenta em decorrência da degradação...

Muitas vezes os ecologistas costumam dizer que a pobreza é uma das principais causas da destruição ecológica, o Banco Mundial em particular trabalha com este suposto. Mas não é certo. São a desigualdade e a injustiça que se tornam prejudiciais não só para a coesão social, mas também para a natureza. Os pobres são relegados à satisfação das chamadas necessidades básicas, enquanto os ricos acumularam tantas reclamações sobre a natureza que podem se expandir ambiciosamente sobre o “meio ambiente” que dominam e excluem os outros de seu uso ordenado, por isso desenvolvem práticas destrutivas de uso excessivo dos recursos que estão ao seu dispor. O “rastro ecológico” dos ricos é muito maior do que os dos pobres (ALTVATER, 2007, p. 336).

Mas de certa maneira, tudo isso já germinava na construção do projeto de modernidade que se moveria sempre do universal para o particular, moldando conceitos universais como *cidadania, democracia, liberdade*⁶⁰, que, quando particularizados, nunca eram fiéis à imagem universal:

Ao assumir sua perspectiva intelectual e racionalista, o Iluminismo fez o papel de guarda-livros das transformações sociais, abdicando da radicalidade transformadora para resguardar-se na escrituração do previsível. Daí seu futuro ser promissor como o de toda a filosofia que busca o futuro, mas promissor na ambigüidade: **a humanidade genérica é o homem específico, é indivíduo, mas não de classe, é portador de direitos, mas não de condições efetivas** (MASCARO, 2003, p. 130, grifo nosso).

⁶⁰ Para entender um pouco mais sobre isso, recomendo a instigante análise de Abreu (2008) acerca do conceito de cidadania no modo de produção dominante de uma sociedade e, particularmente, sua importância para a configuração do direito moderno no capitalismo.

Uma verdade inconveniente (2006) formula um *discurso ambiental dominante* que, por ser ideológico, possui *lacunas* que não podem ser preenchidas sem o risco de destruição do discurso, malgrado queira ser tomado como representação fiel do real. Ao mesmo tempo, no sentido político dos EUA e da sociedade global, tensiona criticamente o discurso político capitalista hegemônico, que nega uma questão ambiental, e, neste caso, nega as causas sociais das mudanças climáticas, ou seja, um discurso conservador.

Em decorrência, a sua principal lacuna é o não-questionamento do capitalismo como modo de produção dominante, algo que é ideológica e politicamente compreensível, considerando que este discurso coloca-se, neste nível geral, como *contra-hegemônico* em busca de hegemonia na ordem atual da política e do mercado capitalista.

Conforme o dito popular alerta: uma corda sempre possui duas pontas. O aviso global de Al Gore é a mão estendida à humanidade sob a máscara da universalidade, a outra mão é a face real da particularidade. É a esperança da sustentabilidade de uma ordem mundial liderada pelos Estados Unidos da América, fechando as possibilidades emancipatórias dos países e povos pobres.

Sob a rubrica da “crise ambiental” Al Gore construiu uma retórica marcada pela universalidade, versando sobre a responsabilidade moral da humanidade para com as gerações futuras, contudo, calcado na premissa da dominação, inerente às práticas econômicas que chancela.

Como Elmar Altvater (2007) recorda, o pensamento marxiano já sabia que as *crises* capitalistas operavam como “fontes da juventude”, encontrando remédios para sua recriação e produzindo ao final disso uma nova dinâmica positiva da economia, portanto, não se trata de crer, pura e simplesmente, que a “crise ambiental” porá termos ao capitalismo do século XXI:

[...] Por sua aparente qualidade virtual, as crises também parecem não ter efeitos realmente prejudiciais sobre a natureza. Por que então falar de crise do capitalismo? No pensamento pós-moderno, isso não faz sentido. Entendida apenas como uma crise real, esta tem consequências visíveis, que são interpretadas como o resultado de enganos político de governos irresponsáveis que nada têm que ver com o funcionamento dos mercados globais. O enfoque marxista, contrário a esses supostos, tem sempre presente que o dinheiro e o capital aparecem como entidades auto-referenciais, mas que, na verdade, a autonomia da esfera financeira global *vis-à-vis* a esfera real é fictícia. A quebra põe fim a esta ficção e dá início à realidade da destruição da riqueza (ALTVATER, 2007, p. 336).

Embora, faça uma crítica à ciência, Al Gore acredita coerentemente que a partir da ciência (o aviso global legitimado por cientistas) e da produção de novas tecnologias é possível superar essa “crise”. A coerência nisso é que impulsionar o surgimento de novas tecnologias significa impulsionar a produção e criação de demandas por novas mercadorias, ou seja, passando ao largo da discussão acerca do consumo e da produção de novas demandas para vendas de novas mercadorias para a realização da mais-valia.

O capitalismo é repleto de contradições, e embora a riqueza – na perspectiva marxista – seja fruto da natureza mediada pelo trabalho, o capitalismo opera em escalas de tempo e de espaço diferentes da natureza⁶¹. Isso fica mais nítido na frenética extração do petróleo e na destilação fracionada para gerar os seus subprodutos que são igualmente esgotáveis, mas “indispensáveis” na contemporaneidade devido aos seus amplos usos. Produzido em escala de tempo geológica e disperso geograficamente, a exploração do petróleo cessará quando esta deixar de ser economicamente atrativa, e curiosamente, antes dele acabar fisicamente, já que para extrair petróleo consome-se muito petróleo nas formas de diesel, gasolina e gás natural; paulatinamente a margem de lucro dessa atividade cairá, tornando-a economicamente inviável. Mas, não antes de impulsionar a liberação para a atmosfera de trilhões de toneladas de CO, CO₂, SO₂ e outros gases de efeito estufa.

Mas não nos enganemos, a contradição inerente ao capitalismo é tal que, com a degradação contínua de ecossistemas, assistiremos ao surgimento de novos *nichos*, de mercado⁶².

Como tantos intelectuais já ressaltaram⁶³ a dinâmica do capitalismo prima pela aceleração na produção e circulação de mercadorias. Num processo frenético que desafia e comprime o tempo e o espaço, o *globalismo*, usando a expressão de

⁶¹ “[...] A inconsistência entre o tempo humano e tempo econômico da acumulação e da rotatividade do capital com o tempo biofísico da biosfera. E, a impossibilidade de falar-se em desejos e aspirações das gerações futuras e, principalmente, medir e valorá-los no tempo presente” (MOREIRA, 2009, p. 163)

⁶² Pra ficar em um só exemplo, pela sua bizarrice, cito o “aquecimenturismo”, uma atividade turística fomentada por empresas do ramo aos lugares afetados pelo aquecimento global, por exemplo, na Groelândia: <http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2007/05/04/295623056.asp>.

⁶³ Ianni (1996), Porto-Gonçalves (2006), Harvey (2005), Altvater (2007).

lanni (1996), é a globalização das potencialidades de valorização, mesmo das coisas que não se encontravam na lógica de valorização capitalista:

[...] Os espaços a descobrir, investigar, conquistar e integrar no sistema capitalista de produção de valor incluem também os círculos polares, o fundo dos oceanos, as zonas mais remotas das florestas tropicais, o espaço exterior e, mais importante até, os nano-espaços dos genes das plantas, dos animais e dos seres humanos. O capitalismo é um sistema expansionista onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção de valor e mais-valia. Se não é útil e como não pode satisfazer necessidade, a matéria-prima será considerada inútil, sem valor e, portanto, um objeto inadequado da valorização capitalista. Ao separar os recursos que possuem valor daqueles que são inúteis, a integridade da natureza será indevidamente desintegrada e a desintegração da natureza é sua destruição (ALTVATER, 2007, p. 343).

Já que só a carência é capaz de denunciar o excesso⁶⁴ as correntes do ecologismo dos pobres e o ecossocialismo se apresentam como movimentos contra-hegemônicos a esse *globalitarismo*⁶⁵ à medida que colocam em xeque o mundo pautado pela desigualdade social, rejeitando a universalidade da herança moderna que cobra a adequação das regiões e grupos pobres a modelos pré-estabelecidos pelos grupos dominantes.

Essas correntes estariam inscritas no que Boaventura Santos (2009b) denomina por *epistemologias do sul*, a resposta do Sul geopolítico à *epistemologia dominante*, esta, assentada na dupla diferença: na cultura do mundo moderno cristão ocidental e na diferença política do colonialismo e capitalismo. Propondo uma linda metáfora, Santos (2009b) contrapõe à *monocultura do saber* – hegemônica pelos processos de epistemicídios que logrou no curso de sua dominação colonial – a *ecologia do saber*, que seria um diálogo constante entre as diversas formas de epistemologias do mundo.

Boaventura Santos (2009b) evoca a *epistemologia* como ponto de partida na luta por um mundo mais justo, pois reconhece que no campo político seu papel é primordial. Romper com a epistemologia dominante é desvendar o caráter ideológico da produção de conhecimento, que, embora calcada em realidades sociais

⁶⁴ Inspiro-me em Mascaró: “Trata-se da necessidade de compreensão a partir dos explorados, que será melhor – posto que mais verdadeira – que a compreensão a partir dos exploradores, uma vez que será sempre só a carência que denunciará o excesso” (2003, p. 19).

⁶⁵ Usando uma expressão importante do pensamento de Milton Santos: “Estou querendo chamar a atenção para o fato de que a atual globalização exclui a democracia. A globalização é, ela própria, um sistema totalitário” (2009a, p.10).

específicas as nega em nome de uma universalidade dominadora e funda processos sociais (intervenções militares, sanções econômicas e etc.) em nome da racionalidade.

A *microética liberal* abrigada no pilar da emancipação, a partir de idéias universalizantes, tratou de olvidar as realidades específicas, compondo, assim, ao longo do século XX, o cenário social onde o indivíduo, sempre isolado, atuaria:

Sua trajetória ideológica quer ser bem clara: rompe com o privilégio, rompe com o senhorio, estabiliza a instância política a tal ponto que ela é a administração política e não a fundação da política [...] e completa a auto-reprodução econômica capitalista. Ao mesmo tempo em que **rompe com o passado das antigas diferenças de status, consolida a desigualdade real sob a aparência de igualdade formal e justiça** (MASCARO, 2003, p. 36, grifo nosso).

Não por acaso, identifico o dimensionamento dos problemas ambientais por Al Gore, como uma questão moral, no artifício da *retórica de retidão*, que influi diretamente no indivíduo: “por fim, essa questão é bem menos política do que moral. Permitir que isso aconteça é profundamente antiético” (2006, 00h24min45seg). A alternância de um dimensionamento moral e outro político na retórica de Al Gore representa o que Adolfo Vásquez (1987) afirma como a fragmentação do homem entre o indivíduo e seu ser social. Esta cisão corresponderia, no plano ideológico e político a cisão exigida pelo moralismo abstrato e pelo realismo político, o primeiro concentrando a atenção na vida privada, intimista e subjetiva (um apelo para o papel decisório dos indivíduos através do “consumo consciente”, reciclagem, uso de transporte público, oração etc.); no segundo, a atenção se concentra na vida pública, na ação política, deixando que a moral opere exclusivamente no íntimo da consciência (recordemos o apelo feito por Al Gore para que a população eleja líderes políticos sensíveis a causa ambiental, que escrevam para o Congresso, etc).

Precisamente porque o homem é um ser social, obrigado a se desenvolver sempre individual e socialmente, com seu interesse pessoal e coletivo, não pode deixar de atuar, ao mesmo tempo, moral e politicamente. Moral e política estão numa relação mútua. Mas a forma concreta que assume esta relação [...] dependerá do modo como, efetivamente, na sociedade, operam as relações entre o individual e o coletivo, ou dentre a vida privada e a vida pública (VASQUEZ, 1987, p. 80).

Embora recaia sobre as tradições de pensamento pautadas no coletivo a pecha de negação do individualismo, paradoxalmente, a realidade social fornece, há

tempos, uma leitura contrária. Pois, curiosamente, a *microética liberal*, ao alçar o indivíduo⁶⁶ como *ser* por excelência, indivisível e autônomo, o rebaixa ao nível da paralisia social⁶⁷. E é exatamente aí, a meu ver, que a filosofia da práxis pode fornecer elementos para a questão ambiental e para si mesma.

Abrigada no pilar da emancipação, a *microética liberal* referencia a responsabilidade de forma direta no indivíduo (SANTOS, 2001), colocando no plano individual aquilo que deve ser socialmente construído. Esse fenômeno redundava no que Marx denominava como “direito do indivíduo limitado”, pois “[...] faz com que cada homem encontre no outro homem, não a *realização*, mas antes a *barreira* da sua liberdade” (MARX, 2009, p. 64).

Mas como romper a lógica econômica que só conhece a lei do mercado, do lucro e da acumulação, diante de uma conjuntura global que coloca sobre os ombros de indivíduos socialmente tão díspares, tamanho fardo ecológico?

Para Marx, o que nos faz humanos é o ato de compartilhar um tipo específico de “ser genérico” com os nossos semelhantes, pois, a essência humana da natureza só existiria para o homem social:

O Homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre (MARX, 2009, p. 83-84).

De acordo com o comunista alemão, a natureza seria o *corpo inorgânico* do homem, embora ela mesma não seja o corpo humano. Em outras palavras, a natureza é o seu *corpo*, com o qual o homem tem de ficar num contínuo processo para não morrer. Esta valorosa forma de pensar o indivíduo está vinculada ao *trabalho* que, na relação do homem com a natureza, manifesta-se na transformação desta ao mesmo tempo em que o homem ao transformar suas condições materiais de existência se transforma. Entretanto, a *alienação* do trabalho na produção de mercadorias, no capitalismo, promove uma quebra nesse contínuo processo,

⁶⁶ Ver o processo de construção e ascensão do individualismo político e social na modernidade, descrito por Dumont (1985).

⁶⁷ Em Boaventura: “Como bem aponta Karl-Otto Apel, a modernidade confinou-nos numa ética individualista, uma micro-ética que nos impede de pedir, ou sequer pensar, responsabilidades por acontecimentos globais, como a catástrofe nuclear ou ecológica, em que todos, mas ninguém individualizadamente parece poder ser responsabilizado [...] (2001, p.91).

separando o homem do reconhecimento de sua completude no *outro* e o *estranhando* da natureza, seu corpo inorgânico:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2009, p. 84).

Os desafios ambientais contemporâneos dizem respeito ao primado de um sistema econômico global – regido por indivíduos concretos – que insiste na desumanização dos homens. Reduzidos a átomos e, alienados naquilo que os torna humanos (o *trabalho*), não reconhecem seu vínculo com a natureza (objetivada). Como ressalta Gonçalves (2008), o *sujeito* não é só aquele que age, mas pode ser também aquele em *sujeição*.

Acredito que a crítica e a superação da perspectiva expressa na narrativa fílmica *Uma verdade inconveniente: um aviso global* deva ser norteadas por essas considerações. Dessa forma, a Ecologia Política, como campo interdisciplinar, tem se tornado terreno fértil para a crítica do capitalismo, dialogando com a perspectiva do *ecologismo dos pobres* ao denunciar as assimetrias socioeconômicas globais e com a rica tradição marxista expressa no *ecossocialismo* na construção de um projeto coletivo e humanitário.

Sob a força desviante de tantos fatores a serem considerados, espero não ter feito deste trajeto reflexivo um labirinto.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Haroldo. **Para além dos Direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALIER, Joan Martinez. **Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALIMONDA, Héctor. **Aproximações para uma ecologia política latino-americana** (conhecimento, poder, cultura, política...). In: AMOEDO, N.B.P. e ALIMONDA, H. **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 2006, p. 177-200.
- ALIMONDA, Héctor; VALLEJO, Fernanda. **Curso de Ecologia y Socialismo en el Siglo XXI**. Quito, 2007.
- ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: UNICAMP; CORTEZ, 1999.
- AVELAR, I. Internacional: Katrina e o fracasso ético em Nova Orleans. Disponível em: www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/internacional-katrina-e-o-fracasso-etico-em-nova-orleans. Acesso em: 01 abr 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do ano de 2006: **Equidade e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21437332~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>. Acesso em: 09 abr 2011.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. Florianópolis: 3ª ed. Argos, 2004.
- CALLINICOS, Alex. Igualdade e Capitalismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CONTI, José Bueno. **Considerações sobre as mudanças climáticas globais**. São Paulo: Revista do Departamento de Geografia, 2005, 16, p. 70-75.
- CONVENÇÃO** sobre Mudanças do Clima. Brasil: Ministério das Relações Exteriores, 1992. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-esta-em-jogo/a-convencao>. Acesso em: 04 mar 2011.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais. In: GILL, Stephen (Org.) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Newton. **Dicionário SESC: a linguagem da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 414-422.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DODEBEI, Vera. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 1997.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUPAS, Gilberto. O impasse ambiental e a lógica do capital. In: DUPAS, Gilberto (Org) **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: UNESP, 2008.

ELIAS, N. Questões de envolvimento e alienação. In: **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 105-162.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FBMC. Sobre as mudanças climáticas. Disponível em: <http://www.forumclima.org.br/>. Acesso em: 27 de set. 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen (Org.) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, SOCII, 1984.

GORE, Al. **A terra em balanço: Ecologia e o espírito humano**. São Paulo: Augustus, 1993.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

HINKELAMMERT, Franz. A globalidade da terra e a estratégia da globalização. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IMDB. Disponível em: <www.imdb.com>. Acesso em: 14 de set. 2009.

IPCC. Climate Change 2007: Synthesis Report. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php>. Acesso em: set. 2010a.

IPCC. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml>. Acesso em: 29 de dez. 2010b.

JOLY, Carlos Alfredo. **Biodiversidade e mudanças climáticas: contexto evolutivo, histórico e político**. Campinas: Ambiente & Sociedade v. 10, n.1, p. 169-172, jan.-jun. 2007.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**: Rio de Janeiro: Cortez, 2002, p. 21-58.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis: Vozes, UFSC, 1999.

LOPES, Carlos. **No rastro do Katrina: a construção de um discurso de verdade.** Revista Lumens ET Virtus, dez. 2010, vol 1, n 3.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: 2ª ed. Quartet, 2006a.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006b.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, Gyögy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MAAR, Wolfgang Leo. **Harbermas e a questão do trabalho social.** *Lua Nova* [online]. 1999, n.48, pp. 33-61. ISSN 0102-6445.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro.** São Paulo: Quartier Latin, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política (Livro 1, Vol. 1).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O Capital.** São Paulo: DIFEL, 1980.

MENEZES, Paulo. **Representificação: as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 51, n. 51, p. 87-97, 2001.

MOREIRA, R. J. **Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista.** In: COSTA, L. F. C, MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.) *Mundo rural e tempo presente.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999. (239-266).

MOREIRA, R. Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In: AMOEDO, N.B.P. e ALIMONDA, H. **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento.** Viçosa: UFV, 2006, p. 177-200.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: a Utopia da sustentabilidade.** In: Ciências Humanas e Sociedade em Revista. Seropédica, RJ, EDUR, v.31, n.2, jul-dez, 2009, p.159-174

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Campinas: Papirus, 2005.

NOBEL PRIZE. The Nobel Peace Prize 2007. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/index.html. Acesso em: 29 de set. 2009.

NOBEL PRIZE. The Nobel Peace Prize 2007. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/press.html. Acesso em: 13 abr. 2011.

NOBOA, Igor Carastan. **Filmes do fim do mundo: Ficção Científica e Guerra Fria (1951/1964).** Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor.** Ceará: I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROTOCOLO DE QUIOTO. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php. Acesso em: 27 de set. 2010.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?**. São Paulo: SENAC, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, CES, 2009b.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009a.

SCHUMPETER, Joseph A.. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

UNITED NATIONS. **World Population Ageing 2009**. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/>. Acesso em: 23 fev. 2011.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. **O espectro da ideologia**. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

REFERÊNCIA FÍLMICA

UMA VERDADE Inconveniente. (*An inconvenient truth*). Dirigido por Davis Guggenheim. EUA: Paramount. 2006. 100 min. sonor. color.

**FICHA DESCRITIVO-ANALÍTICA
CAMPO 1A**

Título Original: An inconvenient truth			
Título Traduzido: Uma verdade inconveniente			
Cor ou P&B	Cor	Produção	Lawrence Bender; Scott Z. Burns; Laurie David; Leslie Chalcott
Duração	96 min.	Dir. Fotografia	
Ano	2006	Animação	Brent Chambers; Kristin Gore
País	EUA	Efeitos Especiais	Buck; Duarte; Hornet Animation
Produtora	Paramount	Trucagem	
Distribuição	Aisa Wide Communications	Dir. de Arte	Thomas Moore
Direção	Davis Gugenheim	Cenografia	
Roteiro	Lawrence Bender, Scott Burns, Laurie Lennard e Scott Z. Burns	Figurino	
Pesquisa		Dir. Musical	Paul Trautman
Argumento	Al Gore e Davis Gughenheim	Trilha Sonora	Michael Brook
Diálogo		Narração	Al Gore
Edição	Jay Cassidy, a.c.e.; Dan Swietlik	Montagem	
Prod. Executiva	Jeff Skoll; Davis Gugenheim; Diane Weyerman; Ricky Strauss; Jeff Ivers	Mixagem	
Estúdio	Paramount	Maquiagem	Rita Marie Beeman
Elenco: Al Gore			
Premiação: Vencedor de 2 Oscars: Melhor Documentário e Melhor Canção Original American Cinema Editors; Central Ohio Film Critics Association. Vencedor de cerca de 20 prêmios internacionais.			

**FICHA DESCRITIVO-ANALÍTICA
CAMPO 1B**

Título Original: An inconvenient truth

Título Traduzido: Uma verdade inconveniente

Sinopse: O filme narra a visão do ex-vice presidente americano Al Gore sobre o aquecimento global. Fazendo um alerta sobre o superaquecimento global e a ameaça ao futuro da humanidade o político norte-americano propõe uma reflexão sobre as conseqüências desastrosas de um desenvolvimento desenfreado da civilização.

Palavras-chave: Al Gore; meio ambiente; mudanças climáticas; aquecimento global

Gênero/sub-gênero: Documentário

Escola ou movimento cultural:

Fatos relevantes para a caracterização do contexto político do país de produção: O segundo governo republicano com George W. Bush goza de pouca popularidade, a guerra contra o terror dá sinais de desgaste o que agrava a imagem externa dos EUA. Em contrapartida, o governo Bush apresentou um contínuo declínio de popularidade e apoio da população.

Fatos relevantes para a caracterização do contexto econômico do país de produção: Segundo governo de George W. Bush. Os EUA enfrentam um período de pouco crescimento econômico, a guerra contra o terrorismo tem um custo bastante elevado aos cofres públicos. A União Européia se fortalece cada vez mais e sua moeda, passa a ser adotada em toda a Europa. O surgimento de Governos opositores aos EUA na América Latina causam uma retração na política econômica implantada pelo Governo antecessor.

Fatos relevantes para a caracterização do contexto social do país de produção: A guerra contra o terrorismo custa mais tempo do que o esperado e os resultados negativos começam a dividir a opinião pública acerca da guerra. O furacão Katrina atinge a Costa Leste dos EUA e causa inúmeras mortes e destruição em Nova Orleans.

Fatos relevantes para a caracterização do contexto cultural do país de produção: Tecnologias como a internet, telefonia celular, DVD já fazem parte do cotidiano do cidadão médio norte-americano. No cenário musical, o hip-hop passa a ser a grande influência. Festas *raves*, músicas *technos* e eletrônicas, influenciam boa parte da juventude.

Impacto do Filme à época (recepção por parte do público e da crítica): Recorde de bilheteria para filme documentário, ultrapassando a marca de 20 milhões de espectadores ainda em julho de 2006 (IMDB, 2009).

Observações adicionais sobre o diretor da produção: Davis Guggenheim – nascido em 03/12/1963. Dirigiu quatro filmes antes de “Uma verdade inconveniente”, boa parte de sua produção era voltada para a TV.

FICHA DESCRITIVO-ANALÍTICA

CAMPO 2

Título Original: An inconvenient truth	
Título Traduzido: Uma verdade inconveniente	
Topos:	Terra
Cronos:	Contemporâneo (2006)
Estilo arquitetônico/espço urbano	Contemporâneo (2006)
Estilo de vestuário:	Contemporâneo (2006)
Câmera (uso da câmera; observar se há algum movimento característico para determinadas personagens, cenas etc.):	O Diretor Davis Gugenheim filmou com diversos tipos de câmeras, entre elas uma câmera 24p JVC, Sony 30 fps; e com filmes como 35 mm e 8 mm em Kodachrome. Os filmes de 8mm são usados em algumas sequências da vida pessoal de Al Gore, em especial quando se trata do seu passado na fazenda da família Gore, em Carthage, Tennessee. A justificativa para tal escolha, segundo o diretor, era dar um ar mais íntimo e familiar, fazendo com que o público compartilhasse, de certa forma, as lembranças contadas por Al Gore.
Cor:	A cor vermelha, em geral, é utilizada nos dados e animações como representação de aquecimento, perturbação ou perigo.
Música:	Músicas instrumentais e a canção original de Melissa Etheridge "I need wake up".
Voz off:	Al Gore

**FICHA DESCRITIVO-ANALÍTICA
CAMPO 2**

Título Original: An inconvenient truth	
Título Traduzido: Uma verdade inconveniente	
A extensão e o lugar dos créditos (Situados no início ou no fim; caso se situem no fim, verificar se há créditos parciais no início e quais informações eles fornecem; duração e quantidade de informações; se eles são precedidos por algo: menções escritas; pré-créditos etc.; se há alternância entre elementos dos créditos e elementos de sequências):	Os créditos estão presentes no início e no fim do filme.
A forma dos créditos (Se são escritos, falados, mistos; fundo neutro, fundo com imagem fixa, fundo com imagens que se movem):	A forma dos créditos é inspirada no tempo do aquecimento global e no degelo de calotas. Algumas letras “gotejam” quando aparecem.
Conteúdo audiovisual/os créditos como abertura do filme (Os motivos musicais ou sonoros; motivos visuais como indicadores de gênero, de conteúdo narrativo, de sua própria elaboração como filme, de que foi adaptado – no caso de romances adaptados):	
O título do filme (Seu lugar nos créditos; sua relação com as informações audiovisuais; se ele traz informações, direta ou indiretamente, sobre o conteúdo ou a forma do filme):	<p>O título aparece logo após a aparição de Al Gore. O título do filme, segundo o diretor Davis Gugenheim, tem relação direta com seu tema. De acordo com o diretor a idéia para o título surgiu após uma conversa com Al Gore:</p> <p>- Eu dizia: Al, por que é tão difícil? Por que é tão difícil nós entendermos? Por que, se é tão óbvio, queremos fingir que não existe?</p> <p>No fim de umas dessas entrevistas, ele disse: é inconveniente. Para aqueles, entre nós, que podem dirigir todos os dias, aqueles que usam eletricidade, empresas que lucram com isso, é uma verdade inconveniente.</p> <p>Ele disse: é uma verdade inconveniente. Eu disse: esse é o título do filme.</p>

FICHA DESCRITIVO-ANALÍTICA
CAMPO 2

Título Original: An inconvenient truth	
Título Traduzido: Uma verdade inconveniente	
Indicadores conceituais da matriz capitalista	“A escolha é entre economia e meio ambiente? E é um grande equívoco. Muita gente diz que sim” (1h17min05seg); “No final, a pergunta é basicamente esta: somos capazes de nos superarmos e superarmos o passado? O registro indica que temos essa capacidade [...] trabalhamos juntos para derrotar o comunismo” (01h25min, grifo nosso)
Indicadores conceituais da matriz neomalthusiana	“Estamos testemunhando uma colisão entre nossa civilização e a Terra. Há três fatores causando essa colisão. O primeiro é a população [...] Grande parte desse aumento é nas nações pobres. Isso pressiona a demanda por comida. Pressiona demanda por água. Pressiona os recursos naturais vulneráveis. Essa pressão é um dos motivos a devastação das florestas não só a tropical, mas toda (01h04min39seg, grifo nosso).
Indicadores conceituais de matriz do evangelho da ecoeficiência	“Está pronto para mudar o modo como você vive? A crise climática pode ser resolvida [...] Você pode reduzir suas emissões de carbono. Na verdade, você pode reduzir suas emissões de carbono a zero [...] compre aparelhos eficientes; ajuste o termostato e poupe energia com aquecimento e refrigeração” (01h26min).